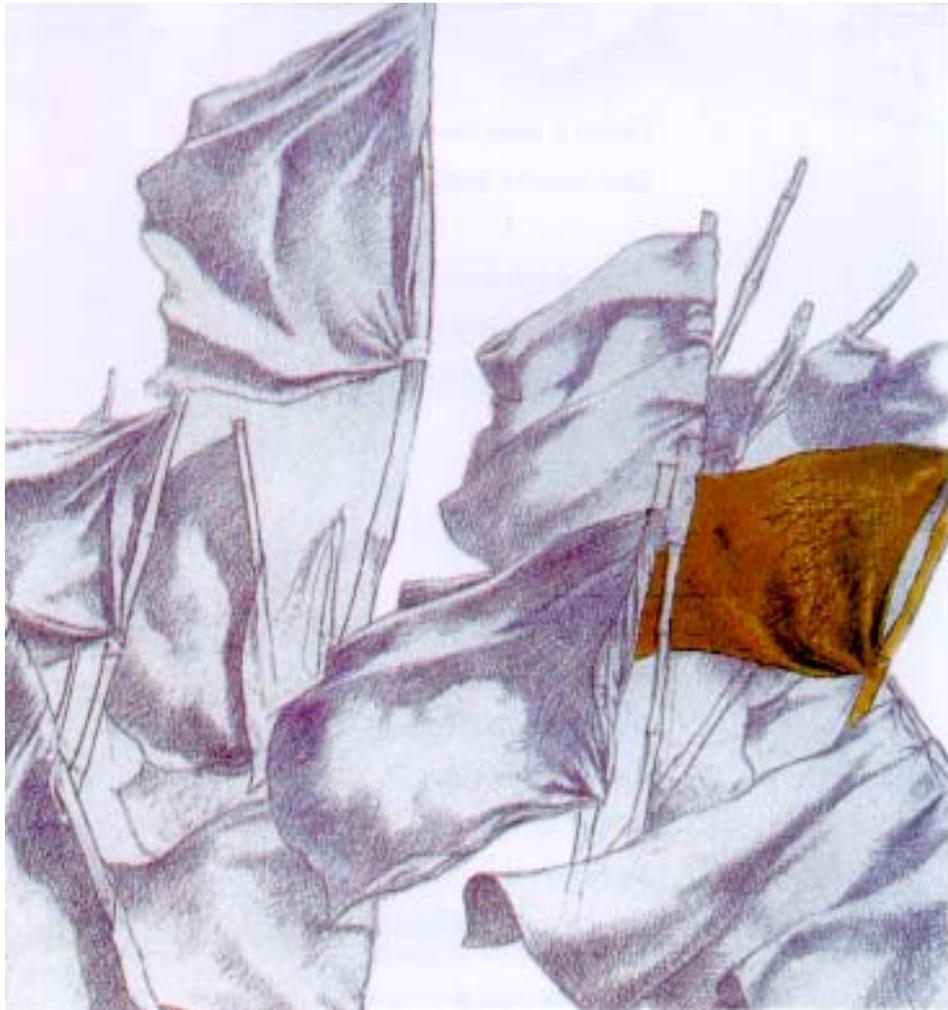


THAIS VIEIRA ESTEVES

**ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE
SOBREVIVÊNCIA EM ACAMPAMENTO DO
MOVIMENTO SEM TERRA (MST),
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**



Rio de Janeiro
Outubro / 2002

Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP
Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana - CESTEH

**ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE
SOBREVIVÊNCIA EM ACAMPAMENTO DO
MOVIMENTO SEM TERRA (MST),
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

Thais Vieira Esteves

Dissertação de Mestrado do curso de
Pós-Graduação em Saúde Pública da
Escola Nacional de Saúde Pública,
Fundação Oswaldo Cruz.

Orientador: Professor Doutor Luiz Antonio dos Anjos

Rio de Janeiro
Outubro / 2002

**Organização Social e Estratégias de Sobrevivência
em acampamento do Movimento Sem Terra (MST),
no Estado do Rio de Janeiro.**

Thais Vieira Esteves

Dissertação submetida à aprovação desta banca, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

Aprovada por:

Prof. Dr. Luiz Antonio do Anjos (orientador)

Prof. Dr. William Waissmann

Prof. Dr. Agnes Bueno Pinheiro

Catálogo na fonte
Centro de Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca Lincoln de Freitas Filho

E79o Esteves, Thais Vieira
Organização social e estratégias de sobrevivência em acampamento do movimento sem terra (MST), no Estado do Rio de Janeiro. / Thais Vieira Esteves; ilustrações de Pedro Ferro; fotografia por Mariana Trotta. Rio de Janeiro : s.n., 2003.
126p., ilus., tab., graf.

Orientador: Anjos, Luiz Antonio dos
Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública.

1.Organização social. 2.Saúde. 3.Trabalho.
4.Alimentação. 5.Migração rural-urbana. I.Título.

CDD - 20.ed. – 307.24098153

João Boa-Morte
Cabra marcado para morrer
(fragmentos)

Ferreira Gullar

Mas João nada sabia
no desespero que estava,
andando aquele caminho
onde ninguém o queria.
João pensava
que se encontrava sozinho
que sozinho morreria.

Sozinho com cinco filhos
e sua pobre Maria
em cujos olhos o brilho
da morte se refletia.
Já não havia esperança,
iam sucumbir de fome
ele, Maria e as crianças.

Naquela terra querida,
que era sua e que não era,
onde sonhara com a vida
mas nunca viver pudera,
ia morrer sem comida
aquele de cuja lida
tanta comida nascera.

Aquele de cuja mão
tanta semente brotara
que, filho daquele chão,
aquele chão fecundara,
e assim se fizera homem
para agora, como um cão,
morrer, com os filhos, de fome.

E assim, foi que Boa-Morte,
quando chegou a Sapê,
desiludido da sorte,
certo que naquele dia
antes da aurora nascer
os seus filhos mataria
e mataria sua mulher,
depois se suicidaria
para acabar de sofrer.

Tomara essa decisão
sentiu que uma paz sofrida
brotava em seu coração.
Era uma planta perdida,
uma flor de maldição
nascendo de sua mão
que sempre plantara a vida.

Seus olhos se encheram d'água.
Nada podia fazer.
Para viver na mágoa,
mágoa menor é morrer.
Que sentido tem a vida
pra quem não pode viver?

Agradecimentos

À todos aqueles que acreditam que a transformação é possível e necessária.

À todos os lutadores do povo, sujeitos de sua própria história. Em especial aos Sem Terra que, na construção de uma nova existência social, são arautos da reinvenção do mundo.

Ao Prof. Luiz Antonio dos Anjos, meu orientador, pela paciência e pelos ensinamentos. Ao Doutor Maurício Teixeira Leite de Vasconcellos, pela contribuição na construção da amostra da população acampada. E às Profs. Agnes Bueno Pinheiro e Cristina Mendonça, queridas amigas, por sempre acreditarem no meu trabalho.

À toda minha família, em especial ao meu pai, minha mãe, meus irmãos e meu avô, pela paciência e incentivo ao longo da vida.

Aos queridos Fiocruzes Aragão, Carla, Denise, Francis, Geraldo, Karen, Luciana, Mônica, Roberta e Terezinha, pelos memoráveis e inenarráveis momentos passados juntos durante esta rica experiência. Lembranças também ao Adolfo...

Aos queridos amigos que contribuíram direta ou indiretamente, seja através de apoio, incentivo ou através de reflexões, observações. Especialmente à Marcelo, Fabiana, Zé, Mauri, Lu, Vini, Alê, Carlinha, Olavo, Bel, Dani, Gisa, Neuri, Evelaine, Cláudio, Fabi, Fernanda, Mariana, Diogo e Tarjinha. Muito obrigado, a todos!

Resumo

O presente trabalho procura estudar, no bojo da discussão sobre os movimentos sociais e do debate sobre a Reforma Agrária, as formas de organização social de população acampada em uma ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, identificando as estratégias de sobrevivência das famílias ocupantes. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo transversal, usando métodos de análise quali-quantitativos, do grupo populacional residente no acampamento Oziel Alves, município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro. O acampamento ocupa uma área de 3 mil hectares da Fazenda Cambaíba em processo administrativo com vistas à desapropriação, cuja área encontra-se dividida em três núcleos de moradia. O estudo iniciou-se com a caracterização histórica do processo de luta pela terra feita através de entrevistas com as lideranças locais. Dada a necessidade de composição de amostra, a população acampada foi estratificada a partir dos núcleos de moradia, produzindo uma amostra que correspondeu a 22% das famílias residentes no acampamento. O questionário utilizado com as famílias constou de perguntas abertas e fechadas onde foram abordadas questões relativas ao processo de luta pela terra, características demográficas da família e informações sobre trabalho, saúde e alimentação. Observou-se com as entrevistas, entre outras questões, que: os acampados desenvolvem o cultivo de diversos tipos de gêneros alimentícios sendo estes principalmente destinados ao consumo familiar; a dieta apresenta insuficiências quali-quantitativas, apesar dos esforços em se assegurar uma satisfatória condição alimentar; e a relação entre a saúde, a alimentação e o trabalho foi objetivada na necessidade de disposição para execução de atividades laborais, considerando o desgaste orgânico das tarefas desenvolvidas no trabalho na agricultura. Os sem-terra acampados apontam, em suas falas e ações, a vontade de construir novas formas de organização e existência humana, livres da marginalização e da exclusão social.

Palavras-chave: Organização social. Saúde. Trabalho. Alimentação.

Migração urbano-rural.

Abstract

The objective of the present study was to describe the social organization of a population camped in an occupation organized by the Landless Rural Worker Movement, and to identify the work and the feeding strategies of survival of the camped families. This is a descriptive cross-sectional study, using quali-quantitative methods of analysis of the group of residents in the Oziel Alves camp located in Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro State. The camp occupies an area of three thousand hectares of Cambaíba's farm in the legal process of dispossession, which was divided into three housing nuclei. Interviews were conducted with the local leaderships and a sample of 22% of the indwelling families to understand the historical characterization of the fighting process for the land. Questionnaires with open-end questions were also used in the interviews with the families to obtain information on their demographics, work, health and feeding characteristics. Among other issues, it was observed that: the indwellers grow different types of foodstuffs mainly for familial consumption; the diet presents some quali-quantitative limitations despite the efforts to assure their food safety; and the relation between the health, the feeding and the work was aimed at providing energy for the agricultural activities. The landless camped workers show in their speech and actions the will to construct new forms of organization and human existence far from the social exclusion.

Key Words: Social Organization. Work. Health. Feed. Rural-urban migration.

Sumário

1- Introdução	01
1.1- Delimitação do objeto	02
1.2- Importância do estudo	04
1.3- Objetivos	06
1.3.1- Objetivo geral	06
1.3.2- Objetivos específicos	06
2- Revisão de Literatura	07
2.1- Relação saúde e trabalho e a saúde do trabalhador	08
2.2- A saúde do trabalhador no meio rural	11
2.3- Considerações históricas sobre a agricultura no Brasil	15
2.4- Os movimentos sociais no campo e o MST	18
2.5- Inclusão <i>versus</i> exclusão social: um debate	22
3- Materiais e Métodos	27
4- Resultados e Discussão	32
4.1- Descrição do Acampamento	33
4.2- Caracterização demográfica da população acampada	39
4.3- O Sem Terra: a formação de um sujeito social	44
4.4- Identificação do trabalho e da plantação	55
4.5- As táticas alimentares praticadas no acampamento	64
4.6- O entendimento sobre a situação de saúde, alimentação e trabalho	69
4.7- Breve relato dos achados do estudo	87
4.8- Considerações finais	89
Referências Bibliográficas	91
Anexos: I – Roteiro para entrevista com as lideranças	97
II – Censo Familiar	99
III – Termo de Consentimento Livre e Informado	100
IV – Roteiro para entrevista com as famílias residentes	101
V – Documentação Fotográfica	107
Apêndice	112

Índice de tabelas

Tabela 1: Distribuição percentual por gênero, segundo faixa etária da população amostrada. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.	40
Tabela 2: Distribuição percentual, por gênero, segundo escolaridade da população acampada. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.	41
Tabela 3: Distribuição percentual, por gênero e tempo médio, segundo tipo de atividade em Setores do MST. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.	56
Tabela 4: Distribuição percentual, por gênero e tempo médio (anos), do tipo de trabalho fora do acampamento. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.	58
Tabela 5: Frequência percentual das 24 famílias, por forma de obtenção dos gêneros alimentícios consumidos. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.	65
Tabela 6: Distribuição percentual do recebimento de doações e mediana de tempo (meses), desde a última doação, segundo núcleo de moradia. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.	67
Tabela 7: Distribuição percentual do local de compra dos gêneros alimentícios, segundo núcleo de moradia. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.	67
Tabela 8- Distribuição percentual da resposta à pergunta “Quanto gasta na alimentação da sua família (em relação à renda familiar)?”, por núcleos de moradia, segundo categorias de análise. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.	68
Tabela 9: Distribuição percentual da resposta à pergunta “A quantidade de alimentos é suficiente para satisfazer a toda família?”, por núcleos de moradia, segundo categorias de análise. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.	69
Tabela 10: Distribuição percentual da resposta à pergunta “Existe problema de saúde na família?”, por núcleos de moradia, segundo categorias de análise. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.	70
Tabela 11: Distribuição percentual da resposta à pergunta “O que poderia ser feito no acampamento para se ter boa saúde?”, por núcleos de moradia, segundo categorias de análise. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.	77

Índice de quadros

Quadro 1: Distribuição familiar e amostral, por núcleo de moradia, do Acampamento Oziel Alves, Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, 2001.	30
---	----

Índice de figuras

- Figura 1: Valor percentual do nível de escolaridade da população masculina amostrada, segundo distribuição etária (anos). Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001. 42
- Figura 2: Valor percentual do nível de escolaridade da população feminina amostrada, segundo distribuição etária (anos). Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001. 43

Introdução



Levantados do Chão Chico Buarque

Como então? Desgarrados da terra?
Como assim? Levantados do chão?
Como embaixo dos pés uma terra
como água escorrendo da mão?

Como em sonho correr numa estrada?
Deslizando no mesmo lugar?
Como em sonho perder a passada
e no oco da Terra tombar?

Como então? Desgarrados da terra?
Como assim? Levantados do chão?
Ou na planta dos pés uma terra
como água na palma da mão?

Habitar uma lama sem fundo?
Como em cama de pó se deitar?
Num balanço de rede sem rede
ver o mundo de pernas pro ar?

Como assim? Levitante colono?
Pasto aéreo? Celeste curral?
Um rebanho nas nuvens? Mas como?
Boi alado? Alazão sideral?

Que esquisita lavoura! Mas como?
Um arado no espaço? Será?
Choverá que laranja? Que pomo?
Gomo? Sumo? Granizo? Maná?

1.1- Delimitação do objeto

*“Há sem dúvida quem ame o infinito.
Há sem dúvida quem deseje o impossível
Há sem dúvida quem não queira nada.
Três tipos de idealistas e eu nenhum deles:
porque eu amo infinitamente o finito.
Porque eu desejo impossivelmente o possível
porque eu quero tudo.
Ou pouco mais, se puder ser,
ou até se não puder ser ...”*

Fernando Pessoa

A escolha do tema para o presente estudo se deu no sentido de fomentar o debate sobre a exclusão social e as condições de vida no campo brasileiro, visto que esta temática é pouco abordada na literatura científica nacional. Desta forma, este trabalho busca estudar, no bojo da discussão sobre os movimentos sociais no meio rural e do debate sobre a Reforma Agrária, as formas de organização social de população acampada em uma ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Objetiva, também, caracterizar algumas estratégias de sobrevivência, principalmente no que tange o trabalho agrícola e a questão alimentar das famílias acampadas.

A opção por estudar uma comunidade participante de um movimento social, escolhida, no caso, uma ocupação organizada pelo MST, aconteceu por ser o movimento identificado como uma das principais organizações sociais que se propõem a aglutinar e organizar trabalhadores do campo para a luta pela terra e pela Reforma Agrária, buscando, nesta luta, melhores condições de vida para as famílias engajadas.

Para Germer (1994), o MST é a organização com a base social em que as contradições com o desenvolvimento capitalista da agricultura são mais acentuadas, postulando sua contundente contestação ao sistema estabelecido. Assim, o Movimento tenta superar estas contradições através da organização da comunidade e concretização de melhor qualidade de vida no campo. Algumas pesquisas realizadas em núcleos de Reforma Agrária demonstram uma significativa melhoria nas condições nutricionais da população assentada, como também no nível de composição da renda familiar comparativamente à situação das mesmas famílias no período anterior à formação do assentamento (Ferreira et al., 1997).

Oliveira (1981), em estudo realizado com famílias agricultoras do Estado de São Paulo, observou as formas/práticas adotadas pelas famílias buscando a sobrevivência. A autora conceitua tais práticas como “estratégia de sobrevivência” ou “estratégia de vida”:

“A utilização destas noções apoia-se na possibilidade de tornar ineligiáveis as opções de comportamento em função de um campo estruturado de alternativas. Refere-se, pois às modalidades de adaptação a mudanças internas (ao indivíduo e/ou ao grupo familiar) e externas (da sociedade) que incidem em cada momento compreendido pelo ‘tempo de vida’ de um indivíduo ou grupo” (Oliveira, 1981: 27).

O termo estratégia tem sua origem na literatura militar, onde, diria-se que “*a Estratégia é a nossa Guerra, cujo objetivo final é vencê-la. Para alcançar tal objetivo, lançamos mão de Táticas, que são as Batalhas travadas para se vencer a Guerra*”. No presente estudo, entende-se o trabalho e a alimentação como táticas dentro da estratégia maior que é a sobrevivência das famílias acampadas.

Procurou-se conhecer a realidade vivida pelas famílias residentes no acampamento no que se refere a um momento singular de processo de luta pela terra, a ocupação da área e resistência na mesma. A partir daí, fomentou-se o entendimento da dinâmica do acampamento, de suas dificuldades e de suas vitórias. Para melhor caracterização do trabalho agrícola, foram investigados elementos sobre as histórias ocupacionais das famílias residentes, além da participação no cotidiano e nas tarefas do acampamento. Outro elemento importante estudado foi a percepção dos trabalhadores quanto ao trabalho rural e questões relativas à saúde e alimentação percebidas pelas famílias acampadas. Espera-se que o estudo desenvolvido, ao caracterizar a situação de uma população rural específica, possa contribuir para novos apontamentos a cerca desta questão.

1.2- Importância do estudo

*“Para estudar o passado de um povo,
de uma instituição, de uma classe,
não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto
nos deixou a simples tradição escrita.
É preciso fazer falar a multidão imensa
de figurantes mudos que enchem o panorama
da História e são muitas vezes mais
interessantes e mais importantes do que os outros,
os que apenas escrevem a História.”*

Sérgio Buarque de Holanda

Segundo Alessi & Navarro (1997), a pertinência do estudo do tema, saúde do trabalhador rural, se traduz na importância do setor primário no processo de desenvolvimento econômico-social do país, ao considerar que, de acordo com dados de 1991 do IBGE, do total de 147.053.900 habitantes, 62.100.499 eram pessoas com 10 anos ou mais, ocupadas, das quais 23% desempenharam algum tipo de atividade do ramo de atividades agrícolas, enquanto 21% e 56% nos ramos de atividades industriais e de prestação de serviços respectivamente.

Em estudo realizado por Esteves & Pinheiro (2000), em quatro acampamentos no Estado do Rio de Janeiro, observou-se que as famílias acampadas recebem, através do Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA), o benefício da cesta básica fornecida pelo Governo Federal. No entanto, o estudo demonstra que esta cesta supre apenas 30,7% das necessidades energéticas mensais de uma família-padrão do meio rural (quatro pessoas: dois adultos, um do sexo masculino e outro do sexo feminino e duas crianças, ambas do sexo masculino).

No que se refere à renda média das famílias pesquisadas, observou-se a cifra de 0,8 salários mínimo/mês, valor inferior à renda média familiar do interior rural do estado. As autoras ainda relatam que, em algumas famílias, seus membros tentam complementar os rendimentos mensais através de trabalhos temporários, que variam desde atividades no setor agrícola como o corte da cana-de-açúcar e a ordenha de vacas leiteiras em fazendas da região à prestação de pequenos serviços como jardinagem e mecânica, sendo a maior parte destes rendimentos utilizados na aquisição de gêneros alimentícios.

Quanto à comercialização de gêneros alimentícios produzidos por estas ocupações humanas, constatou-se que, em pequenos lotes de 12 a 16 hectares, eram produzidos, de forma rudimentar, gêneros como abóbora, aipim, quiabo, milho, feijão-

de-corda, alface, couve, maxixe e melancia. A maior parte destes produtos era comercializado nas localidades vizinhas e o restante utilizado no consumo familiar. Segundo as autoras, as famílias almejam ainda a aquisição do título da terra, o crédito agrícola e o auxílio técnico dos órgãos oficiais para a intensificação e diversificação da produção. Foi também observado o consumo de pequenos animais existentes na região como tatus, preás, ouriços e gambás, e a ausência de consumo de leite e derivados.

A partir de estudos como o relatado acima, compreende-se a necessidade de se buscar respostas para os problemas do campo brasileiro, principalmente no que tange à segurança alimentar. Para Canesqui (1976), *“a alimentação, como atitude vital é imprescindível à sobrevivência humana, sendo parte integrante das condições de existência de uma população, relacionando-se às condições e oportunidades de participação numa dada ordem econômica”*.

A população acampada possui algumas características como a marginalização, o alijamento de seus direitos como cidadãos e a privação de condições de suprir suas necessidades básicas de sobrevivência humana. Dentre tais necessidades, talvez a mais contundente seja a impossibilidade de acesso a um padrão de consumo alimentar adequado que possibilite uma situação nutricional que garanta condições mínimas de reprodução da força de trabalho, além de um bom padrão de qualidade de vida.

A relevância da investigação destas questões se dá na tentativa de ampliar o conhecimento em relação a grupos populacionais específicos. Não obstante, deve-se considerar as contradições do meio rural dadas pela nova ordem mundial que prega a modernização tecnológica e a reestruturação produtiva do campo, instrumentos da geração da situação de miséria e exclusão no meio rural brasileiro.

1.3- Objetivos

*“Quando sabíamos todas as respostas, mudaram as perguntas”.
(Pichação de muro em Quito, Equador)*

*“Organizar a esperança, conduzir a tempestade, romper os muros da noite.
Criar sem pedir licença, um mundo de liberdade.”*

Pedro Tierra

1.3.1- Objetivo geral

Conhecer a organização social dos residentes no Acampamento Oziel Alves, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, e as estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelas famílias acampadas no local.

1.3.2- Objetivos específicos

- Descrever o processo de ocupação e formação do Acampamento Oziel Alves;
- Caracterizar demograficamente o grupo populacional residente no acampamento;
- Levantar elementos sobre a história ocupacional das famílias acampadas e sobre a participação destas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
- Identificar as táticas alimentares praticadas pelas famílias acampadas;
- Conhecer a percepção dos trabalhadores quanto ao trabalho rural e suas relações com a saúde e com a alimentação percebidas pela população acampada.

Revisão de Literatura



Perguntas de um Operário que lê
Bertolt Brecht

Quem construiu a Tebas das sete portas?
Nos livros estão nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia várias vezes destruída
quem a reconstruiu tantas vezes?
Em que casas da Lima dourada de ouro
moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros
na noite em que a Muralha da China
ficou pronta?

A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.
Quem os ergueu?
Sobre quem triunfaram os Césares?
A decantada Bizâncio tinha somente palácios
para seus habitantes?

Mesmo na lendária Atlântida,
os que se afogavam gritavam pelos seus
escravos na noite em que o mar a tragou.

O jovem Alexandre conquistou a Índia,
Sozinho? César bateu os gauleses.
Não levava sequer um cozinheiro?
Felipe de Espanha chorou quando sua Armada
nafragou.
Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu, além dele?

Cada página uma vitória.
Quem cozinhava o banquete?
Cada dez anos um grande homem.
Quem pagava a conta?
Tantas histórias
Tantas questões.

Ao iniciar o debate sobre a temática da saúde do trabalhador rural, faz-se necessário a contextualização e o resgate de algumas questões históricas e conceituais da área de Saúde, Trabalho e Ambiente. São feitas, neste capítulo, algumas considerações sobre o desenvolvimento da agricultura no Brasil, apontamentos sobre a origem e organização do Movimento Sem Terra e reflexões sobre o processo de marginalização e exclusão social vivenciado pelos sem-terra.

2.1- Relação saúde e trabalho e a saúde do trabalhador

*“Primeiro levaram os comunistas,
mas não me importei com isso,
eu não era comunista.
Em seguida levaram alguns operários,
mas não me importei com isso,
eu não era operário.
Depois agarraram os sacerdotes,
depois os sindicalistas.
Agora estão levando a mim,
mas já é tarde.”*

Bertolt Brecht

No final da década de 60 e início da década de 70, surgia, em várias regiões do mundo, um movimento de questionamento sobre o sentido da vida, o valor da liberdade, o significado do trabalho e do uso do corpo. Neste momento, o Brasil atravessava um processo de mudança no processo de trabalho com alguns aspectos importantes, como a implantação de novas tecnologias. No seio desta discussão se estrutura a “Saúde do Trabalhador”, cujo objeto de estudo é o processo de saúde e doença em grupos humanos e suas relações com o processo de trabalho, onde busca-se compreender este processo – como e porque ocorre – além do desenvolvimento de alternativas de intervenção que levem à transformação em direção à apropriação pelos trabalhadores, da dimensão humana do trabalho. (Mendes & Dias, 1991).

Para melhor compreensão do processo de trabalho, se faz necessário conceituar o trabalho. Marx (1983) define o trabalho como um processo entre o homem e a natureza, onde há ação humana, para a transformação da natureza. Uma ação orientada para um fim, onde o homem objetiva, determina a espécie e o modo de sua atividade. Concretiza o trabalho enquanto um processo consciente pelo qual há apropriação da natureza que culmina na transformação de seus materiais em elementos úteis à vida humana.

"O homem só se comprova como ente espécie a partir do trabalho. O resultado de seu trabalho é sua vida como espécie!... Graças a ela, a natureza aparece como trabalho e realidade dele. O objetivo do trabalho, portanto, é a objetivação da vida espécie do homem, pois não mais se reproduz a si mesmo apenas intelectualmente na consciência, mas ativamente em sentido real, e vê seu próprio reflexo em um mundo que ele construiu" (Marx, 1972 apud Brochado, 1997: 68).

Para Noriega (1993), conceitualmente, o trabalho é uma atividade fundamental do ser humano, cria-o física e mentalmente, permitindo o desenvolvimento de todas as capacidades humanas, imaginativas e criativas. Para o autor, o processo de trabalho se compõe, além da matéria-prima, do meio de trabalho e da atividade dos trabalhadores, na forma de organização e divisão do trabalho, com as características de saúde e de adoecimento dos trabalhadores dependentes da maneira em que se combinam estes elementos.

Segundo o Ministério da Saúde (2000), em documento sobre a Política Nacional de Saúde do Trabalhador, trabalhadores são definidos como todos aqueles que exercem atividade para o próprio sustento e/ou de seus dependentes, independente da forma de inserção no mercado de trabalho, nos setores formais ou informais da economia. Se incluem nesta categoria aqueles que exercem atividade não remunerada como aprendiz ou estagiário, além dos que se encontram temporária ou definitivamente afastados do mercado de trabalho, seja por doença, aposentadoria ou desemprego.

A Saúde do Trabalhador tem como discussão principal a relação capital e trabalho enquanto fator determinante na definição do perfil de morbi-mortalidade, segundo as classes sociais e de acordo com a dinâmica das relações sociais (ABRASCO, 1986). Lacaz (1996) nos ensina que a temática da Saúde do Trabalhador busca, na melhoria das condições de trabalho, garantir aos trabalhadores organizados maior poder de atuação e reivindicação dos mesmos, assegurando a saúde dos trabalhadores no exercício do seu labor.

Os pilares que edificam a Saúde do Trabalhador são o trabalho enquanto organizador da vida social; o trabalhador como sujeito capaz de pensar e avaliar as relações saúde-trabalho; as condições e o ambiente de trabalho dependentes da inserção no processo produtivo e do contexto sociopolítico da sociedade; e a tentativa de integração das dimensões do individual com o coletivo, do biológico com o social, do técnico com o político, do particular com o geral (Mendes & Dias, 1991).

Na sociedade capitalista, o trabalho se caracteriza por ser um processo técnico no qual são produzidos bens. Um processo social de valorização do capital, onde o trabalhador materializa, na produção da mais-valia, o lucro do capitalista. O controle do trabalho acontece através da separação entre a prescrição do processo de trabalho e sua execução. No processo de trabalho nos marcos do capitalismo, há uma intensa desqualificação do trabalho humano com a sua conversão de fator subjetivo em fator objetivo da produção. Estes processos se desenvolvem no cerne da luta de classe, com o dono do capital exercendo controle sobre os trabalhadores através da organização do trabalho e da tecnologia empregada nos processos produtivos (Laurell, 1981). As características de organização e de divisão do trabalho determinam a duração da jornada, o ritmo, os mecanismos de supervisão dos trabalhadores, o controle do processo, o conteúdo da tarefa, os incentivos para a produção, a complexidade e periculosidade das tarefas (Noriega, 1993).

O modo de produção capitalista determina formas de relacionamento social, colocando em interação empregados e empregadores, cujos papéis sociais são opostos e complementares entre si, definidos pela dinâmica estabelecida pelo processo de produção: proprietários e não proprietários dos meios de produção (Alessi & Scopinho, 1994).

Para Laurell (1981), os elementos que determinam os padrões de consumo e de reprodução das classes na sociedade capitalista seriam os seguintes: o tipo predominante de mais-valia extraída; o grau e tipo de desenvolvimento das forças produtivas; o grau de controle relativo do trabalhador sobre o processo de trabalho; e a situação da luta de classes, o grau de controle estatal-patronal sobre os trabalhadores, avanços na organização reivindicativa e de classe.

Laurell & Noriega (1989) discutem a necessidade de se entender a “saúde-doença” não somente como um processo bio-psíquico, mas como um processo social. O caráter social do processo bio-psíquico humano seria o processo através do qual o homem se apropria da natureza transformando-a e transformando a si mesmo no processo de trabalho. Na interação entre o homem e a natureza surgiria, então, as chamadas “condições ambientais” das coletividades humanas, através e diante das quais se constituem os modos de conduzir a vida. No entanto, os autores salientam que essa interação ocorre sob formas sociais específicas, que determinam meios de produção e relações particulares entre os homens e dos homens com os meios de produção e com o produto.

Como categoria de análise dos elementos danosos à saúde dos trabalhadores, Laurell & Noriega (1989) utilizam a categoria “carga de trabalho”. Esta categoria busca ressaltar, na análise do processo de trabalho, os elementos deste que interagem dinamicamente entre si e com o corpo do trabalhador, gerando processos de adaptação que se traduzem em desgaste, entendido como perda da capacidade potencial ou efetiva, biológica e psíquica. Segundo os autores, pode-se distinguir as cargas em diferentes tipos agrupados em física, química, biológica e mecânica, além de fisiológica e psíquica. As primeiras possuem materialidade externa ao corpo, as últimas somente adquirem materialidade no corpo humano ao expressarem-se em transformações em seus processos internos.

Os processos de desgaste se caracterizam por ações em coletividades, ou seja, o padrão de desgaste se expressa através dos indivíduos que integram a coletividade. Para o capital, a questão do desgaste consiste em quais são as características requeridas da força de trabalho, enquanto que, para o trabalho, a questão é em que condições se desenvolvem seus processos vitais.

De acordo com o Ministério da Saúde (MS, 2000) os elementos determinantes da saúde do trabalhador são os fatores de risco ocupacionais tradicionais, físicos, químicos, biológicos, mecânicos e ergonômicos e os condicionantes socioeconômicos, tecnológicos e organizacionais. Assim, se faz necessário compreender a dualidade e complexidade do processo “saúde-doença” no contexto do trabalho, para orientar ações em Saúde do Trabalhador que buscam, no seu cerne, promover mudanças nos processos de trabalho, dando qualidade de vida ao trabalhador na sua atividade produtiva.

2.2- A saúde do trabalhador no meio rural

*“Ninguém liberta ninguém. Ninguém se liberta sozinho
os homens se libertam em comunhão.”*

Paulo Freire

“Quem não se movimenta não sente as cadeias que o prendem.”

Rosa Luxemburgo

De acordo com Romeiro (1994), as características apresentadas, após mais de quatro séculos de desenvolvimento agropecuário no Brasil, podem ser identificadas, seqüencialmente, pelo grande sucesso comercial das culturas de exportação e a escassez relativa de gêneros alimentícios, exploração predatória da natureza, escravização da

mão-de-obra, seguida, de precárias condições de acesso a terra e de emprego, escassez relativa de alimentos e excedente estrutural de mão-de-obra. Com o processo de concentração da estrutura fundiária, a expulsão da população camponesa do seu local de origem e promessas de emprego e de melhoria nas condições de vida nas cidades, verificou-se um processo migratório, onde, de 1970 a 1990, aproximadamente 30 milhões de pessoas evadiram do campo em direção às cidades (Stedile, 1997).

O processo de realização do capital na agricultura cresceu e se consolidou. A complexidade da temática não se esgotou como problema econômico, sendo de extrema relevância suas facetas política e social. A penetração do capital se materializou através do estímulo de políticas públicas definidas dentro de um quadro sociopolítico, onde havia contraponto entre a “organização e expressão de interesses ligados ao capital” e a “organização autônoma e expressão política dos trabalhadores rurais”. Como resultado deste processo, consolida-se “a super-exploração econômica e a marginalização política do trabalhador rural”. (Figueiredo, 1987).

Esta situação de extrema desigualdade, traço marcante da estrutura fundiária brasileira, condiciona a questão saúde da população rural. O capital realçou no campo, as formas de relação de produção existentes, transformando o colono em bóia-fria e concentrando a propriedade da terra. Houve também uma considerável elevação da produção de bens agropecuários, isto se dando através da mecanização, da utilização de novos equipamentos, adubos e inseticidas, além da extensão da jornada e aumento do ritmo de trabalho. Estas transformações, subordinadas as relações capitalistas de produção, provocaram modificações no processo de trabalho que causaram um grande impacto sobre as condições gerais de saúde do trabalhador rural (Possas & Trapé, 1983).

No tocante ao volume da produção agrícola, Alessi & Navarro (1997) revelam que este passou a ser determinado pela incorporação de novas áreas ainda não cultivadas, o denominado processo de expansão da “fronteira agrícola”, causando profundas alterações no nível da produção em si e também nas relações de trabalho. O processo teve como impacto a diversificação da produção agrícola e a recriação de antigas e construção de novas formas de organização do trabalho. Além disso, deu-se a substituição de lavouras com a introdução de novas espécies de cultivo, o crescente uso das descobertas da engenharia genética, e a crescente concentração da propriedade fundiária e da renda.

De acordo com Laurell (1981), a articulação da forma de produção mercantil simples praticada no meio rural com o modo capitalista de produção dominante obriga o

camponês a investir mais força de trabalho para manter um nível mínimo de consumo em uma situação de troca desigual entre seus produtos e os industriais. Assim, se configura um processo de desgaste físico rápido durante longas horas de trabalho, combinado com uma reprodução deficiente da energia consumida (“trabalho excessivo-consumo deficiente”).

Figueiredo (1987) pondera que as condições alimentares do trabalhador rural sofreram profundas alterações devido ao modelo agro-industrial de desenvolvimento, com tendência a monocultura, implementado no Brasil. Resultante deste processo verifica-se os baixos rendimentos dos pequenos produtores e a substituição da produção para consumo familiar pela produção para o mercado, com diretas repercussões na reposição da força de trabalho, resultando no processo de construção/destruição da saúde do trabalhador rural. A desnutrição e a fome, antes casos excepcionais no campo, passam a ser constante neste novo modelo de desenvolvimento rural.

Possas & Trapé (1983) indicam as conseqüências sobre o padrão de morbidade e mortalidade da população brasileira, devido às transformações no meio rural. O desencadeamento de uma aceleração das migrações internas nos anos de 1960-1970,

“liberando milhões de pequenos agricultores e trabalhadores rurais que, expulsos de suas terras, saíram em busca de melhores condições de vida nos grandes centros urbanos. Esta mobilidade populacional foi elemento decisivo de propagação das várias doenças transmissíveis por todo o país, as quais tendia, a se concentrar em determinadas áreas circunscritas, como a esquistossomose (...) e a doença de Chagas (...). Tais deslocamentos alteraram consideravelmente o perfil epidemiológico da população brasileira, encontrando terreno fértil à propagação de doenças transmissíveis dada a precariedade do saneamento básico em todo o país e a maior vulnerabilidade propiciada pela desnutrição” (Possas & Trapé, 1983: 14).

Não sendo exclusivamente rurais, mas advindas do processo de migração interna, as doenças endêmicas são características de condições ligadas à miséria e a situações de deficiência de alimentação, saneamento, habitação. E quando associadas a fatores próprios no meio ambiente, é potencializado seu grau de expansão, atingindo principalmente os trabalhadores (Figueiredo, 1987).

Outro elemento do atual cotidiano do trabalhador rural é o agrotóxico. A ação deste tipo de produto químico em um organismo já debilitado pela desnutrição pode levar o trabalhador à incapacidade parcial ou total ou até mesmo à morte. Sendo assim, os agrotóxicos vieram a aumentar o risco de adoecer e morrer aos quais os trabalhadores do campo já estavam expostos.

Além das intoxicações por agrotóxicos, os acidentes de trajeto e de trabalho, com instrumentos, máquinas e envenenamentos provocados por animais, são as formas mais comuns de acidentes de trabalho no meio rural brasileiro. Em relação aos instrumentos, os acidentes com facões, são freqüentes, favorecidos pelo estado geral de saúde e nutrição do trabalhador, predisposto à fadiga, além do ritmo acelerado do trabalho desenvolvido (Figueiredo, 1987).

Soma-se a estes, os acidentes causados por tratores, grandes responsáveis por acidentes com morte. Outras implicações também são observadas na saúde dos condutores das máquinas, provocadas pelo esforço físico excessivo ao se tentar manter o equilíbrio do veículo, além da perda parcial ou total da audição por causa do barulho.

O transporte de trabalhadores volantes, os chamados “bóias-frias”, é causa freqüente de acidentes de trajeto. O veículo utilizado apresenta-se comumente em más condições, com mínima segurança e conforto, sem qualquer tipo de proteção lateral ou cobertura, sem bancos e limite máximo de passageiros, nem espaço para o destino das ferramentas de trabalho.

Segundo Possas (1989) o trabalhador, ao ser expulso do campo, passa a residir nas periferias das cidades, fazendo com que sua saúde já debilitada continue num processo de desgaste que se traduz em envelhecimento precoce, morte prematura, doenças cardiovasculares, degenerativas, mentais, entre muitas outras.

Desta forma, a questão agrária no Brasil se revela como resultado de um longo processo com dimensões política, econômica e social, que fazem produzir condições precárias à saúde dos trabalhadores rurais, se configurando também em condições fragilizadas de vida e sobrevivência, consolidadas por uma situação de desgaste e carência que findam por esgotar, adoecer e até mesmo matar o trabalhador do meio rural (Figueiredo, 1987).

Não obstante, há vinte anos atrás, Lima Sobrinho (1981) já denunciava ser, o Brasil, uma nação com reservas de terra, mão-de-obra agrícola, fome e desnutrição, onde a política agrícola não foi orientada para o abastecimento interno, com as culturas de exportação se fazendo às expensas das culturas de alimentação, e cuja inadequada e

inexorável relação agricultor *versus* terra/capital permanece inalterada ou quiçá intensificada na conjuntura atual.

2.3- Considerações históricas sobre a agricultura no Brasil

*“A história é um profeta com o olhar voltado para trás.
Pelo que foi, contra o que foi, anuncia o que será.”*

Eduardo Galeano

“O amanhã é a transformação do hoje sob a luz da sabedoria do ontem.”

Paulo Freire

A agricultura capitalista extensiva no Brasil teve início com a colonização, subordinada a impulsos externos de natureza mercantil. O *rush* cafeeiro, em meados do século XIX, impunha uma modernização dos instrumentos da política econômica e a incorporação de novos segmentos sociais ao poder, processo esse que se repetiria em meados do século XX, com a industrialização. Foi a industrialização que gerou a necessidade de adaptar o setor agrícola às novas contingências do desenvolvimento (Linhares & Silva, 1981).

Consolidava-se a “vocação” agrícola do país, sob uma palavra de ordem: produzir para exportar, sem preocupação com a produção de alimentos e as necessidades do consumo interno. A produção de subsistência na história da agricultura colonial brasileira subordinava-se a dois fatores: situação colonial/mercantil, dentro da qual ocupava posição secundária, e os fatores peculiares como a pequena produção realizada por lavradores, com ou sem terra, apoiados no trabalho familiar, embora relacionando-se com a agricultura exportadora com a evolução urbana e as condições internas da colônia. Como atividade menor, do ponto-de-vista do sistema de poder dominante, apesar de sua extensão e do número de pessoas que ocupava, a agricultura de subsistência tornaria-se a retaguarda da atividade maior voltada para o comércio metropolitano. Coube-lhe, entretanto o papel de ocupar a terra desbravando-a e povoando-a de modo a cumprir as tarefas que lhe fossem sendo exigidas.

Linhares & Silva (1981) relatam que no caso de alguns países da América Latina, especialmente o Brasil, foi a crise do capitalismo dos anos 30 que possibilitou um crescimento industrial considerável para suprir um mercado interno de consumo de bens industriais preexistente. As condições precisas do desenvolvimento histórico do país permitiram que, uma vez dada a conjuntura externa de crise prolongada, pudessem

convergir vários fatores no sentido de uma industrialização capaz de suprir o mercado interno naquele momento. A intervenção do Estado (1930-1945) deu-se em vários setores: investimento na siderurgia, obras de infra-estrutura, expansão do crédito, reorganização político-administrativa, organização sindical, abastecimento, entre outros.

O êxodo rural já acentuado, e a existência nos centros urbanos de uma massa de trabalhadores desempregados, permitiram que se constituísse uma importante reserva de mão-de-obra, o que contribuiu para a aliança de classes de tipo “populista” cujo principal papel foi o de presidir, sob a égide do Estado, a política de industrialização do período Vargas: setores da burguesia industrial, setores militares, e classe operária urbana mobilizada através dos sindicatos.

Obscurecida a idéia do “país essencialmente agrícola” surgia a industrialização como sinônimo de desenvolvimento, forma de afirmação e autonomia face ao colonialismo. A transformação do campo era vista como condição necessária para o desenvolvimento capitalista, na perspectiva dos ideólogos do desenvolvimento industrial no modelo clássico. Conseqüentemente, a abertura desse mercado teria como ponto de partida a transformação da agricultura (modernização das forças produtivas e das relações de produção) e possibilitaria a expansão do capitalismo no Brasil.

O período de 1965-1985 foi um momento de intensa transformação na agricultura. Nas décadas de ditadura militar, os governos implantaram uma política de desenvolvimento agropecuário para a modernização do campo, causando profundas transformações, com o privilégio à agricultura capitalista extensiva em detrimento da agricultura camponesa. Geraram a modernização tecnológica financiada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, passando a agricultura a depender menos dos recursos naturais e mais da indústria produtora de insumos, consolidando o processo de industrialização e promovendo o crescimento das relações de trabalho assalariado. O campo se tornaria um espaço de conflitos intensos pelo crescimento das desigualdades socioeconômicas. O modelo de modernização conservou a secular concentração da estrutura fundiária, mas intensificou a luta pela terra e acirrou a crise política que persiste até hoje (Fernandes, 1998).

Naquele contexto, a agricultura brasileira atravessou um período de profundas transformações em sua base tecnológica, especialmente pela intensa mecanização do processo de produção e pelo aumento da quimificação do cultivo agrícola, e no seu papel no conjunto das atividades econômicas do país, onde vários setores do capital intensificaram investimentos nas atividades agrícolas, a medida que este passou a ser visto como um espaço de reprodução ampliada do capital (Iório, 1994). A política de

créditos desenvolvida na década de 70 veio a facilitar a tecnificação agrícola. Com suas variações de região e segundo categoria de produtores, esta política beneficiou, preferencialmente os médios e grandes proprietários e intensificou o processo de segmentação do trabalhador rural (Figueiredo, 1987).

No bojo deste processo, a integração agricultura/indústria teve a sua consolidação, passando a agricultura do papel de simples geradora de divisas para o lugar de realização do capital industrial. De produção que saía do campo e chegava à mesa do consumidor quase diretamente, chegou-se a outra que passou a freqüentar um circuito de beneficiamento e de transformação pela indústria (Iório, 1994). Sendo o complexo agro-industrial um novo campo de valorização do capital, este transforma-se num dos elementos centrais do processo de acumulação, permitindo a expansão da produção agrícola, tanto para o mercado externo como para o interno (Sorj, 1980).

“O modelo agro-industrial, inegavelmente e em termos agregados; aumentou a produtividade e a disponibilidade de produtos agropecuários. Acontece que, ao mesmo tempo, esse modelo concentrou a renda dificultando, conseqüentemente, o acesso dos trabalhadores rurais a esses produtos (no caso dos pequenos produtores que tentaram a tecnificação, houve tendência à monocultura e à redução da produção de alimentos)” (Figueiredo, 1987: 10).

Esta dinâmica de associação da agricultura à indústria culminou com a redefinição na escolha de onde, como e quando produzir as matérias primas. Assim, vários produtos tiveram alteração no seu processo de produção, com aumento da necessidade de capital e aumento nos custos de produção. Alterações na dinâmica das relações sociais no campo também foram sentidas (Iório, 1994).

Para Fernandes (1998), outros fatores que impulsionaram o modelo capitalista no campo, além do avanço da industrialização, foram o crescimento urbano; o intenso processo de transformação de sua estrutura produtiva; o desenvolvimento do comércio agrícola com expansão do mercado interno; a internacionalização da economia; o protecionismo por meio de subsídios fiscais destinados a projetos agropecuários; a liberação de mão-de-obra para a agricultura capitalista com o êxodo rural; a rápida e violenta transformação do campo brasileiro com a expulsão e expropriação de milhões de famílias, que migraram para as cidades por e para diferentes regiões brasileiras; o surgimento de milhões de famílias sem-terra; a concepção tecnicista e economicista de

desenvolvimento da agricultura; e os diferentes problemas ambientais causados pela intensa exploração agrícola.

O desenvolvimento capitalista no campo brasileiro apoia-se na aliança entre o capital e a grade propriedade fundiária, esta última condição para a realização do lucro e reprodução do capital e elemento chave na dominação indireta do capital na agricultura (Figueiredo, 1987). Neste contexto, o padrão de modernização experimentado pela agricultura brasileira fomentou a concentração da terra e o crescimento da exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas (Iório, 1994).

A inexistência de um projeto de Reforma Agrária e de uma política agrícola destinada à agricultura camponesa foram fatores que intensificaram a expropriação e a expulsão dos pequenos agricultores (Fernandes & Ramalho, 2001). A continuidade da concentração fundiária, com a não democratização do acesso à terra, apresenta uma dimensão política que se reflete nos conflitos pela posse de terra e na organização de trabalhadores aliados da posse da terra, que objetivam na luta coletiva e na ocupação de áreas ociosas, formas de garantir o acesso à propriedade de terra (Figueiredo, 1987).

2.4- Os movimentos sociais no campo e o MST

*“Aprendemos que os donos do país só nos ouviam
quando parava o rumor da última máquina ...
quando cantava o arame cortado da cerca ...
Carregamos no peito, cada um, batalhas incontáveis.
Somos a memória perigosa das lutas.
Projetamos a perigosa imagem do sonho.
Nada causa mais horror à ordem do que
homens e mulheres que sonham.
Nós sonhamos e organizamos o sonho.”*

Pedro Tierra

O norteamento político brasileiro, a partir de 1970, na condução da questão fundiária do país, com a expansão do capitalismo no campo e a sujeição da renda da terra ao capital, se configurou em um fator importante na reorganização sindical do campesinato brasileiro (Stedile, 1997). Segundo Grzybowski (1994), os movimentos populares rurais atuais no Brasil surgiram como forma de resistência a um processo econômico e político que provocou a rápida modernização da agricultura e aprofundou a desigualdade no campo através das formas de exploração e marginalização, em particular dos trabalhadores assalariados, camponeses e suas famílias.

Neste contexto, em 1984 é fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A história do MST não possui uma data específica de início, pois sendo

este um movimento social que reúne milhares de trabalhadores rurais, o seu surgimento teve vários momentos e locais, e a sua história é composta pela soma de vários acontecimentos que se desenvolveram a partir de 1978. Dadas as contradições do campo brasileiro, aconteceram, nesta época, através de iniciativas isoladas e simultâneas, lutas de agricultores sem-terra em vários estados, onde a principal estratégia de luta utilizada era a ocupação da terra (MST, 2000).

As primeiras ocupações ocorreram no Estado do Rio Grande do Sul, quando 100 famílias ocuparam a Fazenda Macali, no município de Ronda Alta e, em seguida, mais 240 famílias ocuparam a Fazenda Brilhante, situada no mesmo município. Outras ocupações ocorreram nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia, Goiás e Rio de Janeiro. A partir de 1981, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) começou a promover reuniões entre as lideranças, com o intuito de melhor articular as iniciativas isoladas de luta pela terra. Como resultado, realizou-se, em janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná, o I Encontro Nacional dos Sem Terra, que organizou, nacionalmente, um movimento de camponeses sem-terra, cujo objetivo maior seria articular os trabalhadores rurais brasileiros para lutar por terra e pela Reforma Agrária.

De acordo com Fernandes (1998), para o MST, a luta pela terra se trava contra a essência do capital: a expropriação e a exploração do homem pelo homem. Desta forma, a luta pela Reforma Agrária ocorre em direção à construção da propriedade coletiva dos meios de produção e em direção à construção de novas experiências realizadas quotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra.

Observando as circunstâncias históricas que determinaram o surgimento e desenvolvimento do MST, pode-se perceber três fatores principais: um de ordem econômica, outro de ordem social e, um terceiro, de ordem política (MST 2000).

O fator de ordem econômica se caracteriza pela grande concentração da propriedade de terra e a expansão da mecanização na lavoura, além do estímulo à monocultura da soja e do algodão destinados à exportação, com conseqüente redução de cultivos permanentes, e a implantação do Pró-alcool. Como resultado, houve a redução de mão-de-obra nas grandes fazendas com substituição dos trabalhadores por máquinas, contribuindo para a expulsão dos camponeses do campo.

Em relação à questão social gerada pela chamada “modernização dolorosa”, pode-se destacar as fracassadas tentativas de colonização da região Amazônica e o inchaço das cidades a partir do processo migratório, não consolidando as expectativas em torno das promessas de emprego.

Entre os fatores políticos encontra-se o trabalho da Igreja Católica, através da CPT e das pastorais rurais, que visava conscientizar os camponeses sobre os seus direitos à terra, despertando uma visão diferenciada da realidade, não mais submissa e conformista como outrora pregado pela Igreja tradicional. Merece também destaque o novo sindicalismo. Com as greves do ABC paulista e o surgimento de um sindicalismo combativo nas cidades, os sindicatos do interior, antes viciados com as questões previdenciárias, passaram a estimular e apoiar a luta pela terra. Igualmente importante foi o processo de abertura política no país. A ampliação das liberdades democráticas na sociedade permitiu que se ampliassem e proliferassem novas formas de organização social antes proibidas e reprimidas.

Dentro desta discussão entra em pauta um outro questionamento: quem seriam, então os chamados “sem-terra”? Segundo Caldart (2001), os sem-terra do MST se constituem em um novo grupo social originado de um processo de organização social de massa, organização essa que mistura a versatilidade de um movimento social em uma rede de relações sociais e organizacionais próprias, flexível mas duradoura.

"Sem Terra, com letras maiúsculas e sem hífen, é o nome próprio que identifica os sem-terra do MST. A expressão “sem-terra” indica a categoria social de trabalhadores e trabalhadoras do campo que não têm terra e que passam a requerê-la como direito. Trata-se de um vocábulo recente nos dicionários de língua portuguesa, uma das conquistas culturais da luta pela terra no Brasil. Mas em seu nome, os Sem Terra, mantêm a grafia original de seu nascimento como sujeitos que criaram o MST" (Caldart, 2001: 223).

Para o MST (2000), este termo surgiu como um apelido popular a uma classe social que vive no campo e trabalha a terra sem ser proprietário dela. Esta classe está dividida em várias categorias sociais de distintos tipos de trabalhadores rurais, conforme o modo de participação na produção. São estes os parceiros, os assalariados rurais, os posseiros, em alguns casos os arrendatários e os pequenos agricultores rurais.

Parceiro é aquele agricultor que trabalha com sua família, arrenda a terra de um proprietário e faz uma parceria: entra com o trabalho, com as ferramentas, às vezes com as sementes e o proprietário somente com a terra e, em algumas ocasiões, com o adubo e as sementes. No momento da colheita, é dividida a produção, podendo ser em partes iguais, caracterizando o parceiro enquanto meeiro, ou não. As divisões e condições de

parceira são as mais variadas possíveis. O que caracteriza este sistema é o pagamento sempre utilizando o produto colhido (MST, 2000; IBGE, 2000).

O assalariado rural é aquele que vende a sua força de trabalho para um fazendeiro (IBGE, 2000). Não possui nem o objeto, nem os meios de produção, necessitando alienar o seu trabalho. Pode ser contratado da fazenda ou trabalhar apenas em períodos específicos como, por exemplo, à época de colheita, sendo predominante no chamado sistema de “bóia-fria”.

O posseiro é o agricultor que trabalha numa determinada área como se fosse sua, mas não possui o título de propriedade da terra. Na maioria dos casos, a terra pertence ao Estado.

O arrendatário é o agricultor que trabalha e arrenda a terra por um preço fixo combinado anteriormente com o proprietário, podendo ser pago através de dinheiro ou em produtos, independente do volume da colheita na área arrendada (IBGE, 2000). Existem os chamados arrendatários-capitalistas que são grandes empresários que arrendam grandes extensões de terra para cultivo ou mesmo para especulação. Estes, obviamente, não são considerados sem-terra (MST, 2000).

Os pequenos agricultores são aqueles que possuem o título de proprietário da terra em que trabalham com suas famílias, mas esta se reduz a uma parcela muito pequena, o que, em muitos casos, impossibilita a sobrevivência das famílias. Desta forma, todo o pequeno agricultor que almeja uma quantidade maior de terra para garantir o sustento de sua família é considerado também sem-terra pelo MST.

A materialização da luta pela terra se dá na territorialização dos sem-terra. Esta se inicia com a ocupação, que é uma das estratégias utilizadas pelos movimentos de luta pela terra, se constituindo na ação inauguradora da dimensão do espaço de socialização política, luta e resistência. Com as ocupações surgem os acampamentos que são lugares onde os sem-terra mantêm um conjunto de barracas dentro de uma fazenda ou a beira de uma estrada, espaço importante para o processo de construção da sociabilidade e do ser coletivo. Com a posse do título da terra, inaugura-se a construção de outro espaço social, o assentamento. Este representa a concretude da territorialização, pois se constitui num organismo fixo, com território definido e organização estruturada (Rapchan, 1993; Fernandes, 1998; Turatti, 1999).

O MST tem, em seus princípios, três grandes objetivos definidos no seu Encontro Nacional de fundação: a terra, a Reforma Agrária e a justiça social. O objetivo de lutar pela terra atende a necessidade econômica de sobrevivência das famílias sem-terra (MST, 2000).

O segundo objetivo, a Reforma Agrária, necessita uma série de medidas a serem tomadas pelo governo para alterar a estrutura fundiária do país e garantir o acesso à terra aos que nela quiserem trabalhar. Este é um objetivo que também interessa a todos os trabalhadores rurais na medida em que a política agrária abrange questões como crédito, preços, assistência técnica entre outros.

A luta por justiça social se dá no momento em que o Movimento aspira uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Isto tem um claro caráter político, pois está relacionado com a organização da sociedade e com o poder político. Para o MST, a implantação de uma Reforma Agrária ampla, que realmente faça mudanças na estrutura da propriedade da terra e na forma como está organizada a produção na agricultura, somente acontecerá com mudanças no atual poder político e com importantes mudanças sociais.

2.5- Inclusão *versus* exclusão social: um debate

“A desigualdade do desenvolvimento econômico e político é uma lei absoluta do capitalismo.”

Vladimir Lênin

“Este não é um tempo de choro ou fatalismo, embora tenhamos vontade de fazê-lo. Este é um tempo dramático, desafiador; tempos de briga e de esperança.”

Paulo Freire

A luta pela terra e pela Reforma Agrária edificada pelo MST procura superar um das maiores mazelas sociais: a exclusão. Para alguns autores, o viés econômico se constitui no principal fator determinante do processo de exclusão social no Brasil contemporâneo. Assim, a chamada exclusão estaria, na realidade, promovendo um processo de inclusão destes sujeitos sociais no modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro.

Segundo Minayo (2000), a exclusão é um processo múltiplo de apartação de grupos de sujeitos, presente e combinado nas relações econômicas, sociais, culturais e políticas, cujo resultado é a pobreza, a discriminação, a não acessibilidade ao mundo do trabalho e do consumo, e a não representação social e pública.

Cruz Neto (1995) analisa a exclusão sob diferentes prismas. Do ponto de vista ético, pode ser caracterizada por situações em que grupos sociais sofrem restrições ou

impossibilidade total do desenvolvimento de suas potencialidades. Sob o ângulo econômico, a questão pode ser vista através da existência de grupos considerados supérfluos e desnecessários para o processo produtivo. Na dimensão social, a exclusão se expressa na marginalização ou manipulação de grupos aos quais é negada a cidadania plena.

Já Escorel (1999) fala sobre a “nova questão social”, que se caracteriza pela exclusão social (ou desqualificação social ou até mesmo desvinculação social) de grupos humanos. Para a autora, as mudanças no processo produtivo e na dinâmica de acumulação capitalista têm como reflexo a diminuição de empregos, inviabilizando o vínculo econômico como forma de inserção social. Observa-se, por esta lógica, o fenômeno de fratura na coesão social com o surgimento de indivíduos “inválidos pela conjuntura”.

Buarque (1993) constrói o conceito de apartação, que define a separação econômica e social a partir de critérios sociais, caracterizando uma situação além do aumento da desigualdade, a afirmação da diferença. De acordo com Escorel (1999) a apartação social, no caso brasileiro, identifica a fratura social com uma idéia clara de dualidade – pobres cada vez mais “miseráveis, numerosos e ousados” e ricos cada vez mais “ricos, minoritários e temerosos”. Além disso, existe a representação social do pobre como aquele economicamente supérfluo, socialmente ameaçador e politicamente incômodo.

A autora faz uma análise crítica sobre a condição de marginalização e identifica a exclusão social como um processo de desumanização e obscurecimento da existência, podendo este atingir o limiar da existência humana. Alguns grupos sociais são excluídos dos processos sociais reduzindo-os à condição única de manutenção do metabolismo em funcionamento. Não possuem a caracterização da vida enquanto uma representação de cidadania, limitando a potencialidade de sua capacidade humana sendo, categoricamente, dispensáveis à ordem imperativa.

Segundo Pochmann (1999), embora os excluídos sejam parte integrante da sociedade, se encontram desprovidos das condições materiais que os possibilitariam usufruir benefícios socioeconômicos como o emprego e rendimentos, ou de condições institucionais, deveres e direitos, possíveis nos marcos do desenvolvimento capitalista.

Na década de 70 previam, Cardoso & Faletto (apud. Oliveira, 1997) que a implementação de um modelo de industrialização baseado em um tipo de mercado urbano restrito viria por intensificar o sistema social excludente característico do capitalismo nas economias periféricas. Oliveira (1997) revela que no caso dos países

ricos a exclusão social seria o resultado do esgotamento do modelo clássico de integração na sociedade moderna pela via do pleno emprego, atingindo, conseqüentemente, a lógica do mercado consumidor.

Desta forma, no caso do Brasil, o chamado “milagre econômico brasileiro” assumia parâmetros que o qualificava como excludente a partir do processo capitalista de acumulação. As medidas econômicas implementadas buscavam, entre outras coisas, elevar os juros, desregulamentar o mercado de trabalho, alterar o papel do Estado, privatizar o setor público e focalizar gastos sociais. As tendências de desemprego, desigualdade social e exclusão, fragilizaram o padrão de integração social alcançado no pós-guerra (pleno emprego, atuação dos trabalhadores nos sindicatos e partidos políticos, entre outros) (Pochmann, 1999).

Na década de 80 o fantasma do desemprego se apresenta como principal gerador de exclusão, ao se revelar um subproduto de próprio padrão de desenvolvimento, devido à sua capacidade de liberar mão-de-obra e precarizar as relações empregatícias (Oliveira, 1997).

Com a redução do papel do Estado, há a diminuição do grau de liberdade das políticas nacionais, dificultando estratégias de geração de empregos. Concomitantemente, a permanência de um processo de reestruturação produtiva junto a inovações tecnológicas e organizacionais, impõe transformações no padrão de uso e remuneração da força de trabalho (Pochmann, 1999).

“Neste final de século, o movimento do capitalismo contemporâneo, desprovido de uma coordenação favorável à produção e ao emprego, limita as possibilidades de ampla difusão de um padrão de crescimento sustentado e de melhor enfrentamento da exclusão social. Pode-se observar a presença de grandes desigualdades na comparação entre performance econômica e o desempenho social no conjunto das economias avançadas. Ao contrário do período conhecido como anos dourados do capitalismo, observa-se a incapacidade da atual ordem internacional de distribuição generalizada dos ganhos do desenvolvimento econômico” (Pochmann, 1999, p.18-19).

Para Oliveira (1997), o primeiro elemento que desponta na constituição da exclusão social é a não inserção no mundo normal do trabalho. Os excluídos, ao não possuir as habilidades requeridas para serem absorvidos pelos novos processos

produtivos, se tornariam “desnecessários economicamente”. Assim, aparentemente à margem do processo e do circuito econômico tradicional, são estigmatizados por perder sua “condição humana”. Pochmann (1999) reforça esta idéia ao dizer que a privação material e a insegurança socioeconômica devido à exclusão do mercado de trabalho pode criar uma condição de fragilidade diante dos riscos da sociedade.

No entanto, Oliveira (1997) pondera ser este processo de exclusão social apenas uma face da inclusão dentro da lógica do mundo capitalista. Para isso, sustenta essa tese baseando-se nos clássicos estudos de Karl Marx, apontando que, no capitalismo, o crescimento da riqueza produzida se daria combinado ao crescimento do pauperismo, considerando esse fenômeno como a “lei geral, absoluta da acumulação capitalista”. Na medida em que há avanço no progresso tecnológico e conjuntamente centralização de capitais, as máquinas se tornariam o elemento mais importante do processo de acumulação, com a conseqüente produção de uma população supérflua, excedente, ultrapassando as necessidades de expansão do capital. A chamada população excedente se tornaria, por efeito de retorno, funcional à acumulação capitalista, ao se constituir enquanto um exército industrial de reserva disponível.

Trazendo para o contexto atual, Oliveira (1997) afirma que a funcionalidade deste excedente ao sistema apresenta-se também como um fator que iria propiciar, aos segmentos dinâmicos da economia, benefícios da existência de uma mão-de-obra super-explorada, engendrando a dinâmica do mundo do consumo. Assim, o processo econômico se caracterizaria por, de um lado, produzir a riqueza e, do outro, forjar a miséria.

O processo de exclusão social, apresentado como forma de vulnerabilidade, segregação, não acesso e precarização laboral, pode ser analisado, sob a ótica do processo de produção de uma sociedade capitalista, como uma engrenagem que viria a legitimar a lógica deste sistema. No tocante à agricultura, constata-se sua completa submissão à lógica do capital. A busca do lucro como objetivo principal da produção agrícola fomentou um processo permanente de concentração da propriedade de terra, dos meios de produção e da própria produção, além da evidente precarização das relações de trabalho.

As transformações evidenciadas pelo atual modelo agrícola, subordinadas as relações capitalistas de produção, provocaram modificações no processo de trabalho que causaram um grande impacto sobre as condições de vida e saúde dos trabalhadores rurais. Observa-se, então, a condição de marginalização de contingentes populacionais, alijados de seus direitos como cidadãos e submetidos a situações subumanas, privados

de condições de suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. Essa ordem social apregoa a cruel lógica de inclusão marginal de uma massa de trabalhadores “supérfluos”, “desnecessários economicamente”, ao modelo de desenvolvimento capitalista dependente implementado no meio rural brasileiro.

Materiais e Métodos



Morte e Vida Severina
(fragmentos)
João Cabral de Melo Neto

Essa cova em que estás
com palmos medida,
é a conta menor
que tiraste em vida.

É bom tamanho,
nem largo nem fundo
é a parte que te cabe
deste latifúndio.

Não é cova grande
é cova medida,
é terra que querias
ver dividida.

É cova grande
para teu pouco defunto,
mas estarás mais ancho
que estavas no mundo.

É cova grande
para teu defunto parco,
porém mais que no mundo
te sentirás largo.

É cova grande
para tua carne pouca,
mas a terra dada
não se abre a boca.

O presente estudo visa caracterizar a organização social e as estratégias de sobrevivência de população acampada em ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo transversal, usando métodos de análise quali-quantitativa, do grupo populacional residente no acampamento Oziel Alves, situado no município de Campos dos Goytacazes, região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Dados de 1996 indicam que o município possui 4.037,8 Km², 38.547 habitantes e aproximadamente 95,5 habitantes/Km² (IBGE, 1996).

O acampamento Oziel Alves, cuja ocupação se deu na madrugada de 17 de abril de 2000, presta, no nome, homenagem a uma das vítimas do massacre de El Dourado dos Carajás (PA), ocorrido em 1997. O acampamento ocupa uma área de aproximadamente 3.000 hectares da Fazenda Cambaíba, com processo administrativo com vistas à desapropriação e possuindo, segundo informações de lideranças do MST, 183 famílias, distribuídas em três núcleos de moradia: Dores, Mergulhão e Saquarema.

A coleta de dados em campo foi realizada no período de fevereiro a julho de 2001. Dada a relevância da caracterização histórica do processo de luta pela terra do grupo no qual o estudo foi desenvolvido, no primeiro momento foram levantados, através de entrevistas feitas com as lideranças do local, dados históricos sobre o acampamento, sobre a escolha do local, o processo de luta pela terra e pela Reforma Agrária e as formas de organização da população acampada. Foi igualmente relevante a coleta de informações sobre as possíveis formas de obtenção coletiva de gêneros alimentícios (Anexo I).

Devido à necessidade de composição de amostra para realização do estudo, foi realizado um censo familiar com o mapeamento da situação de permanência das famílias no acampamento. Cabe ressaltar que existem famílias que participaram do processo de ocupação da área da Fazenda Cambaíba, mas não residem efetivamente no acampamento. Para o MST, estas famílias possuem o mesmo direito ao lote de terra na área ocupada, por cumprirem uma série de pontos, o chamado Regimento Interno do acampamento. O Regimento Interno é uma sistematização de um conjunto de “leis” discutidas e aprovadas pelos próprios acampados em assembléia geral, cujo objetivo é assegurar o funcionamento regular do acampamento, mediando as situações de conflito e garantindo o bom convívio de toda a comunidade.

O censo familiar foi realizado por visita a todos os domicílios com o preenchimento de um questionário cujas variáveis foram: número de pessoas, gênero e

idade dos membros das famílias residentes (Anexo II). A partir deste instrumento, constatou-se que das 183 famílias ocupantes da área, 110 são consideradas pelo grupo como residentes, sendo as demais 73 famílias classificadas como não residentes. Os acampados não residentes não foram contemplados para participação no estudo devido à dificuldade de localização para procedimento das entrevistas.

A população amostrada correspondeu às famílias cadastradas nos três núcleos de moradia, com os núcleos correspondendo, portanto, em variável de estratificação geográfica. É importante identificar que se trata de um estudo cuja unidade amostral é a família, entendendo a família como instância privilegiada de análise do ponto de vista da captação dos mecanismos responsáveis pela reprodução da ordem social, se compondo, o centro de análise do estudo.

Considerando que as diferenças entre os casos de ocupação por uma pessoa e por um grupo familiar poderiam ser importantes na caracterização da população, decidiu-se separar as famílias de cada núcleo em unipessoais e compostas por mais de uma pessoa para fins de amostragem. Nota-se que no caso das famílias compostas por uma pessoa, os demais membros da família encontravam-se, no momento da entrevista, residindo fora do ambiente do acampamento.

As famílias foram divididas nos três núcleos e, para cada um, em grupos familiares e famílias unipessoais. No entanto, como as famílias unipessoais ou grupos familiares pareceram desenvolver as mesmas características no que tange a organização e as estratégias de sobrevivência, os dados são apresentados no total de famílias.

Dado que o tamanho da população implicava em amostras estratificadas, cujos tamanhos determinados com erros relativos variando de 0,1 a 0,3 e nível de significância entre 0,05 e 0,1, superavam a capacidade de entrevista e tratamento da informação, decidiu-se por fixar um tamanho de amostra correspondente à cerca de 20% do número de famílias em cada estrato (Quadro 1). Esta decisão poderia implicar erros amostrais elevados. No entanto, a forma de escolha das famílias é um aspecto muito mais sensível, na medida em que poderia trazer tendenciosidade na informação obtida.

Quadro 1: Distribuição familiar e amostral, por núcleo de moradia, do Acampamento Oziel Alves, Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, 2000.

Núcleo	Família unipessoal		Grupos familiares		Total	
	População	Amostra	População	Amostra	População	Amostra
Dores	20	04	13	03	33	07
Mergulhão	29	06	13	03	42	09
Saquarema	26	06	09	02	35	08
Total	74	16	35	08	110	24

Desta forma, optou-se por escolher as famílias a serem entrevistadas em cada um dos seis estratos usando um procedimento aleatório equiprovável (cada família de cada estrato tem a mesma probabilidade de ser selecionada $1/N_h$ ou a mesma probabilidade de ser incluída n_h/N_h).

Para a realização da seleção, as famílias foram numeradas seqüencialmente a partir de um em cada estrato. Por meio da função geradora de números aleatórios uniformemente distribuídos no intervalo (0,1) – RANUNI – do sistema SAS, foram selecionados os números aleatórios entre 0 e 1, que multiplicados por $(N_h - 1)$ e somados a 1, correspondem aos números aleatórios uniformemente distribuídos no intervalo $[1, N_h]$, onde N_h é o tamanho da população no estrato h ($h= 1, 2, \dots, 6$).

Diante da possibilidade de uma família recusar a entrevista, foram gerados mais números aleatórios do que o tamanho da amostra em cada estrato, para constituir uma reserva de seleção a ser usada nestes casos. O questionário utilizado com as famílias sorteadas constou de perguntas abertas e fechadas onde foram abordadas questões relativas ao processo de luta pela terra, características demográficas da família e informações sobre trabalho, saúde e alimentação.

Para melhor caracterização do processo de luta pela terra, foram formuladas questões sobre a inserção da família no Movimento Sem Terra, além de perguntas quanto à participação na ocupação e perspectivas futuras. Sobre esse ponto, foi importante também observar a permanência efetiva dos membros da família no acampamento, buscando entender as dificuldades vividas nesta situação.

De extrema relevância são as questões relativas ao trabalho. Na entrevista foram levantadas informações sobre ocupações desenvolvidas, por todos os membros da família, dentro e fora do acampamento, tendo como foco principal o trabalho agrícola. Foram abordadas as experiências no trabalho com a terra, o porquê da escolha desta atividade e as perspectivas da família de crescimento e desenvolvimento a partir da agricultura.

Também foi questionada a atuação da família nas atividades do acampamento, buscando, principalmente, informações quanto à atividade agrícola desenvolvida pelos acampados: gêneros alimentícios plantados, destino final da produção e período da atividade.

A partir das informações sobre a atividade agrícola, iniciou-se a abordagem quanto à temática da alimentação. Esta foi complementada com informações relativas à procedência dos gêneros alimentícios consumidos pela família, as formas de organização dos acampados para obtenção destes gêneros, o grau de comprometimento da renda familiar com alimentação, além dos possíveis critérios de distribuição intra-familiar dos alimentos. As táticas alimentares foram também investigadas através da metodologia da observação participante, visando enriquecer os dados obtidos pelos questionários aplicados às famílias.

Finalizando o questionário familiar, foi observada a percepção do grupo familiar quanto ao trabalho, à saúde e à alimentação, buscando entender as relações entre estas categorias e as condições de vida das famílias no acampamento.

As famílias foram procuradas em suas residências e foi solicitada a algum membro adulto da família a sua participação no projeto através da obtenção de informações sobre seu grupo familiar. Procurou-se desenvolver o questionário com uma pessoa que estivesse habilitada a responder às questões inerentes a todos os membros da família. Foi apresentado ao participante um termo de consentimento livre e esclarecido para realização da pesquisa (Anexo III), que foi assinado pelo participante ou obtido seu consentimento oral, no caso do mesmo ser analfabeto. Só foram entrevistados aqueles que cumpriram esta formalidade. As entrevistas foram feitas através de um roteiro previamente definido (Anexo IV), e gravadas para posterior transcrição. Devido a problemas com o equipamento (gravador) utilizado, os trechos finais de duas entrevistas encontram-se ininteligíveis. Os dados foram consolidados através da análise de conteúdo.

Resultados e Discussão



A Terra e os Homens (fragmentos) Pablo Neruda

Entre as cercas o estame
do ser humano foi afogado,
o menino foi enterrado vivo,
negou-se-lhe o pão e a letra,
foi marcado como inquilino
e condenado aos currais.
Pobre peão infortunado
entre as sarças, amarrado
à não-existência, à sombra
das pradarias selvagens

Me atravessaram as dores
de meu povo, se enredaram em mim
como aramados em minh'alma
me crispavam o coração.

Saí a gritar pelos caminhos
saí a chorar envolto em fumo,

toquei as portas e me feriram
como facas espinhosas,
chamei os rostos impassíveis
que antes adorei como estrelas
e me mostraram seu vazio.

E então me fiz soldado:
número, obscuro, regimento,
ordem de punhos combatentes,
sistema da inteligência,
fibra do tempo inumerável
árvore amada, indestrutível
caminho do homem na terra.

E vi quantos éramos, quantos
estavam a meu lado, não eram
ninguém, eram todos os homens,
não tinham rosto, eram povo,
eram metal, eram caminhos.
E caminhei com os mesmos passos
da primavera pelo mundo.

4.1- Descrição do Acampamento

*“É a terra quem resgata o ser humano
plantando na consciência
coragem e resistência
para fazer nascer a solidariedade.
E os mantos de lona escaldantes
se desenrolam para formar cidades
sem muros nem dor de gente errante
cada qual desenhando seu lugar
deixando a porta aberta
para a linha do horizonte.”*

Ademar Bogo

Como tradicionalmente é feito pelo MST, a ocupação da área começou pela mobilização das famílias – o chamado “trabalho de base”. Isto consiste na visita de lideranças do movimento em áreas carentes, rurais ou mesmo urbanas, de várias cidades, convidando as famílias a participar de reuniões onde são discutidos temas como a situação socioeconômica do Brasil, o processo de favelização da periferia das cidades, a questão agrária no meio rural brasileiro, a necessidade da Reforma Agrária, entre outros.

“Nós fizemos várias reuniões. Aqui dentro do município de Campos, São João da Barra, em Grussaí, por exemplo ... e aqui com os trabalhadores da usina, antigos trabalhadores da usina. Fizemos em São Francisco de Paula, Barra de Itabapoana, Imburí, em certas comunidades, São Francisco de Itabapoana, atravessando Campos, fica perto do Outeiro. Várias comunidades, dividimos em várias frentes pra fazer essa ... dentro destas áreas ... pra fazer essa ocupação” (Liderança 01).

No dia da ocupação, após um ponto de concentração ter sido marcado, os futuros acampados se encontraram e saíram num comboio de 11 ônibus e alguns automóveis, tendo como destino final a área da Usina Cambaíba em Campos.

“Saímos 10 horas da noite do dia 16 de abril. Fizemos uma concentração dentro do canavial, lá no Zumbi e quando foi 6 horas da manhã, saiu o comboio. Aquele monte de carro e a gente

veio todo mundo perdido, sem saber pra onde. Perguntando pra onde vai? Pra onde vai e seguindo ...” (Liderança 02).

O “mistério” que existe por detrás da ocupação tem sua importância: a segurança. Para o MST é uma necessidade evitar a ocorrência de conflitos durante o processo de ocupação, fazendo com que não se repitam massacres como os de Corumbiara-RO e El Dourado dos Carajás-PA. Mas mesmo com tanta precaução, um acidente poderia ter acontecido:

“... nós tínhamos receio porque tinha muito jagunço aqui. E tinha receio porque tá fazendo a ocupação e tá levando algumas famílias pra formação ... e poderia ter uma repressão. E graças a Deus não teve essa repressão no começo. Teve repressão, agiam alguns jagunços aí dentro. No dia da ocupação também teve esse jagunço aqui em frente. O Jorge Lizandro (o fazendeiro) jogou o carro em cima de um menino, demos queixa e tal” (Liderança 01).

Apesar de um grande comboio, os ônibus não vieram cheios, pois, como relatam as lideranças, algumas famílias tiveram receio de participar da ocupação.

“Os ônibus não vieram lotados porque também tem receio, porque é normal ter, né, com a jagunçagem, com a elite, com os fazendeiros, com os coronéis daqui de Campos, que são os grandes latifundiários que tem aí. Que mandavam na política de Campos, mandavam nos trabalhadores de Campos ... Os trabalhadores foram sempre submissos a eles, sempre respeitavam ordens. E com a vinda do Movimento pra Campos, pro Rio de Janeiro ... E a gente aqui em Campos ... tamos rompendo com isso. Os trabalhadores acreditam mais neles, e dão a mão um pro outro e já tão rompendo com isso. Já é a terceira usina que a gente ocupa. Tem a de São João, Baixa Grande e a Cambaíba. A gente vê a perspectiva dos trabalhadores tarem se organizando” (Liderança 01).

No momento da ocupação, entraram na fazenda aproximadamente 200 famílias. Acampados e assentados de outras áreas do Estado do Rio de Janeiro também estiveram

presentes, compartilhando suas experiências neste tipo de atividade. No decorrer do dia, outras famílias se incorporaram à ocupação.

No primeiro momento, organizou-se a cozinha, pensando principalmente na estrutura para a água. No local onde antes era apenas mato, iniciou-se a construção dos barracos com lona preta, procurando dar uma orientação espacial à área. Foram surgindo as ruas e esquinas, os quintais, os banheiros comunitários, os poços de águas, etc.

“Tava aquele pessoal andando na rua pra lá e pra cá, montando barraca, limpando, tirando cana do terreno, pra ir montando as barracas. Foi surgindo algumas brincadeiras como uns instrumentos de corda, uns violõesinhos (...) Tirando o mato, picando a cana, ajeitando as coisas, colocando as barracas no lugar” (Liderança 03).

Havia a preocupação com a fixação daquelas famílias na área, procurando garantir o mínimo de estrutura para a permanência. Assim, além das famílias levarem para a ocupação alguns gêneros alimentícios, foram de muita importância as doações vindas de sindicatos, de acampamentos ou até mesmo de moradores da região, como é o caso de um senhor residente em Atafona que, ao passar pela estrada, se sensibilizou com a situação das famílias e providenciou, durante três meses, suprimentos para os acampados.

É interessante pontuar que a data da ocupação foi escolhida dentro do calendário da jornada de lutas do MST. Naquele dia, ocorreram ocupações no país inteiro, para cobrar punição aos envolvidos no massacre de El Dourado dos Carajás no Pará. E não por coincidência, o nome do acampamento homenageia o jovem Oziel Alves, uma das vítimas daquele fatídico dia.

Com o passar do tempo, a vida foi se estruturando no acampamento e a comunidade foi configurando suas estratégias de organização:

“Depois da organização (do acampamento), vem a organização dos grupos. Aí, conforme a quantidade de famílias, eles elegem um como coordenador, um ou dois, ... um indivíduo, um homem ou mulher que ... estes vão coordenar o acampamento. E aí que foi tirado 13 grupos, 13 coordenadores e 13 vice-coordenadores, e um representante por cada coletivo, coletivo de saúde, educação,

alimentação, produção, a questão de trabalho, a questão da disciplina, pra poder tar organizando o acampamento e ... aí vão passar até a noção de grupo, a noção de organização, de organizar o acampamento. A gente envolve quase todo mundo na divisão de tarefas. Nada ditado, tudo discutido com as pessoas, até porque eles próprios elegem o coordenador” (Liderança 01).

Mas o acampamento também teve seus momentos difíceis. Principalmente no que tange à situação jurídica da fazenda. Como relatam as lideranças, o histórico da fazenda possui uma particularidade – o descaso dos antigos proprietários com o patrimônio. O Complexo da Fazenda e Usina Cambaíba já havia sido pivô de vários processos na justiça devido a dívidas entre o fazendeiro, Jorge Lizandro, e a União.

“Eles perderam essa usina devido a eles serem metidos a besta. Eles trocavam de carro novo de seis em seis meses deixando a empresa deles na mão de funcionário. Mais voando do que tomando conta do que era deles. Chegando a ponto de ficar numa situação que, endividados inclusive como o INSS e outros bancos e deixaram a terra aí abandonada como quando o povo chegou. Só havia sapé ao invés de cana. Foi o abandono total aqui da usina. Essa usina foi adquirida através do grupo São João. E daí vieram comprar essa Usina Cambaíba. Tinham um contato mais direto com os empregados e após a morte do Sr. Luís, os filhos começaram a tomar conta e dividiram isso aí... Mas os outros viviam mais de farra por aí, com o que o pai tinha deixado. Quando eles foram perceber a coisa aí, já tinha ...” (Liderança 03).

“Depois que faliu, naturalmente o governo penhorou a área. Deve ter tido uma dívida muito alta deles, por que eles panhavam empréstimo pra cultivar a terra, pra caminhões, e devido a má administração, foram falindo. Aí foi em 97 ... o governo não deu mais pra rolar a dívida. Porque normalmente quando você deve o governo, o governo chama e diz, você me paga aí uma terça parte ... e ele nunca conseguiu pagar isso aí, não sei porquê ... e em 97 o governo viu que já não tinha mais ... e decretou como área federal e propicia para Reforma Agrária” (Liderança 02).

O MST se propõe a impulsionar a Reforma Agrária tendo como principais instrumentos a ocupação de terra e a fixação das famílias nesta terra. Por isso, as terras ocupadas são definidas através de busca de áreas consideradas improdutivas pelo poder público, cujo processo de desapropriação é viável. E não foi diferente com a Fazenda Cambaíba. Segundo a Rede de Assessoria Jurídica do MST-RJ, após o rolamento de diversos processos jurídicos, o fazendeiro foi substituído do encargo de depositário fiel das áreas da Fazenda Cambaíba, por ter sido considerado depositário infiel ao alienar indevidamente o bem, tendo, inclusive, requerimento de prisão decretado pelo representante da Fazenda Nacional. No entanto, a prisão do fazendeiro não ocorreu e o processo foi arquivado.

Buscando uma solução no campo jurídico para a área ocupada, a Assessoria Jurídica do MST conseguiu que, a partir da ocupação, a área ficasse sob responsabilidade dos ocupantes, ficando a acampada e liderança do MST, Lúcia Marina dos Santos, com o título de depositária fiel do Complexo da Usina Cambaíba. Esta é considerada uma das maiores vitórias do MST no Estado do Rio de Janeiro. Mas a vitória ainda não estava completa. Foi expedida uma liminar de despejo que, depois de muita mobilização e processos na justiça, foi cassada. Não obstante, a intimidação feita pelos jagunços da fazenda continuava.

“Desde que o pessoal entrou, colocaram umas pessoas (jagunços) aí pra limitar o espaço e não deixar a gente avançar. Fizeram até ameaça ao nosso povo aqui. Deram alguns tiros pra cima pra intimidar o nosso povo aqui. Mas o nosso povo não se intimidou muito não” (Liderança 03).

Os advogados do MST solicitaram então que fosse garantida a segurança das famílias acampadas. Uma viatura da polícia militar foi colocada na entrada principal da fazenda, para tentar impedir confrontos de qualquer natureza. Atualmente a situação jurídica se encontra estável, o que inclusive possibilitou a divisão do acampamento Ozziel Alves em três núcleos de moradia: Dores, Mergulhão e Saquarema.

“... a gente viu que um acampamento só não ia abranger, então a gente decidiu dividir em três núcleos, no caso, o 1, o 2 e o 3. O 1 ficou aonde foi o início (Dores). O 2, Mergulhão, e o 3 tá aqui em Saquarema. Então a gente tá um pouco desacostumado por que a

gente levou 8 meses juntos. (...) Mas a gente viu que era necessário, que era pra abranger a área toda que é muito grande” (Liderança 02).

A divisão em núcleos, além da necessidade de abranger toda a área da fazenda, se deu pela falta de espaço em um único local para a divisão de lotes de aproximadamente dois alqueires por família.

No período da pesquisa (fevereiro a julho de 2001), os núcleos de moradia se encontravam organizados através de divisão de tarefas. São constantes as assembleias para discutir as necessidades e as demandas surgidas. Também há a organização de setores, o que vem facilitar a divisão das tarefas e potencializar a solução dos problemas.

“Aqui nos temos o setor de segurança, o setor de trabalho, alimentação e educação. Por enquanto tá funcionando segurança, alimentação e trabalho. Funciona da seguinte maneira. O setor de trabalho sempre olha o que é de importância e ele desloca uma equipe, desloca as pessoas que estão disponíveis, convida uma equipe pra tratar daquele assunto. O setor da segurança funciona ...não só a segurança do acampamento como também a segurança da área. Ele reúne, faz uma equipe revezando, até meio dia vai dois a cavalo, de meio dia pra tarde vai mais dois. No outro dia já não é mais aquelas quatro pessoas. E de alimentação, quando a gente recebe alguma doação, fica concentrado no almoxarifado, e a partir dali a coordenadora entra ela com o trabalho de pesquisa no grupo, vê quem são os residentes, por que tá lá fora trabalhando tem forma de subsistência particular, e deixa a doação que é pouca pra quem reside. E ela então faz o trabalho dela e então a gente divide. Ela que se encarrega de tudo” (Liderança 02).

De acordo com as lideranças, apesar das dificuldades vividas numa situação atípica como a de um acampamento, as famílias continuam confiantes e dispostas a seguir em frente na busca de melhores condições de vida.

“A gente continua naquela luta. O pessoal tá querendo o seguinte ... as famílias tão esperando que as terras sejam repartidas, lotes

pra cada um e inclusive tem uma maior permanência dentro do acampamento ... que as pessoas alegam que a maior dificuldade é recursos pra sobreviver aqui dentro ... que nós não temos recursos. Desde o momento que a terra seja dividida eles se prontificam pra plantar e colher pra próprio sustento” (Liderança 03).

O acampamento se configura num período muito interessante do processo de luta pela terra e pela Reforma Agrária, pois é espaço onde os acampados aprendem a se socializar e viver num novo modelo de comunidade e, como pontua Fernandes (2001), é o momento em que compartilham angústias, confortam carências, sofrimentos, necessidades e fortalecem o espírito de união. Compreendem, a partir de suas práticas, o significado de palavras como unir, compartilhar, socializar, militar.

“Durante a fase de acampamento, alimentam-se da esperança de mudar a própria condição social, pois o acampamento caracteriza-se como uma passagem necessária na vida desses sujeitos. (...) O acampamento precede a conquista definitiva da terra” (Fernandes, 2001: 105).

4.2- Caracterização demográfica da população acampada

*“Quando eu morrer que me enterrem na beira de um chapadão.
Contente com minha terra cansado de tanta guerra, crescido de coração.”*

Guimarães Rosa

*“É difícil defender só com palavras a vida
(ainda mais quando ela é esta que vê, severina).”*

João Cabral de Melo Neto

De acordo com a amostra definida neste estudo, foi entrevistado um total de 24 famílias: sete moradoras do núcleo Dores, nove do núcleo Mergulhão e oito do núcleo Saquarema.

Somando-se todos os residentes das famílias entrevistadas, encontrou-se um total de 85 pessoas, sendo 45 do sexo masculino e 40 do sexo feminino. Para a variável idade, observa-se que 16 indivíduos encontram-se na faixa de 0 a 10 anos; 27 indivíduos

na faixa de 11 a 20 anos; 18 indivíduos na faixa de 21 a 40 anos e 24 indivíduos com idade maior que 40 anos. O cruzamento das variáveis gênero e faixa etária apresenta a seguinte conformação (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição percentual por gênero, segundo faixa etária da população amostrada. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.

Faixa Etária (anos)	n	%	
		Homens	Mulheres
0 a 10	16	50,0	50,0
11 a 20	27	51,8	48,2
21 a 40	18	66,7	33,3
> 40	24	45,8	54,2
Total	85	52,9	47,1

Observa-se que o número de homens residentes no acampamento é superior ao de mulheres, havendo igualdade entre homens e mulheres na faixa etária de 0 a 10 anos e pequena superioridade de mulheres na faixa de maiores de 40 anos. Entretanto, considerando apenas a população em idade produtiva, aqui no caso, o somatório dos valores encontrados para os maiores de 21 anos, a proporção de homens residentes no acampamento é superior a quantidade de mulheres na mesma condição.

Na população amostrada nota-se que o nível de escolaridade de primeiro grau aglutina a maior parte da amostra, com os homens mais presentes na faixa de 1º grau incompleto e as mulheres permanecendo, proporcionalmente, por mais tempo em instituições de ensino, completando ao menos o 1º grau (Tabela 2).

Tabela 2: Distribuição percentual, por gênero, segundo escolaridade da população acampada. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.

Escolaridade	n	%	
		Homens	Mulheres
Só assina nome	2	50,0	50,0
Sabe ler ou escrever	9	77,8	22,2
Pré-escola (somente crianças)	6	50,0	50,0
1º Grau (1ª a 4ª série)	39	53,8	46,2
1º Grau (5ª a 8ª série)	26	42,3	57,7
2º grau incompleto	3	66,7	33,3
Total	85	52,9	47,1

Os dados revelam que a população masculina adulta amostrada possui um baixo nível de escolaridade. Não obstante, entre os que só sabem ler ou escrever, 71% são homens adultos, maiores de 40 anos. O mesmo se repete na faixa etária de 1ª a 4ª série, com 76% dos homens maiores de 10 anos declarando estarem cursando ou terem somente concluído a primeira etapa do 1º grau. Somando-se os indivíduos que iniciaram a segunda etapa do 1º grau aos que possuem 2º grau incompleto, não encontra-se mais de 29% do total de indivíduos do sexo masculino da população amostrada (Figura 1).

Apesar de algumas particularidades, a população feminina comporta-se de forma semelhante à masculina. Importante notar que, do total da população feminina amostrada maior de 11 anos, 40% encontra-se na faixa etária de 1ª a 4ª série e aproximadamente 47% apresentam-se na faixa subsequente, de 5ª a 8ª série (Figura 2).

Grosso modo, observa-se que o nível de escolaridade é relativamente baixo tanto em homens quanto em mulheres. No entanto, revela-se que, entre a população amostrada até 20 anos, a permanência em instituições de ensino é alta, mas com ligeiro atraso no nível de escolaridade.

O MST se preocupa com tal situação, estimulando a permanência das crianças e jovens acampados em instituições de ensino circunscritas à área ocupada, além de fomentar, através do Coletivo de Educação, atividades educativas com estas crianças e jovens, como também com a população adulta. Assim, com a paulatina reversão de um quadro problemático para a Educação no país, talvez, com o tempo, a população rural não venha mais a afirmar ter sido o cabo da enxada a sua única escola.

Figura 1: Valor percentual do nível de escolaridade da população masculina amostrada, segundo distribuição etária (anos). Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.

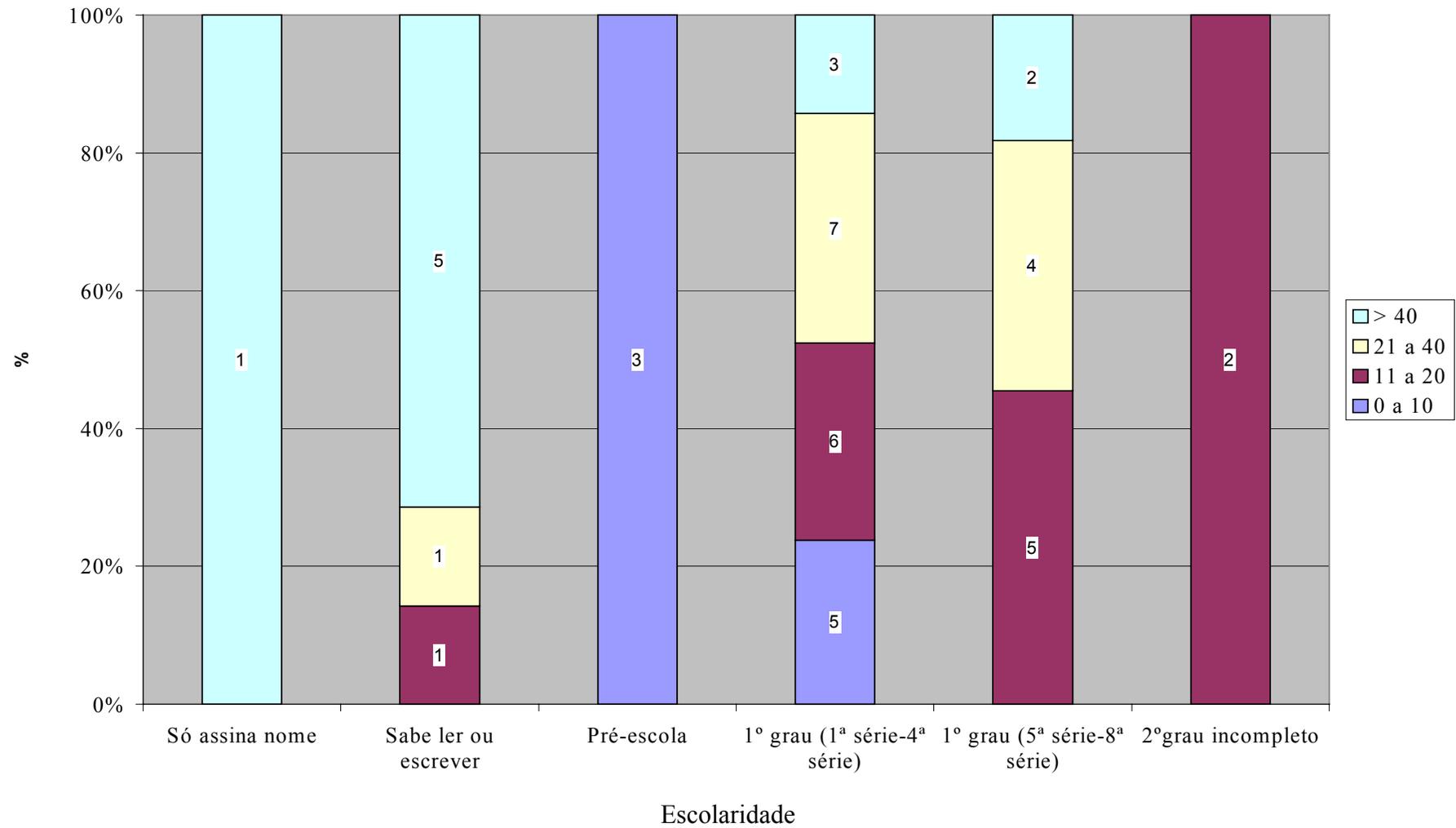
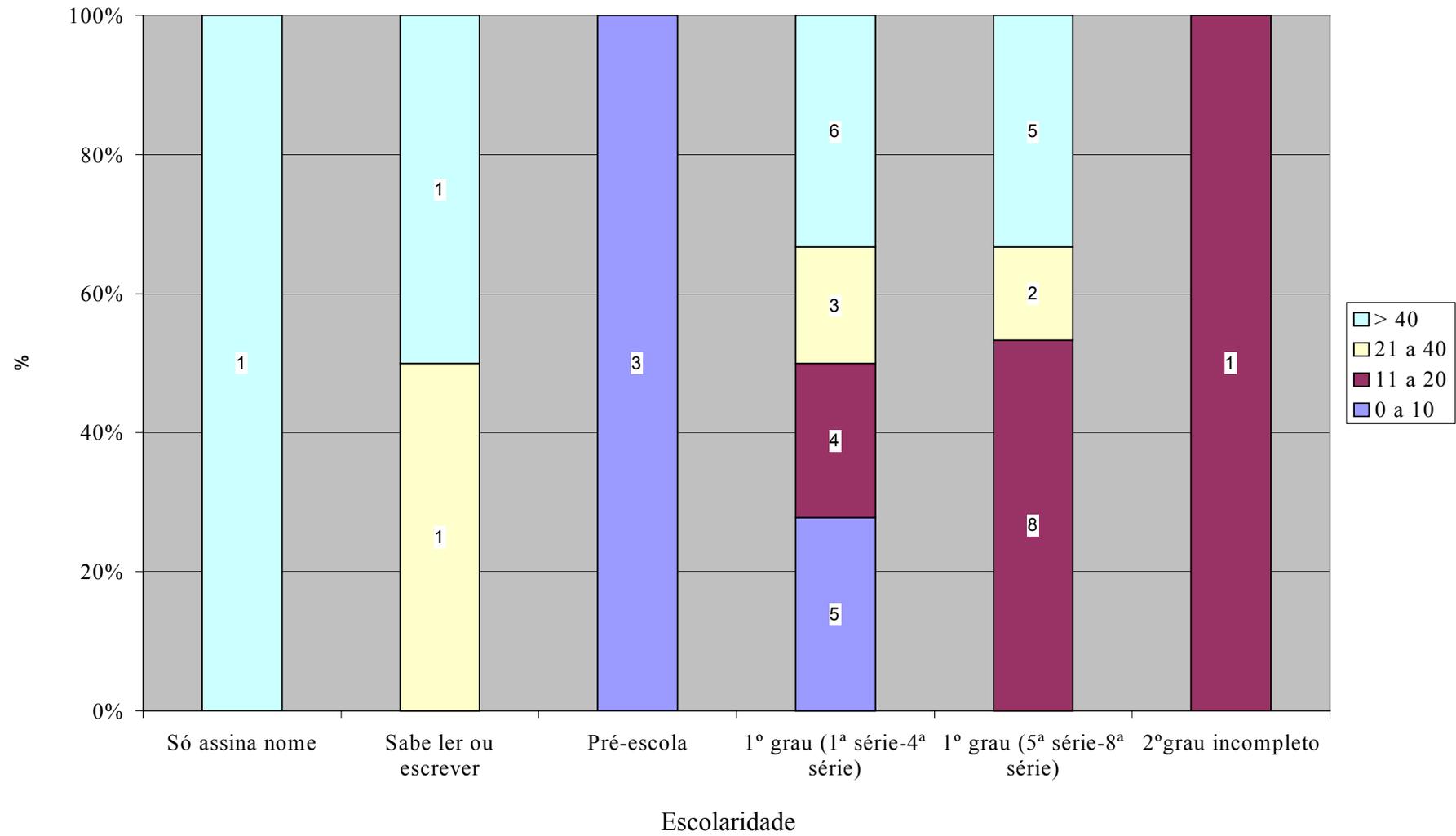


Figura 2: Valor percentual do nível de escolaridade da população feminina amostrada, segundo distribuição etária (anos). Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.



4.3- O Sem Terra: a formação de um sujeito social

*“Como gostaria de ser lembrado?
Como uma pessoa apaixonada pela vida,
pela aventura de conhecer,
como alguém que tem esperança.
Não me refiro à esperança feita de pura espera,
mas à esperança materializada em ação, em luta.
Eu acredito na história
como possibilidade de transformação.”*

Paulo Freire

Para melhor análise e compreensão das respostas às questões elaboradas por este estudo, optou-se em categorizar analiticamente as falas dos entrevistados que serão apresentadas ao longo do trabalho.

O primeiro grupo de características levantadas diz respeito à ocupação da terra e à relação entre os acampados e o Movimento Sem Terra.

Quando questionados sobre a participação da família na ocupação, percebe-se que o sentimento principal que norteia as respostas é a necessidade de sobrevivência à partir do trabalho na terra (terra para plantar). Observa-se, também, a influência da história familiar de trabalho na agricultura como fator importante na decisão de ingresso na luta pela terra, tendo como instrumentos a ocupação e a formação do acampamento. Por fim, o convite feito por amigos e parentes, que já possuem a experiência de luta e conquista da terra, apareceu como fator estimulador para a participação na ocupação.

As falas dos acampados expressam o sentimento de ter, nas próprias mãos, as condições objetivas e subjetivas de sobrevivência individual e da família. O desejo de viver com dignidade a partir do trabalho na terra coloca os acampados como sujeitos de sua própria história e capazes de transformar, em mínimas condições, sua própria existência.

“A gente corria atrás de uma vida digna, pra gente, pra família da gente. E ter o nosso pedacinho de terra, pra trabalhar, e ter uma vida melhor” (Entrevistado 23).

“Primeiro foi o meu marido. Tem uns três meses que eu vim. Ele veio porque ... pra arrumar terra, pra plantar, pra produzir. E pra ter a nossa própria terra, pra gente plantar e ter uma vida melhor” (Entrevistado 08).

“Porque não tem terra pra trabalhar. Eu trabalho na usina, terra dos outros” (Entrevistado 13).

Encontra-se latente no discurso dos sem-terra o sentimento de possuir sua própria terra, gerando condições próprias de vida. Isto seria uma forma, talvez não ainda ideologicamente percebida por todos, de ruptura com as amarras do latifúndio. Segundo Fernandes (1994: 178) *“O acampamento é na sua concretude o espaço de luta e resistência, é quando os trabalhadores partem para o enfrentamento direto com o Estado e com os latifundiários”*.

Para os acampados, a construção de novos valores ou até mesmo o resgate de antigos valores subjugados pela sociedade capitalista estão presentes na construção de uma nova alternativa de vida em comunidade, como relata o entrevistado abaixo ao falar de sua vontade em garantir melhores condições de vida para suas futuras gerações, além do sentimento de dividir a conquista almejada.

“Por que eu estava no Primeiro de Maio [outro acampamento na região]. Eu quis ocupar a terra sobre assim,... eu já estou com um pouco de idade, bastante. Já tenho pra passar pros meus e pros outros também, né ... e segundo é pelo futuro dos meus filhos. Quero que tenha assim ... que eles possam trabalhar, crie eles no trabalho e quero que se tenham um futuro na vida. A gente também vai panhar ... na idade da gente, mas quer deixar um futuro pros filhos. E eu também ... não é só pensando nos filhos da gente ... dos outros também, a gente não tem essa forma de pensar só na família, não pode pensar só na família da gente. Tem também que a gente plantar uma planta e dividir com os outros também” (Entrevistado 02).

“Porque eu gostaria de ter um pedacinho de terra pra plantar. Eu sou uma pessoa que ... eu trabalho pra chuchu, mas não tenho condições de ter um pedaço de terra. E o meu sonho é ter um pedaço de terra pra plantar. Viver com um pouco mais de dignidade. Tentar viver com um pouco mais de dignidade. Porque com o salário mínimo, com o salário mínimo, a gente vegeta. E sempre passando humilhação. E você vai me dizer, com dois alqueires de terra, você não vai ficar rico ... não vai, mas pelo

menos você tá trabalhando dentro do que é seu. Você tem chance de criar uma galinha, você tem chance de criar um porco. Você tem chance de plantar, você tem chance de comer, pelo menos uma verdura, uma coisa saudável. E eu também não tenho mais muito sonho. Primeiro que eu já não sou mais uma criança, segundo que quando eu morrer, eu não levo nada comigo. Mas a gente tem que ter uma finalidade. Eu sou uma pessoa que ... eu nasci e criei na roça” (Entrevistado 19).

O espaço do acampamento se constitui no *locus* de construção do espaço social, onde os sem-terra mostram-se à sociedade, com suas lutas por cidadania e reconhecimento de seus direitos. A produção para próprio sustento, utilizada, junto com a ocupação, como estratégia desenvolvida por este grupo social para combater as forças hegemônicas da sociedade, apresenta-se como única possibilidade de sobrevivência. Uma forma de libertação da opressão antes vivenciada em propriedades de terceiros ou mesmo nas cidades.

“Foi mais ou menos o seguinte. Eu venho desde 90, desempregado. E parado, e também gente com a minha idade, o governo falou que gente com 40, 45 anos não tem serviço. Então, assim, dispensando, também fui dispensado. Tocou isso aqui, aquilo ali. E continuei ... aí, meu irmão entrou lá no Zumbi e eu fui pra lá trabalhar de meio com ele. Aí saiu uma ocupação pra Martins Lage, aí eu resolvi ir pra lá, que indo pra lá eu pego um pedaço pra mim. Que aí, tendo o meu, trabalho pra mim, tem meus filhos, a minha família. Sem ter da onde tirar ...” (Entrevistado 24).

Tendo a ocupação do latifúndio como estratégia de luta pela Reforma Agrária, o MST reafirma a mobilização popular como forma prioritária de luta e conquista de seus objetivos. De acordo com Caldart (2001) isto quer dizer que o MST explicita nas próprias ações da luta o que contesta (enquanto prática e enquanto valor) e que sujeitos pretende trazer de volta à cena social em nosso país. Para a autora, “*quem olha para as ações do MST vê se transformarem em lutadores seres humanos que o capitalismo já imaginava ter excluído definitivamente*” (Caldart, 2001: 208).

Os sem-terra se forjam enquanto sujeitos histórico-sociais que, ao desencadear movimentos de ocupação de terra, iniciam seu despertar para novas formulações

ideológicas, contestando a atual ordem social. Contestam sua antiga condição de prestadores de serviços que asseguravam a produção e a reprodução dos meios de produção do proprietário de terra. Agora, integrantes de um movimento social dinâmico, aventuram-se na busca da construção de seus próprios meios de produção.

Assim, para os acampados, o trabalho se apresenta como meio transformador de uma condição de pobreza e exclusão social, possibilitando aos que almejam a terra para trabalhar e produzir, uma nova condição de vida. Igualmente presente encontra-se a socialização da conquista, com forte cunho ideológico de construção de uma nova sociedade, sem exploradores e sem explorados.

Ao serem questionados quanto às expectativas e sonhos que trazem ao realizar a ocupação da terra, a totalidade das respostas têm como sentimento expresso a necessidade de se ter, segundo afirma um dos entrevistados: *“A terra para plantar”* (Entrevistado 01)

“Olha, é uma luta, mas eu quero conquistar a terra. O objetivo de ter minha casa, minha família direitinho, tudo organizado. Porque lá fora, o desemprego tá grande. Tá tudo difícil. Eu acho que na terra ... é a melhor conquista que tem. Pra sobreviver” (Entrevistado 11).

Além de objetivada a necessidade de sobrevivência, a conquista com a ocupação perpassa por sentimentos subjetivos de realização e prosperidade. Existe um forte contraponto desta condição almejada à situação anterior, vivida nas cidades, caracterizando, assim, formas distintas de existência social.

Segundo Fernandes (2001), a cidade apresenta-se como lugar para o fracasso, para a exposição da incapacidade. Para o autor, nas cidades estes sujeitos sociais não se adaptam nem mesmo à condição de mão-de-obra desqualificada devido ao baixo nível de escolaridade que possuem. Desta forma, a ausência de potencial para o trabalho nas cidades se traduz em exclusão social, levando os “sem nada” à peregrinação, à marginalidade e, em última análise, à miséria.

A cidade é rejeitada pelos sem-terra ao ser identificada como lugar de construção de sujeitos miseráveis e proliferação de querelas como a fome. Na cidade coexiste o sentimento de não pertença à um determinado grupo social ou à sociedade como um todo, com a exclusão de toda uma classe social, na qual os sem-terra estão inseridos.

“Paz, felicidade, dar terra pra alguém. Pra plantar, pra colher, pra comer. Não adianta o sujeito morar na cidade e não ter o que comer na cidade. Aqui nós temos. Se nós plantamos um pé de maxixe, ele colhe. Se plantamos pé de mamão ... que eu tenho aí. Plantamos pé de guandu ... tem aí. Então a gente não morre de fome em cima de uma terra” (Entrevistado 05).

A conquista da terra representa um sonho de liberdade, de independência e conquista de melhores condições de vida. Mas os acampados também sabem da dimensão de uma conquista coletiva, terra para todos. Assim se materializa a necessidade de não se findar a luta pela terra e pela Reforma Agrária na conquista da terra. A construção do novo sujeito coletivo, que ocorre após reformulações na visão de mundo, refletidas como a tomada de consciência política, busca na concretude da luta o estabelecimento de novas relações de cotidiano.

“Da luta, eu espero conquistar a terra, pra trabalhar nela, e nas oportunidades, se puder ... e se tiver mais alguma ocupação, a gente tentar ajudar as outras pessoas que queiram também entrar na mesma luta. Que eu já tô há um ano e pouco ... a gente sabe que não é fácil, tem que lutar pra conquistar, tem que lutar. E a luta não só aqui, a gente de vez em quando a gente tem que ir no Rio, a gente tem que ir aqui no centro, pra fazer manifestação aqui no centro. Porque os governos eles ... faz a lei ... no mesmo instante que eles fazem a lei, eles tiram a lei da gente ... da pessoa que precisa, eles tiram a lei” (Entrevistado 15).

“Conquistar a terra, todos nós, não é só eu. Se eu conquistar, e os outros não, eu também não quero, quero todo mundo, todos aqueles que precisam. Agora, o governo fala que tem que registrar, fazer cadastro no INCRA. Já fomos lá e registramos. Então se o problema é esse, nós já tamos registrados e já tamos na terra. Se o problema é ter que registrar, já registramos no correio” (Entrevistado 19).

As falas anteriores questionam a condição da classe política como provedora da Reforma Agrária. O apontamento feito questiona a legitimidade de algumas leis perante às maiorias excluídas, sugestionando que as mesmas viriam a atender os interesses de

grupos específicos. A burocracia do Estado é colocada em xeque ao denunciar a falta de resolubilidade para a questão fundiária. Tudo isso demonstra a famigerada falta de vontade política, de parcela da classe política de nosso país, em realizar a Reforma Agrária. Políticos estes comprometidos com interesses de grandes latifundiários e do grande capital.

A possibilidade de obtenção da terra faz o sonho de ter melhores condições de sobrevivência uma constante no discurso dos acampados entrevistados. Uma nova condição de vida, através da subsistência na terra, com a recusa de existência social que gera condições de marginalização e exclusão.

“Acho que todo mundo espera conquistar a mesma coisa ou coisas parecidas. A gente não só conquista a terra, a gente conquista boa condições de vida pro futuro. Porque hoje as crianças vão trabalhar em que quando ficar maior? Estuda, se forma, não tem emprego. Se arruma um emprego é escravizado. Que você vai morar na roça, no interior, é trabalho escravo, o salário é aquelezinho que a gente sabe. E sem direito a nada ... que a maioria hoje tá trabalhando tudo clandestino. Se vai trabalhar na cidade, você não tem onde morar, vai pra favela, vai ficar debaixo de um viaduto. É pior do que tudo na vida. Então a gente vai e conquista o que? Conquista terra, conquista dignidade, vai conquistar esperança de vida nova e mais um montão de coisa pra gente” (Entrevistado 20).

Indo além, Macedo (2000) relata que a sobrevivência na terra não se restringe ao seu significado estritamente econômico, mas sobretudo ao sentido de garantir hábitos, costumes, crenças, solidariedade, enfim, uma cultura própria do meio rural brasileiro.

Dando continuidade às entrevistas, no quesito que trata da organização e fomento da luta pela terra, foi questionado aos entrevistados o motivo da escolha de participação no Movimento Sem Terra e o significado desta opção, além do sentimento de se pertencer ao novo grupo social em formação, o Sem Terra.

A maioria dos entrevistados objetivou a sua participação na necessidade de organização requerida pela luta social pela Reforma Agrária. Outros responderam que possuíam afinidade pessoal com as lideranças do MST e com outros sem-terra já acampados. A necessidade de sobrevivência na terra e o interesse da família como um

todo pelo trabalho rural, motivando a participação na organização, encontra-se muito presente no relato dos acampados.

Os acampados relatam ser o método proposto pelo MST, ou seja, a ocupação, o melhor meio de se chegar à conquista da terra. A falta de credibilidade do Governo Federal é caracterizada pelos entrevistados ao questionarem a demora com o resultado do cadastramento, junto ao INCRA, feito nas agências dos Correios. Assim, o processo de luta, com a ocupação da terra, resistência no acampamento e a produção de gêneros para, no mínimo, subsistência, que norteiam as palavras de ordem “Ocupar, Resistir e Produzir”, se apresentam como melhores alternativas para a mudança da condição de existência deste grupo social.

“Porque eu acho que se eu fosse sozinho, se eu formasse um grupo sozinho, eu não teria condições de panhar uma luta dessa. Então eu acho que somente o MST, que pelo governo... fomos lá, fizemos o cadastro, era 15 dias, tamos esperando, ainda não chegou. Essa proposta que o governo fez pra gente fazer pelo correio, deu que era 15 dias, chegava uma resposta. Chegou uma carta pra daqui ... não sabemos quando vai ter outra entrevista, não sabe ... Então eu acho que o melhor método, seriam, como tá sendo, o MST” (Entrevistado 15).

“Porque eu acho que é a única maneira de eu adquirir um pedacinho de terra. Porque eu não tenho condições de comprar. Esperar pelo governo, o governo não dá. Eu acho que é tudo fachada, que há mais de 23 anos, eu inscrevi no INCRA de Macaé, e até hoje não me chamou. Governo já passou e nenhum me chamou. Vi pela minha visão que é a única maneira de chegar na terra. Pelo intermédio do MST, pelo intermédio do acampamento, da ocupação” (Entrevistado 19).

É interessante notar que, há tempos, o tema da Reforma Agrária já era pauta de debate no meio rural brasileiro. No trecho seguinte, uma senhora de mais de 60 anos de idade relata seu sonho de conquista de um pedaço de chão, e que seus antepassados já possuíam o mesmo sonho.

“Eu achei que ia dar certo por que meu pai falava na Reforma Agrária. Falava que ainda ia tempo ... ele sentava pra conversar

com nós, aí ele fala assim ... oh meus filhos, vocês ainda vão passar pela Reforma Agrária, vai ter ainda a Reforma Agrária. Inclusive o meu pai tinha até uma cartinha do Getúlio e eu sei que essa cartinha agora deve me valer bastante. Eu nem sei, tenho que revirar muito lá em casa pra ver se eu consigo saber onde tá. Então no dia em que o Índio [militante do MST] chegou lá em Ribeira do Amaro que falou ... ah, é pra já meu filho, faz meu nome aí, que meu pai falava da terra e Reforma Agrária e eu, estou ... tô nessa” (Entrevistado 02).

O próximo entrevistado faz um relato sobre a crueldade dos grandes donos da terra, apresentando como exemplo sua própria história familiar. Nota-se nesta fala a constante barbárie praticada pelos “poderosos” proprietários subjugando as condições de existência daqueles que lhe forneceram, durante toda uma vida, sua força de trabalho, e que recebem como “gratidão” um fim trágico. E a família, além da dor da perda de um ente, é expulsa da terra tendo que buscar outras formas de se manter em atividades agrícolas.

“Bem, eu nunca participei dessas coisas não. Mas foi mais por causa do meu marido, o pai dele trabalhava, era administrador daí, aí ele foi morto pelos empregados aí do Dr. Jorge. E eles não deram nada ele, à minha sogra. Não deram ... pagou nada ele, não deram nadinha de nadinha. A casa, eles mandaram ela escolher o lugar da casa, então deram a ela a casa aqui, e até pouco tempo mandaram ela panhar de volta. Mandaram ela assinar um documento que se caso ela morresse tinha que sair daí. E ali no caso nós já tamos há quinze anos. Vai fazer quinze anos agora em dezembro que a gente mora aqui. E aí quando saiu isso, o meu marido resolveu ... Ele [fazendeiro] até vendeu um pedaço ... e meu marido comprou, pra evitar confusão. Disseram que ele é muito ruim, que matava isso, aquilo. Pra evitar confusão o meu marido comprou um pedacinho, se caso a minha sogra morresse, a gente não ter pra onde ir, ficava aí mesmo. Aí como teve esse acampamento, nós resolvemos entrar. Pra conseguir pegar um pedacinho de terra pra gente” (Entrevistado 09).

Por fim, encontra-se presente o sentimento de pertença ao MST enquanto um grupo social que tem como bandeira de luta a transformação social. A consciência quanto à viabilidade da Reforma Agrária vem se realizando em decorrência da superação das dificuldades experimentadas no processo de luta.

“Porque é um pessoal que só quer bem ... a gente sente que só quer o bem. Pessoal de luta. MST é uma bandeira que é tudo pra gente” (Entrevistado 22).

Segundo Fernandes (2001), a descoberta de formas de ação em direção contrária às forças hegemônicas vigentes darão rumo a um despertar ideológico que desencadeará na formação do sujeito Sem Terra, bem como de seu discurso. Complementando, Caldart (2001) aponta, através do MST, o enraizamento de uma coletividade, não negando o seu passado mas projetando um futuro, cujos sujeitos de construção se configuram na própria ação da coletividade que, ao saber que não estão mais “soltos no mundo”, formam a primeira condição para se abrirem à esta nova experiência de vida.

Na busca da reconstrução do mundo sociocultural de suas origens, os novos sem-terra, rejeitam sua condição anterior de submissão à propriedade e ao capital, vislumbrando no futuro um sonho de liberdade. Não obstante, ao serem perguntados quanto ao significado do Movimento Sem Terra e a pertencer a este grupo social em formação, os Sem Terra, os entrevistados norteiam suas falas tanto na dimensão da transformação objetivada na luta pela terra (Lutar pela terra), quanto na caracterização da condição de marginalização pela sociedade (Não ter nada, Não ter terra para trabalhar).

O discurso destes atores sociais retoma o debate da origem da propriedade da terra no Brasil. O entrevistado seguinte recorre à religiosidade para contestar a partilha das terras brasileiras. Observa-se também a idealização de uma nova construção social, em que se eliminam pretensões de acúmulo de riqueza, e se objetiva apenas a superação da condição de exclusão.

“Olha, sem-terra é sem nada. Pessoas que ... Deus quando criou o mundo, ele não dividiu terra pra ninguém. Então a gente espera conseguir esse pedaço de chão ... a gente tá lutando pra isso” (Entrevistado 22).

“Sem-terra é pessoa como a gente, e que vai a luta” (Entrevistado 08).

“É a pessoa ser pobre, não ter nada, não ter da onde tirar. Uma pessoa muito sacrificada que não tem como viver” (Entrevistado 17).

O desejo da propriedade de terra pode ser traduzido na necessidade de produção das condições básicas à existência social. Visa construir um espaço social adequado à inserção dos Sem Terra à sociedade, que lhes assegure a dignidade. (Fernandes, 2001).

“Sem-terra é a pessoa que não tem terra, não tem condições de comprar um pedaço de terra” (Entrevistado 16).

“Sem-terra, pra mim, é não ter nada” (Entrevistado 13).

Em seu estudo, Fernandes (2001) verifica os sentidos de terra no discurso dos Sem Terra. O autor aponta que a afixação do advérbio *sem* ao vocábulo *terra*, com o qual, pelo processo de composição, forma-se o substantivo “sem-terra”, é forma de demonstrar que se nega a estes sujeitos a condição de coexistência social digna, ainda visto que esse advérbio, originário do latim *sine*, remete à privação, exclusão, ausência, indicando falta.

A condição de produção destes sujeitos, com a finalidade de evidenciar a existência social dos mesmos, constituem o grupo dos Sem Terra, integrantes de uma história na estruturação e organização social brasileira. O Sem Terra é um sujeito histórico-social que faz parte da construção da história do Brasil, com formações ideológicas que lhes são próprias (Fernandes, 2001).

“Ser sem-terra é a cara do Brasil. Que é o Brasil pobre mesmo. Acho que o sem-terra é quem não tem trabalho. Milhões de pessoas desempregadas são sem-terra. (...) Só que sem-terra é a realidade do Brasil” (Entrevistado 20).

Há hoje no Brasil um novo sujeito social que participa ativamente da luta de classes, com sua identidade e seu nome próprio: o Sem Terra. Para Caldart (2001), ser Sem Terra é mais do que ser sem-terra, por ser mais do que uma categoria social de

trabalhadores que não têm terra. É um nome que revela uma identidade, uma herança trazida que pode ser deixada aos seus descendentes, relacionada com a memória histórica, uma cultura de luta e de contestação social.

Através do processo de luta pela terra, o MST vem afirmando a possibilidade de novas relações sociais e de um novo projeto de desenvolvimento para o campo e para o país. Constrói igualmente um novo sujeito, personagem da história e formação do sem-terra brasileiro com um recorte político e cultural diferenciado.

“É a pessoa ter coragem, minha filha. Ter força, força de coragem, equilíbrio (...) Se não, não consegue nada não, minha filha, entra hoje e sai amanhã, por que não resiste ficar aqui não. Tem que resistir” (Entrevistado 02).

“Ser sem-terra é ser um lutador. Que luta por tudo. Qualquer coisa que pinta a gente tá dentro, lutando” (Entrevistado 23).

Caldart (2001) reporta-se ao “modo de ser” da sociedade capitalista atual e a cultura reproduzida e consolidada por ela, cuja proibidade está sendo posta em questão por estes atores sociais. Segundo a autora, os sem-terra fazem isto não porque professem idéias revolucionárias, nem por este ser o conteúdo de cada uma das ações tomadas em si mesmas (apesar de toda ação transformadora/renovadora que conduza a novas práticas se constituir numa ação revolucionária). A ordem social é contestada pelo conjunto de ações desenvolvidas no seio das ocupações, dos acampamentos, dos assentamentos, e de outras atividades, além do jeito de ser de sua coletividade, que projeta valores que não são os mesmos cultivados pelo formato da sociedade atual, sobretudo fazendo este conjunto de obras orientado pelo processo de humanização que representam e pelos novos sujeitos que põem em cena na história do país

“Eu, como disse no começo, sou uma pessoa sem estudo. Pra começar, eu nem sei me expressar direito. Na minha ignorância, o que significa o MST mesmo, é a ocupação da terra. Ela é um meio pra tentar conquistar um pedaço de terra. Que vamos conquistar com quem ... chegar prum fazendeiro e pedir um pedaço de terra, ele não dá. Não sei se é o caminho certo, mas a gente tem que tentar. Se a gente tá fazendo certo ou errado ... até eles [fazendeiros] não falam ocupou ... fala tomou. Não é tomar.

Quando nós ocupamos as terra, nós não tomamos nada de ninguém. O governo não tem dinheiro pra saúde, não tem dinheiro pra educação, não tem dinheiro pra aposentadoria ... que é só pra cobrir o rombo de grandões, é banqueiro, é um Lalau da vida. Tudo isso aí, é fazendeiro que aplica golpe. Dinheiro não paga empregado, não paga os encargos social. Depois vai a falência, mas vai lá ver se ele tá pobre” (Entrevistado 19).

Os sem-terra do MST aprendem a se olhar enquanto sujeitos políticos construídos a partir de sujeitos sociais inseridos no processo histórico de luta pela terra. A experiência de ser do MST e participar da coletividade Sem Terra são, de acordo com Caldart (2001:210), “*um ‘modo de produção da formação humana’, tanto mais significativo do ponto de vista social, político e pedagógico, por ser movido por uma luta social centrada em questões de ‘vida e morte’ e de ‘vida inteira’*”, e estão vinculadas às raízes de um processo de humanização mais profundo (terra, trabalho, memória, dignidade, etc.).

No momento em que os sem-terra se vislumbram sujeitos de um processo de “fazer-se humano na história”, produzindo e sendo produzido como um “movimento de luta social” e também como parte de um “movimento sócio-cultural”, os objetivos corporativos serão extrapolados e se projetam novos contornos para a vida em sociedade. O MST, a cada ação desenvolvida, tenta consolidar a formação deste novo sujeito político-cultural.

4.4- Identificação do trabalho e da plantação

*“Um homem se humilha
se castram seus sonhos.
Seu sonho é sua vida
e a vida é o trabalho.
E sem os seu trabalho
um homem não tem honra.
E sem a sua honra
se morre, se mata.”*

Gonzaguinha

No que tange a organização do trabalho no acampamento, é importante salientar que, além do trabalho estritamente agrícola (cultivo de gêneros alimentícios) desenvolvido na área ocupada, outras atividades que dizem respeito à organização e melhor funcionamento do acampamento também são desenvolvidas pelos acampados.

Estas atividades são organizadas nos Setores: “Saúde”, “Educação”, “Segurança”, entre outros. Na Tabela 3, observa-se a inserção de 10 acampados que relataram realizar atividades em um destes setores.

Tabela 3: Distribuição percentual, por gênero e tempo médio, segundo tipo de atividade em Setores do MST. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.

Tipo de atividade	n	%		Tempo médio (meses)
		Homens	Mulheres	
Coordenação do acampamento	3	100	0	5,3
Setor de Educação	2	50	50	8,0
Setor de Saúde	4	75	25	6,2
Setor de Segurança	2	100	0	12,0
Total	11*	82,0*	18,0	7,3

* uma pessoa acumula mais de uma função

Em geral, os acampados desenvolvem algum tipo de atividade organizativa no acampamento. Na verdade, todos são convidados a participar, em algum momento, destas atividades. Por exemplo, uma das iniciativas do setor saúde, foi plantar uma horta medicinal. Foi organizado um mutirão que envolveu quase a totalidade dos acampados que se encontravam no acampamento no dia. Da mesma forma, o setor de segurança organiza suas atividades através de revezamento, através de escala, onde toda a comunidade acampada encontra-se escalada para dar sua cota de contribuição na vigília da área.

As demais atividades desenvolvidas são, na sua maioria, organizadas pelos acampados envolvidos diretamente nos setores. Além da horta medicinal, o setor saúde se preocupa, de uma forma geral, com a promoção de saúde e a prevenção de algumas doenças mais comuns em locais com pouca estrutura de saneamento básico (água, esgotamento, lixo, etc.). Já o setor educação promove cursos de alfabetização de adultos, fazendo, também, o acompanhamento da educação das crianças e jovens acampados.

Como uma das estratégias de sobrevivência na área ocupada, os acampados desenvolvem o cultivo de diversos gêneros alimentícios, concretizando o trabalho

agrícola no acampamento. Para Fernandes (2001: 172) *“A alimentação é reiterada como a razão fundamental para a luta, pois é o sustento primeiro para a vida que esses sujeitos procuram assegurar”*.

A maior parte dos gêneros plantados se destina à subsistência das famílias acampadas (Tabela 1 do apêndice). Trata-se plantações individuais, ou seja, cada família decide sobre os gêneros cultivados, organiza e cuida de sua própria horta. De 40 alimentos plantados, 32 destinam-se, exclusivamente, ao consumo alimentar das famílias. Dos 8 restantes, em 6 (aipim, beterraba, cebolinha, quiabo, maxixe e salsa), o consumo familiar é responsável por 80 a 90% da utilização, o restante é vendido. Já para a abóbora e o milho, o consumo familiar é maior do que 90% da utilização, sendo a venda o caminho para o excedente.

Algumas singularidades são apontadas pelos entrevistados. Do total de 24 famílias amostradas, apenas três não plantam abóbora e/ou quiabo. Do mesmo total, apenas duas famílias, plantam abóbora e não plantam quiabo. Das mesmas 24 famílias do total, apenas uma planta todos os cinco gêneros mais relatados (abóbora, quiabo, aipim, milho e maxixe). O número máximo de variedades de gêneros alimentícios plantados por uma família é de 24 gêneros. Existe preferência pelo cultivo de verduras e legumes em detrimento das frutas (por se tratarem, as frutas, de culturas de longa duração, onde a dedicação e a espera são determinantes, principalmente quanto ao crescimento das árvores).

De forma empírica, percebe-se que os acampados se preocupam com o aporte energético de sua alimentação, materializado na seleção dos gêneros alimentícios escolhidos preferencialmente para o cultivo. São escolhidos alimentos que, na cultura popular do ambiente do acampamento, são considerados como “fortes”, “pesados”, que dão “sustância” (capacidade de desenvolver as atividades cotidianas).

Em relação ao período de cultivo (Tabela 2 do apêndice), observa-se que a maioria dos gêneros relatados estava sendo cultivado no momento da entrevista. Raras exceções, como o agrião, a berinjela, o feijão de corda, o melão e o pepino tiveram seus cultivos totalmente interrompidos. Quanto às demais culturas, encontrou-se um ou outro entrevistado que tenha cessado a atividade, por diversos motivos. Dentre estes motivos relatados para o fim do cultivo dos gêneros estão a plantação de alguns gêneros fora da época adequada (10 casos); a existência de animais no acampamento destruindo alguns cultivos (8 casos); a forte seca característica daquela região, conjugada com a falta de recursos hídricos disponíveis para o cultivo (8 casos) e a falta de novas sementes para dar continuidade à plantação (3 casos).

Sobre este tema, cabe dizer que o acampamento ainda se encontra em fase de estruturação, o que limita o acesso ao crédito agrícola para investimento em culturas de longo prazo. E, com o objetivo de aperfeiçoar as técnicas de plantio desenvolvidas pelos acampados, evitando interrupção da plantação como relatado assim, o MST vêm procurando estabelecer parcerias como a que deu origem ao “Projeto de Meio-Ambiente” com o Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO).

Além do trabalho tipicamente agrícola e do trabalho em setores, ambos desenvolvidos dentro do acampamento, alguns acampados também se dedicam a atividades fora do âmbito da área ocupada.

Na tabela 4, observa-se a distribuição das atividades desenvolvidas fora do acampamento, podendo ser estas atividades agrícolas ou não agrícolas. Percebe-se que as atividades agrícolas, o trabalho rural propriamente dito, ligado ao cultivo de alimentos e vigília de gado, representam aproximadamente 45% do total. O tempo médio destas atividades tipicamente rurais é longo, correspondendo a mais de 15 anos de trabalho na mesma atividade. É interessante relatar que, somente pessoas maiores de 21 anos relataram exercer algumas atividade fora do acampamento.

Tabela 4: Distribuição percentual, por gênero e tempo médio (anos), do tipo de trabalho fora do acampamento. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.

Tipo de trabalho	N	%		Tempo médio (anos)
		Homens	Mulheres	
Trabalhador(a) rural	8	87,5	12,5	17,5
Pedreiro	4	100,0	0,0	13,0
Boiadeiro	2	100,0	0,0	6,0
Motorista	2	100,0	0,0	17,5
Comerciante	1	0,0	100,0	31,0
Doméstica	1	0,0	100,0	3,0
Jardineiro	1	100,0	0,0	4,0
Magarefe	1	100,0	0,0	50,0
Pescador	1	100,0	0,0	17,0
Servente	1	100,0	0,0	1,0
Vendedor	1	100,0	0,0	2,0
Total	23	87	13	15

Observou-se que mais da metade dos acampados com atividade externa ao acampamento (55%) trabalha em atividades não agrícolas. Esta situação novamente remete ao famigerado processo de migração e êxodo rural ocorrido nas últimas décadas. Apesar destes trabalhadores se encontrarem no momento atual desenvolvendo atividades consideradas não agrícolas, sua ligação com a agricultura se fortalece na sua própria história de vida e de suas famílias, tendo em vista que a grande maioria dos acampados possui fortes laços familiares com a terra, como já discutido anteriormente.

Neste debate se faz presente a questão do desemprego, onde observa-se que, do total de acampados amostrados no estudo com idade acima de 21 anos, apenas 55% têm algum tipo de trabalho, sendo quase uma pessoa por família. Em sua maioria, este trabalho não possui regularidade alguma, chamado por muitos de “bico”. Assim, para estes sujeitos sociais o sonho da terra conquistada, livre do cativo do latifúndio, se configura em alternativa única de sobrevivência e prosperidade objetivada no desenvolvimento de processos de trabalho onde a terra revela-se como o local onde são depositadas as esperanças de um novo tempo.

Dando seqüência às questões do estudo destacam-se, agora, as respostas dos entrevistados quanto à escolha de se trabalhar em atividades agrícolas e as expectativas destes em relação à esta opção. A escolha por uma atividade agrícola aparece na maioria das entrevistas relacionada à afinidade pessoal com este tipo de atividade. A história da família na agricultura também foi muito lembrada pelos acampados entrevistados, reforçando a idéia de que o trabalho na agricultura é possível de ser desenvolvido mesmo por aqueles que desenvolveram todo seu potencial para o trabalho em atividades consideradas não agrícolas.

A história familiar, a lembrança de toda uma vida na terra, consoante ao desejo de trabalhar nesta terra, mas livre, liberta do cativo do latifúndio, move estes trabalhadores na sentida da luta, alimentando seus sonhos futuros. O trabalho agrícola é, para essa massa de excluídos, a alternativa única de sobrevivência e conquista de dignidade.

“Porque da terra é onde a gente tira o sustento, que a gente consegue assim, manter a terra, cuidar da terra, que foi da onde a gente veio em criança” (Entrevistado 17).

“Eu queria um futuro melhor, assim, não grandes coisas, mas um futuro melhor. Ter o que é meu ... o meu grande sonho era ter uma

terra como meu pai. O meu pai tem uma terra boa, eu não tenho nada. Meu sonho de conquistar uma terra pra mim. Trabalhar na terra. Desde a época que eu cortei cana, o meu sonho é trabalhar na lavoura” (Entrevistado 14).

Para os sem-terra do MST, a terra representa a liberdade e a independência asseguradas mediante as novas relações de trabalho que irão construir. Ao se livrar da submissão e da penúria experimentadas tanto no latifúndio quanto nas cidades, a terra se consolidada como uma forma de ascensão social, com a reconstrução da própria vida. (Fernandes, 2001)

*“A gente escolheu pra plantar, pra ter o alimento, pra comer”
(Entrevistado 24).*

A presença da cultura de subsistência representa a necessidade imediata de sobrevivência, caracterizada principalmente pela necessidade máxima de ter que plantar para se alimentar. Isto é compreensível na situação das famílias sem-terra ou no caso de qualquer indivíduo em situação de penúria, relegado à margem da sociedade. Assim, a conquista da terra, além de assegurar as mínimas condições de sobrevivência, visa (re)organizar e (re)inserir este grupo social.

“Eu escolhi porque aqui na terra é o seguinte, a gente faz ... o camarada que souber ele toca e vai pra frente. E também trabalhar lá no jornal é só a conta de comer. Trabalhar na diária lá fora. É a conta de comer. Mas não vai arrumar nada. Só arruma se roubar. E aí não dá pra mim não. É muito pesado. E aqui na terra não. Aqui o camarada planta de tudo, mesmo que não dá pra fazer fortuna, mas ele come de barriga cheia e mata fome também de muita gente” (Entrevistado 21).

Para Fernandes (2001), o desejo de transformação social verificado nos efeitos de sentido de terra no discurso dos Sem Terra vincula-se ao sonho de restabelecimento social, de reconstrução de um mundo sócio-cultural experimentado por esses sujeitos no passado. Ainda segundo o autor, na história da sociedade brasileira, a qual os Sem Terra integram, verifica-se a transformação sofrida por esses sujeitos por seus deslocamentos no espaço e tempo. Integram um mundo diferenciado do que procuram reconstruir,

almejam transformar a sociedade por meio da produção agrícola, considerada como recurso que julgam capazes de utilizar.

“Porque a cidade hoje tá muito apertada, trabalho na cidade tá horrível. O pessoal acha que na cidade tá a vantagem. É engano, a vantagem tá na roça, por causa disso o pessoal vai pra cidade em busca de serviço ... e fica aquelas favelas, e os presídios cheios. Eu falei pra minha esposa, vou partir pra roça. Que lá eu tenho os meninos, que vão me ajudar. Então, quer dizer, vão estudar também, é claro, mas eu acho que é o caminho isso, que cidade ... tá fora” (Entrevistado 22).

O contraponto à miséria e exclusão experimentada na cidade é feito constantemente. Uma condição absolutamente rejeitada que vislumbra a construção de novas formas de sobrevivência, inserindo toda a família nesta nova e desconhecida empreitada, cujas expectativas e perspectivas são maiores e melhores que a condição anterior. A conquista da terra possui sua função política, pois possibilitará aos sujeitos em luta a obtenção de melhores recursos para trabalharem pela desejada transformação social, fazendo com que todos os sujeitos excluídos possam emergir socialmente, possam viver com dignidade e tornarem-se cidadãos respeitados na sociedade (Fernandes, 2001).

“Acho que todo mundo espera, não só no trabalho na terra, mas em qualquer outro tipo de trabalho. Às vezes você tem um sonho, eu quero aquilo ali. Vai trabalhar, arranjar dinheiro e comprar aquilo. Quero aquilo outro, dar boas condições de vida a minha família. Trabalhar e ... progresso mesmo, prosperidade” (Entrevistado 20).

No discurso dos acampados entrevistados, reafirma-se a função social atribuída à terra, ou seja, o fomento de condições adequadas de vida e de relações de trabalho. A intenção de se trabalhar para obter progresso e prosperidade remete à abolição das relações de marginalidade e exclusão, firmando o exercício da cidadania. Os sonhos são movidos por diversos sentimentos, fazendo florir a subjetividade destes sujeitos.

Assim, para a grande maioria dos acampados entrevistados é latente o desejo de se conquistar, através do trabalho na terra, melhores condições de vida e existência

social. A sobrevivência imediata e a necessidade de se pensar no futuro das próximas gerações também estão presentes no discurso dos sem-terra. A subjetividade expressa pela tranquilidade alcançada com a construção de novas relações de trabalho remete à construção de novos valores de cotidiano em contraposição aos rejeitados valores de acúmulo de capital.

“Eu espero ganhar dinheiro não. Eu espero tranquilidade, é o que eu gosto da terra, do campo ... trabalhar assim, é tranquilidade. Pra mim é tudo (...) é o que eu gosto. Pra mim já tando com uma rocinha, plantando, capinando e colhendo o quiabo, a abóbora, a batata, e outros ... aquilo pra mim já é tudo, tudo de alegria. Eu tenho prazer de tirar aquilo. Eu não uso, tudo, tem que dá alguém ... eu tenho às vezes o que dá também” (Entrevistado 04).

O trabalhador do campo sinaliza com o rompimento dos vínculos de dependência. Esse rompimento, ao libertar o trabalhador, liberta o trabalho e revela o significado da propriedade. É uma noção de trabalho que trás à tona a nova concepção de vida, nova concepção dos movimentos sociais e relações sociais. Esta nova concepção está centrada no trabalho e não na propriedade, na liberdade de quem trabalha e na condenação dos vínculos de dependência. (Macedo, 2000).

“Vencer, tirar o sustento e vencer, né. Conseguir uma coisa que a gente lutou e até agora a gente não conseguiu” (Entrevistado 17).

O entrevistado abaixo apresenta seu sonho e sua busca na realização através da conquista da terra. A esperança pela conquista forja, nestes sujeitos sociais o caminho objetivado na superação de percalços impostos pela luta.

“Um pedaço de terra pro meu filho. E o meu sonho é colher um caminhão de abóbora. Desde pequenina eu tenho esse sonho. Pra onde eu tava com mamãe, eu levava semente de abóbora (...). Eu colhia, a semente de abóbora ... eu lavava, secava, guardava. Olha, eu tinha pacotes e mais pacotes. E minha esperança era isso. Eu ia pescar, levava semente de abóbora e plantava, ia trabalhar e levava semente de abóbora e na hora do almoço ficava plantando

abóbora nos canaviais. E nunca consegui que colhesse um caminhão de abóbora” (Entrevistado 10).

Os acampados pretendem, através de sua força de trabalho, antes utilizada como força de produção do capital alheio, forjar a terra como fonte de trabalho para sobrevivência e sustento familiar. Considerando que *"a pobreza não é natural nem cultural, é social e política"* (Caravias & Souza, 1988: 266), a exclusão destes sujeitos pelos interesses capitalistas caracteriza a expropriação do trabalho agrícola, sucumbido à condição de reserva de mercado. Ressalta-se, assim, a figura do bóia-fria, que representa a instabilidade e sazonalidade do trabalho desenvolvido na maioria das grandes propriedades agrícolas do país.

“Eu espero que minha vida corra melhor. Que minha vida corra mais favorável de que trabalhar lá [como bóia-fria]. Que lá a gente trabalha a dia, é muito apertado. O serviço que eu tocava era muito apertado. Porque uma hora eu tava aqui, outra hora eu tava no Rio, outra hora eu tava em São Paulo. Era onde eles pegavam empreitada, eu tinha que ir. Já aqui não, aqui nós tá firmado num canto só” (Entrevistado 21).

A sazonalidade massacra o sonho de fixação em um pedaço de chão, onde a estabilidade constituída seria a mola mestra das relações de trabalho e da construção de novas relações cotidianas. A subjetividade do ser humano é aniquilada pelo cativo da terra vivido em propriedades que seguem a explorar e expropriar do trabalho alheio, consagrando a terra como lugar e fonte original da existência do capital.

Segundo Fernandes (2001), de maneira geral, há várias formas de uso da terra como propriedade, mas todos se voltam para a sua exploração, no processo produtivo, visando o lucro. Ao verificar as formas da posse de terra, uma análise mais acurada explicita o surgimento do proletariado, pois, se de um lado surgem os latifundiários, há, por outro, o espaço destinado aos trabalhadores, que constituem a força produtiva em benefício dos primeiros.

O proprietário, por meio do capital, procura exercer domínio sobre a terra, estabelecendo com esta uma relação social pela mediação da natureza transformada pelo trabalho, que produz a riqueza, o capital apropriado pelo capitalista. O capital transforma os bens naturais em mercadorias e transforma também a natureza em uma incessante busca de bens (Fernandes, 2001).

Os sem-terra do MST tentam romper com a lógica legitimada pelo capital, propondo um novo modelo de desenvolvimento agrícola, valorizando o trabalho familiar, cujo maior objetivo é assegurar dignas condições de vida aos pequenos agricultores, garantindo o direito de sonhar com o futuro e o alcance e melhores condições de existência.

“Tudo ... que a terra te dá tudo. Boas condições de vida pros meus filhos, pros meus netos no futuro. Mesmo que a gente não alcança, entendeu, eles alcançarão ...” (Entrevistado 23).

4.5- As táticas alimentares praticadas no acampamento

“Assumira a luta como arte (...). Interessava-lhe a política como meio de partilha do pão e da felicidade da vida. Sabia que além da fome de pão – cruel mas saciável – havia a de beleza, voraz e infundável. Estava trespassado pelo estigma dos que querem reinventar o mundo”

Frei Betto.

A necessidade de se prover uma boa condição alimentar se faz presente e consolidada no discurso dos acampados entrevistados. Para Fernandes, (2001:172) a alimentação *“é reiterada como a razão fundamental para a luta, pois é o sustento primeiro para a vida que esses sujeitos procuram assegurar”*. É fator determinante para o ingresso na luta e a primeira condição a ser superada no processo de luta e conquista da terra.

Segundo os entrevistados, *“na terra ninguém morre de fome”*. A frase caracteriza, objetivamente, a superação de uma condição de dor e penúria vivida, transformada, minimamente, pelo trabalho na agricultura, mostrando também, de forma subjetiva, a concretização do sonho de transformação consoante à superação de uma condição de exclusão, lançando um olhar para o futuro promissor.

Na construção deste estudo foram observadas uma série de táticas que visavam garantir a alimentação para a população acampada. Uma delas é o cultivo de gêneros alimentícios discutido anteriormente (e apresentado no apêndice). No entanto, o cultivo de alimentos não sagrou-se suficiente para satisfazer às necessidades alimentares de toda a comunidade. Assim, revelaram-se outras duas táticas que também visavam suprir as necessidades alimentares do grupo: a obtenção de gêneros através de doações e a complementação com a compra de gêneros alimentícios.

Como trata-se de um estudo de táticas alimentares, optou-se por não proferir uma análise detalhada do consumo alimentar, limitando-se apenas a um desenho do nível/freqüência de consumo a partir do relato de aquisição de alimentos.

Sendo assim, como evidencia-se na tabela 5, o consumo de gêneros alimentícios é muito limitado, tendo o arroz, o feijão e o açúcar como os alimentos preferencialmente consumidos com maior freqüência. Outros alimentos como a farinha de mandioca, o café, a carne, o óleo, o sal e o macarrão são, da mesma forma, freqüentemente consumidos pelos acampados.

Tabela 5: Freqüência percentual das 24 famílias, por forma de obtenção dos gêneros alimentícios consumidos. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.

Gêneros Alimentícios	%		
	Compra	Doação	Ambos
Arroz	95,8	58,3	54,2
Feijão	87,5	50,0	45,8
Açúcar	79,1	45,8	45,8
Farinha de mandioca	70,8	37,5	25,0
Café	66,6	33,3	16,7
Carne	66,6	4,1	4,1
Óleo	54,1	45,8	25,0
Sal	46,1	29,1	12,5
Macarrão	33,3	29,1	16,7
Pão	29,1	0,0	0,0
Fubá	20,8	4,1	0,0
Legumes e verduras	20,8	4,1	0,0
Temperos	20,8	20,8	0,0
Ovos	16,6	0,0	0,0
Biscoito	12,5	8,3	0,0
Frutas	8,3	0,0	0,0
Leite	8,3	4,1	0,0
Manteiga	8,3	0,0	0,0
Farinha de trigo	4,1	4,1	0,0
Enlatados	0,0	4,1	0,0

Busca-se adquirir estes gêneros majoritariamente através de doações. No entanto observa-se uma importante complementação na aquisição de alimentos através de compras. Para a análise do consumo de frutas, legumes e verduras deve-se considerar o cultivo feito na área ocupada.

Nota-se, aparentemente, uma busca por alimentos com alto teor energético para garantir um aporte compatível com as necessidades da população. O consumo de alimentos protéicos (carne, leite, ovos entre outros) é limitado, principalmente considerando o alto valor de mercado destes produtos, o que dificulta a sua aquisição. Isto configura uma situação de escassez reafirmada numa das entrevistas: “(...) *quando eles [os filhos] me pedem carne eu digo: morde a língua*” (Entrevistado 22).

Alimentos como leite e biscoito são referenciados quase que naturalmente apenas pelas famílias com crianças. Apesar dos demais alimentos terem sido amplamente referenciados pelos entrevistados, não significa que eles sejam necessariamente consumidos em grande quantidade pela população acampada. O que se observa é um limitado e insuficiente consumo de gêneros alimentícios, tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos, apesar de todos os esforços em se garantir uma boa alimentação.

A primeira tática da qual os acampados lançam mão é a procura de contribuições, via a doação de gêneros alimentícios de apoiadores do movimento. Desta forma, diversos sindicatos, agremiações estudantis, igrejas e outras pessoas costumam doar alimentos para a manutenção do acampamento e a fixação dos acampados na área.

Não obstante, o Governo Federal, através do Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA) deveria enviar cestas básicas para as áreas de ocupação, como parte de seu programa de incentivo à Reforma Agrária. No entanto o que se configura é a falta de compromisso deste programa com as famílias, não passando apenas de mais uma promessa não cumprida. Turatti (1999) reporta sua experiência em relação a este programa em outras áreas ocupadas:

“(...) esta iniciativa não pode ser tomada como uma grande benesse. Além do atraso no envio das cestas - que deveriam ser mensais, mas às vezes cada remessa demora quatro ou cinco meses para chegar no acampamento -, os sem-terra têm que enfrentar a péssima qualidade dos víveres enviados: alimentos industrializados com prazo de validade vencido, quilos de feijão ‘carunchado’...” (Turatti, 1999: 59).

Nem todas as famílias são beneficiadas com as doações de alimentos que chegam ao acampamento. Isto acontece, pois se prioriza o fornecimento destes alimentos às famílias mais necessitadas, ou seja, aquelas que possuem menos condições de sobrevivência individual, por não ter nenhum de seus membros empregado, ou por possuir um número grande de membros, principalmente crianças (Tabela 6).

Tabela 6: Distribuição percentual do recebimento de doações e mediana de tempo (meses), desde a última doação, segundo núcleo de moradia. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.

Núcleo	n	%		Mediana de Tempo (meses)
		Não	Sim	
Dores	7	57,0	43,0	1
Mergulhão	9	22,0	78,0	3
Saquarema	8	37,5	62,5	3
Total	24	37,5	62,5	3

No geral, a última doação recebida pelas famílias data de três meses antes das entrevistas. Ressalva-se, então, a falta de periodicidade das doações, obrigando as famílias à busca de outras formas de obtenção de gêneros alimentícios. Assim, se faz necessária complementação da alimentação consumida através da compra. O que se pôde perceber é que uma grande parcela dos gêneros consumidos pelas famílias são obtidos via compra em estabelecimentos da região, sendo os supermercados no centro da cidade os mais procurados pelos acampados (Tabela 7).

Tabela 7: Distribuição percentual do local de compra dos gêneros alimentícios, segundo núcleo de moradia. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.

Núcleo	n	%		
		Mercado na região	Supermercado no centro	Ambos
Dores	7	14,0	72,0	14,0
Mergulhão	9	33,5	55,5	11,0
Saquarema	8	12,5	87,5	0,0
Total	24	8,4	70,8	20,8

Quando questionados sobre a relação entre a renda familiar e a compra de gêneros, traça-se o quadro referenciado pela tabela 8. Indiscutivelmente, a maior parte da renda das famílias é destinada à alimentação de seus membros. Esta conformação retoma à velha discussão das mazelas desta população. Ao destinar sua renda somente a garantir a mínima manutenção da vida humana, este grupo social se vê privado de uma coexistência social qualificada, caracterizando, mais uma vez, a condição de privação e exclusão do grupo.

Tabela 8- Distribuição percentual da resposta à pergunta “Quanto gasta na alimentação da sua família (em relação à renda familiar)?”, por núcleos de moradia, segundo categorias de análise. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.

“Quanto gasta na alimentação da sua família (em relação à renda familiar)?”	n	%		
		Dores	Mergulhão	Saquarema
Tudo	11	36,4	27,2	36,4
Muito	9	11,1	66,7	22,2
Metade	3	66,7	0,0	33,3
Pouco	1	0,0	100,0	0,0
Total	24			

Mesmo com tantas táticas alimentares promovidas pelos sem-terra acampados, a quantidade de alimentos obtida ainda se revelou, para alguns, insuficiente para satisfazer as necessidades alimentares de toda a família (Tabela 9). Para estes, os alimentos com maior escassez são o pão, o café, o açúcar, o macarrão, o arroz, o feijão, o leite, a carne, o óleo e os temperos (alho, cebola, cheiro verde, colorau, entre outros).

Não obstante, não foi observado qualquer tipo de divisão intra-familiar dos alimentos, nem aparentemente diferenças nas condições alimentares entre os grupos familiar e as famílias unipessoais. Revela-se, na realidade, uma situação onde as famílias buscam uma condição alimentar ainda longe da ideal, mas que minimamente consegue garantir a reprodução da vida humana e a continuidade da luta e do sonho de uma nova (outra) condição de vida.

Tabela 9: Distribuição percentual da resposta à pergunta “A quantidade de alimentos é suficiente para satisfazer a toda família?”, por núcleos de moradia, segundo categorias de análise. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.

“A quantidade de alimentos é suficiente para satisfazer a toda família?”	n	%		
		Dores	Mergulhão	Saquarema
Não	13	30,8	38,4	30,8
Sim	11	27,2	36,4	36,4
Total	24			

É na busca de uma mesa farta, onde a alimentação básica jamais falte às famílias, que se dá o fomento para toda forma de subsistência social, lançando os Sem Terra no sentido da luta cotidiana, objetivando na alimentação, na fixação das famílias na terra e no significado do direito de sonhar com outras formas de se viver (Fernandes, 2001). E, de acordo com Fernandes (2001), De Certeau (1982), em releitura de Marx afirma:

"para ser viver é necessário, antes de tudo, beber, comer, morar, vestir-se e ainda algumas outras coisas. O primeiro fato histórico (...) é , pois, a produção (...) dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção (...) da própria vida material, e isto é um fato histórico (...) uma condição fundamental (...) de toda a história, que se deve, hoje como há milhares de anos, preencher dia após dia". (Fernandes, 2001: 146)

4.6- O entendimento sobre a situação de saúde, alimentação e trabalho

“É certo que mulheres e homens podem mudar o mundo para melhor, para fazê-lo menos injusto, mas a partir da realidade concreta a que chegam em sua geração. E não fundados em devaneios, falsos sonhos, sem raízes, puras ilusões. O que não é porém possível é sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto. (...) Os sonhos são projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. Implica, pelo contrário, avanços, recuos, marchas às vezes demoradas. Implica Luta.”

Paulo Freire

Foram elaboradas algumas questões sobre a morbidade referida pela população, além da procura pela caracterização do que os acampados identificavam como condições necessárias para se ter uma boa saúde. Sobre a questão alimentação/nutrição, foi perguntado aos entrevistados se estes avaliavam que sua condição alimentar possuía elementos que a caracterizassem como algo que trouxesse benefícios à sua saúde e vida. Também questionou-se a representação social da saúde, do trabalho e da alimentação e suas inter-relações.

Quanto à morbidade referida, revelaram-se vários tipos de doenças que acometeram os acampados nos mais diversos sistemas do organismo humano (Tabela 10), particularmente o respiratório e o cardiovascular. As doenças que apareceram, preferencialmente, no relato dos entrevistados foram a bronquite e a hipertensão arterial.

Tabela 10: Distribuição percentual da resposta à pergunta “Existe problema de saúde na família?”, por núcleos de moradia, segundo categorias de análise. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.

Categoria analítica	n	%		
		Dores	Mergulhão	Saquarema
Doenças do Sistema Respiratório	9	11,1	33,3	55,6
Doenças do Sistema Circulatório	6	16,7	16,7	66,6
Doenças do Sistema Osteo-muscular	6	0,0	83,3	16,7
Doenças da Pele	3	33,3	66,7	0,0
Doenças do Sistema Nervoso	3	0,0	100,0	0,0
Doenças do Sistema Uro-genital	2	0,0	0,0	100,0
Doenças do Sistema Gastro-intestinal	1	0,0	100,0	0,0
Doenças do Sistema Ocular	1	0,0	0,0	100,0
Total	31	9,7	48,4	41,9

No decorrer das falas dos entrevistados, observa-se a dificuldade enfrentada por estes sujeitos sociais em se garantir boas condições de saúde e vida. No relato abaixo, constata-se as dificuldades vividas por uma família, onde um problema de saúde, se tratado adequadamente no início, poderia ter evitado todo o transtorno de uma operação que culminou num resultado insatisfatório.

“Ela [esposa] tem uma úlcera, deu febre, má circulação. Ela fez uma cirurgia, tava dando uma varize ... aí nunca sarou. Foi no hospital de Campos. Ela fez três cirurgias em Itaperuna e não conseguiu fechar. Às vezes é meio descontrolada a pressão dela” (Entrevistado 06).

Observa-se que a questão saúde ainda possui algumas mazelas a serem superadas na busca de ser reconhecida como direito de todos os cidadãos. Esta situação no meio rural é evidenciada em maior grau, principalmente em grupos populacionais mais vulneráveis como crianças e gestantes. A população rural acaba lançando mão das suas estratégias que visam garantir minimamente condições de saúde, efetivando outras alternativas ou tentando resolver seus problemas da melhor forma possível. Mas a dificuldade de entrada no sistema é notada em diversas situações, como as seguintes, onde caminhos tortuosos são trilhados em busca de saúde.

“O meu mais novo tem bronquite. Os outros [dois] não. A menina deu problema de infecção na urina, um tempo atrás. Ontem mesmo ... tava sentindo dor. Na gravidez do mais novo eu tive problema. Mas não fui internada. Ia pro hospital, e a doutora mandava pra casa, porque não estava na hora dele nascer. Voltava pra casa, era hemorragia, sangramento. Mas dos outros, graças a Deus ... nada” (Entrevistado 18).

“Tem um mioma, um cisto. Já tem uns quatro anos que eu tava em tratamento disso e não conseguia operar. Agora já marcaram a operação, eu tô esperando a vaga. Tô esperando a chamada. Que a moça, assistente social, pediu pr’eu voltar pra casa e aguardar a chamada. Então eu só tô esperando a chamada pra essa operação. E tenho pressão alta também. Mas desde que eu entrei pras terras, não sinto mais nada. Não voltei no médico pra ver esse negócio de pressão alta nunca mais. Que quando trabalhava em casa de família, só vivia em médico. Com pressão alta, nervosa, tudo me fazia mal. Tudo que eu comia me fazia mal. Depois que eu entrei pra terra, me senti bem. Trabalho o dia todo, não sinto nada, não sinto cansada. Eu durmo bem, como de tudo, nada me faz mal” (Entrevistado 17).

As áreas rurais são locais onde os acidentes de trabalho ou as doenças do trabalho acometem, igualmente em grande escala, os trabalhadores. Nos relatos que se seguem, observa-se que os trabalhadores rurais estão expostos a cargas de trabalho que podem vir a acarretar danos à saúde ou até mesmo invalidez. O entrevistado seguinte relata ter sido afastado ainda jovem do trabalho devido a cargas excessivas na atividade laboral.

“O único problema de saúde que eu tive foi que eu fiz uma operação em 83 e só. Era hérnia de disco. Aí encostei. Não tô aposentado ainda não. Tô só encostado” (Entrevistado 15).

De acordo com Brochado (1997), os trabalhadores estabelecem uma relação dialética com o trabalho ao ter seu corpo instrumentalizado e submetido a regras de domínio e exploração. A autora comenta que, para Marx, *“o sistema capitalista é um esbanjador de homens, de trabalho vivo, um delapidador de carne e sangue, bem como de nervos, de cérebros”* (Brochado, 1997: 88).

“Eu nunca tive doença. Nada. Eu era doador de sangue. E sou doador de órgão. Bom a doença que eu tive é que eu já fui quebrado duas vezes. Eu caí de cima de andaime alto, e ... pau caiu em cima de mim, bateu aqui, na clavícula aqui. Mas não chegou a operar não. Bateu aqui [clavícula] e quebrou estas costelas aqui todinhas. O médico mandou pra casa pra morrer, ... disse que eu ia morrer. Mas eu tenho um conhecido na cidade, ... aí eles foram lá em casa me visitar, trouxeram médico e tudo, e disse, ... esse aí não, esse aí não vai morrer não. E pelejou, pelejou, levei dois anos pra andar. Levei dois anos, mas cheguei a andar. E hoje parece que eu nunca fui quebrado. Só fiquei com um lado mais baixo. Se reparar que eu tenho um lado mais baixo... Mas foi a clavícula aqui que emendou ... em vez dela emendar assim, ela emendou assim. Aí o médico disse, tem que quebrar pra botar no lugar. Eu falei, já sarou, deixa assim mesmo” (Entrevistado 21).

Neste contexto histórico de apropriação da capacidade produtiva do trabalhador, observa-se que mais uma vez, o sistema de saúde não deu conta de atender às

necessidades da classe trabalhadora. Além da possível invalidez, o entrevistado acima teve que conviver com o medo da morte.

Estas fatalidades anunciadas estão presentes no cotidiano dos moradores de áreas rurais, onde princípios como a universalização, a equidade e a integralidade, que regem o atual sistema de saúde parecem utopias longe da concretização. Uma verdadeira “*via cruzis*” é trilhada para se obter condições mínimas de saúde e bem estar.

“A vista eu machuquei quando eu tinha quatro anos. Eu tava dentro de casa, eu fui no quintal ajudar a pegar uma galinha. Só que quando eu vou ... a galinha vem de encontro comigo, e vem um pau e bate na minha vista. Aí com nove anos, minha mãe foi olhar na vista, e fui ao médico e ... deu catarata. Aí operei com onze. Operou, acabou a catarata (...) Agora, novembro, eu ia vivendo sem ter problema com essa vista. Aí no acampamento lá em Dores, de manhã, abri a portinha, fui fazer o café, senti um negócio estanho na vista. Quando eu fechei a vista esquerda, pra ver com a direita, tinha uma coisa ... E o dia foi passando, foi ficando uma nuvem preta, de baixo pra cima, e a vista apagou, ... ela aberta, como se tivesse fechada. Aí eu fui no médico e deu desvio de retina. Cheguei pro médico e comecei a perguntar ... é problema grave, é sério, quanto que gasta ... Eu dizia que tava num acampamento sem-terra, sem lenço nem documento ... E pra facilitar o meu lado ele ajeitou pra que eu fizesse o tratamento fora de domicílio. A prefeitura de Campos paga viagem pra ir, viagem pra voltar. Só que nós estamos no mês sete (...) e o médico que eu ia encontrar lá no Rio de Janeiro, eu ainda não tive contato com ele. Que vai e faz ficha agora, e vai lá, faz ficha daqui a quantos dias ... aqui, marco a viagem, viajo, chego lá, não tá dando ficha, volto, vou lá de novo. E com muito sacrifício encontrei uma menina lá que trabalha no mesmo consultório e ela olhou e diagnosticou o problema. E esse problema não é pra esse médico. Eu agora tenho que fazer um encaminhamento pro médico de outro hospital no Rio, e pedir transferência, ... já vai passar oito meses, nove meses, e ... A saúde no Brasil tem esse problema, você sai daqui, vai no Rio ... e pago pela prefeitura, a prefeitura gasta dinheiro, só que a gente vai puro, perde um dia de trabalho, pra voltar. Mas quando eu falo que o Brasil é assim mesmo, todo

mundo sabe. Eu não sou o único a falar. Nas vans que a gente vai, todo mundo reclama ... mas graças a Deus essas vans são a única esperança que a gente tem pra ir no Rio. Só que ainda vai levar anos envolvido nisso aí. Até chegar o dia que você vai operar. Se for o caso, conforme o meu, de tratamento de urgência ... eu não vou dizer que perder a vista não faz diferença, que faz muita ... Só que hoje eu já me adaptei com uma vista que só” (Entrevistado 20).

No processo de luta pela terra, o MST tenta construir junto aos acampados uma nova concepção de saúde. Para estes sujeitos sociais a saúde se materializa na construção de uma sociedade sadia onde os homens e mulheres teriam seus direitos respeitados, onde os aspectos biológicos da saúde são mais uma ferramenta para se entender transformações das dimensões eco-bio-psico-social. Ou seja, para os Sem Terra, a saúde não se caracteriza apenas por corpo sem doenças, mas pela contextualização das condições de existência da vida humana. A conquista da terra significa, uma nova condição de trabalho e sobrevivência, uma nova forma de “*experimental e sentir*” a saúde (MST, 2001).

“Uma sociedade com saúde é onde homens e mulheres vivem com liberdade para participar e ter seus direitos respeitados. Onde a renda e a riqueza sejam distribuídas com igualdade. Com Terra, Trabalho, Moradia, Alimentação, Educação, Lazer, Saneamento Básico, Transporte, Saúde Pública, Cultura, Meios de Comunicação, Energia Elétrica - onde haja Justiça, Igualdade, Participação e Organização. Mas para que isso se torne realidade, é necessário a organização de todos os trabalhadores e trabalhadoras para lutar” (MST, 2001: 155).

Buscando caracterizar a representação social que a saúde e o trabalho têm para a população sem-terra, perguntou-se aos entrevistados se estes identificavam algum tipo de relação entre o seu trabalho e a sua saúde. A maioria das respostas fazia algum tipo de correlação entre a saúde e o trabalho, identificando, prioritariamente, a saúde como condição fundamental para a execução de atividades laborais. Algumas respostas se detiveram a classificar o trabalho como forma de realização da vida humana e um tipo de “terapia” para “espantar os males do dia-a-dia”. Outras fizeram menção ao uso de agrotóxicos, que viriam a prejudicar a saúde do trabalhador rural. Alguns entrevistados,

em suas responderas, identificaram a saúde como a ausência de doenças afirmando, dentro desta lógica, que, por não estarem doentes, não havia, naquele momento, qualquer tipo de problema para a execução de suas atividades cotidianas.

Para a população acampada a terra representa o local de realização de sua capacidade humana. Brochado (1997) salienta que a relação destes sujeitos sociais com a terra de trabalho, antes constituída como uma relação quase que biológica, com a terra sendo entendida como fonte de vida, agora passa a ser, além de uma relação biológica, uma relação enquanto fonte de produção de alimento e reprodução das condições de existência.

A coexistência social, objetivada no trabalho, caracteriza a relação com a saúde de um trabalhador que necessita de sua capacidade vital potencializada para assegurar a si e a seus dependentes boas condições de vida. Assim, se dá a necessidade de se ter boa saúde garantindo disposição para o trabalho revelado pelo discurso dos acampados.

*“Sim, pra trabalhar a pessoa precisa ter forma. Pra enfrentar a chuva, o sol e o vento, a pessoa precisa tar com bastante saúde”
(Entrevistado 01).*

“Pra você trabalhar, precisa ter saúde. Sem saúde você não trabalha” (Entrevistado 16).

*“A gente com saúde é melhor, né. Principalmente pra lidar com terra. Pra lidar com terra é útil, né. É uma luta muito grande”
(Entrevistado 18).*

A preocupação com as condições de trabalho é demonstrada principalmente quando o assunto é a utilização de insumos, incluindo neste grupo os agrotóxicos. O grau de morbidade e letalidade destes insumos é facilmente percebida pelos agricultores, mostrando objeção a este tipo de tecnologia. O trabalho insalubre é refutado veementemente com a busca por melhores formas de reprodução do trabalho.

“Depende no que a pessoa trabalha. Se trabalhar com tóxico, a pessoa tem problema” (Entrevistado 05).

De forma subjetiva, alguns entrevistados relatam uma relação prazerosa com seu trabalho, podendo o trabalho na terra ser entendido como uma continuidade da expressão de melhores condições de vida.

Inclusive, para o MST, a luta pela terra não se encerra na conquista da terra, mas visa concretizar a conquista de outras “bandeiras de luta” como a educação, a saúde, a cultura, os direitos humanos, entre outros. “*E se ampliam à medida que se aprofunda o próprio processo de humanização de seus sujeitos, que se reconhecem cada vez mais como sujeitos de direito, direitos de uma humanidade plena*” (Caldart, 2001: 208). Busca-se a realização plena da humanidade através do trabalho na terra que, indireta e subjetivamente, realiza a saúde.

“O trabalho ajuda a melhorar a saúde. Que é a terra, a terra me faz bem, o cheiro do mato, sei lá. Alguma coisa na terra me faz bem. Que eu não sinto nada. E em casa de família eu só vivia doente. Parecia até preguiça. Que eu ia trabalhar, daqui a pouco, tinha que correr pro médico com falta de ar. Voltei nem no médico mais” (Entrevistado 17).

“Olha, eu trabalho, mas parece que eu tenho saúde. Se eu não trabalhar, eu durmo pouco, eu quase não como, eu gosto muito é de trabalho. A pessoa da minha idade [73 anos], ... dizem que a pessoa da minha idade, é muito difícil, como de fato eu vejo aí. O camarada trabalha, às vezes um dia, quando é tarde tá, ... ah, tô cansado. Eu falo, olha, mas eu sou desta idade e não sei o que é cansado não. Não sei não, eu posso trabalhar dia e noite e não sei o que é cansado não” (Entrevistado 21).

A saúde é considerada como uma das dimensões mais importantes da vida humana. A garantia de boas condições de saúde pode significar, para alguns, uma primeira condição que visa assegurar a existência e é primordial para a continuidade na luta pela conquista da terra.

“A saúde é tudo ... Mas uma pessoa sem saúde, eu acho que pode até desistir de uma luta, porque sem saúde eles não são nada, não tem força pra trabalhar, não tem como lutar por nada” (Entrevistado 11).

A necessidade de se assegurar boa saúde faz com que os sem-terra busquem formas diversas para atingir este objetivo. Uma das principais é a utilização de ervas medicinais cultivadas por eles mesmos no acampamento. No entanto, este tipo de cultivo não é suficiente para atender às necessidades da população acampada. Desta forma, quando questionados sobre o que ainda poderia ser feito para se ter boa saúde no acampamento, alguns entrevistados se referiram ao fomento da já existente horta medicinal. Já a maior parte dos entrevistados ressaltou que a existência de uma unidade básica de saúde na região poderia vir a beneficiar à população acampada, principalmente no que tange às atividades de promoção e prevenção à saúde e as de urgência. Outros fizeram referência a própria conquista da terra, objetivando a melhor condição de vida a partir de uma nova condição de existência que traria melhorias também no estado geral de saúde dos acampados. O saneamento do meio foi referenciado, mostrando a necessidade da prevenção de alguns tipos de doenças que são caracterizadas por “doenças da pobreza”. Citados por poucos entrevistados encontra-se a existência de uma farmácia ou de uma ambulância volante (Tabela 11).

Tabela 11: Distribuição percentual da resposta à pergunta “O que poderia ser feito no acampamento para se ter boa saúde?”, por núcleos de moradia, segundo categorias de análise. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.

Ação	n	%		
		Dores	Mergulhão	Saquarema
Posto de saúde	9	22,2	44,5	33,3
Horta medicinal	4	50,0	25,0	25,0
Conquista da terra	3	0,0	66,7	33,3
Saneamento	3	66,7	0,0	33,3
Ambulância volante	2	0,0	100,0	0,0
Farmácia	2	0,0	0,0	100,0
Total	23*			

* 01 entrevista ininteligível

O MST, no trabalho desenvolvido pelo setor saúde, tenta conscientizar os acampados e assentados para que sejam valorizados os aspectos de promoção e prevenção à saúde. Observa-se nas falas dos entrevistados a composição entre estas dimensões e a necessidade de cura (aspecto imediato). Para os acampados, as unidades básicas de saúde passam a ter um papel importante no conjunto de ações do sistema, se tornando o local preferencial de produção/reprodução de saúde.

“Poderia fazer um posto médico ... pra curativo ... Pra dar assistência ao pessoal. Tem mais gente que precisa. Tem um com machucado, tem um com diabetes, outros que tem problema na pele ... É um remédio que às vezes ... alguém fica gripado, um cara que fica doente. Eu só vivo com remédio de mato. Só curo com remédio de mato. Tem um problema na barriga, pego um boldo, soco, mando pra dentro. Uma dor de cabeça, arranjo um mato qualquer lá, mando pra dentro. Só curo com remédio de mato”
(Entrevistado 14).

Apesar do relato de utilização de ervas medicinais, alguns acampados, como o próximo entrevistado, relatam ainda não dominar totalmente a prática da medicina alternativa. Sentem necessidade de engendrar seu conhecimento quanto a esta prática visando uma melhor assistência. É essencial também que a própria horta medicinal seja aumentada com o cultivo de outros tipos de ervas.

“Fazer o remédio [erva medicinal] certo. Que cada remédio, cada doença tem um tipo de remédio. Eu só tenho que conhecer mais o tipo de remédio. (...) Eu digo remédio de mato, porque eu fui criada em mato, que qualquer dorzinha, papai corria lá no matinho. E aquilo já levantava a gente, já sentia melhor, não precisava de médico. Que hoje se qualquer dorzinha a gente sente correr pro médico, às vezes gasta e o remédio não é bom pr’aquilo” (Entrevistado 17).

O saneamento do meio é referido em algumas falas, onde a preocupação é maior com a existência de mosquitos no acampamento, potenciais vetores de várias doenças, e a água que, sendo de má qualidade, pode ser transmissora também de diversas doenças.

“É cuidar de mosquito, porque aqui tem muito mosquito ... por que o mosquito é um transformador de doença” (Entrevistado 05).

“A água é o principal. Que nós tamos passando dificuldade com a água. Por que aquela água [de um dos poços do acampamento] não é boa da gente tomar, né. Já fez o exame dela, a água aqui não tá boa da gente tomar não. A pesquisa que eu sei, diz também que a água ali do cata-vento não tá com isso não. Então eu acharia que a pessoa poderia ... pegar um cano, puxar uma aguinha de lá pr'aqui. Fazer uma torneirinha pra gente apanhar uma água só pra tomar. Pelo menos pra tomar. Por que eu imagino muito uma pessoa adoecer por causa de água” (Entrevistado 02).

A Escola Técnica em Agropecuária de Campos, no intuito de estudar a área para desenvolver o Projeto de Pré-Assentamento da Fazenda Cambaíba, realizou uma pesquisa sobre a qualidade da água dos poços artesanais consumidas pelos acampados. Os técnicos verificaram que alguns poços possuem água contaminada por coliformes fecais. Outros poços estão em condições plenas para consumo. Assim, o entrevistado acima, preocupado com a saúde de toda a comunidade, relata a importância de se buscar água de boa qualidade para o consumo, prevenindo, desta forma, o adoecimento dos residentes no acampamento.

O próximo acampado faz uma correlação entre a conquista da terra e a melhoria das condições de vida da população acampada, o que também viria a contribuir para a melhoria das condições de saúde da comunidade.

“Primeiramente é a terra pra trabalhar. As pessoas tendo a terra, e trabalhando, e tendo onde tirar, tudo tá bom. Porque tendo o dinheirinho, tudo tá bom. Eu já ouvi essas frases tão antigas assim, que o dinheiro não é tudo, mas infelizmente sem ele nós não vivemos. Sem dinheiro a pessoa ... fica nervoso, fica agitado, nada serve. Porque não tem dinheiro. Somente olhar pra trás e ... tiver um filho chorando com fome aí vai ficar pior ainda. Se não tiver da onde tirar, se não tiver o dinheiro pra alimentação ... Eu fui criado ... eu na minha época não tinha pra quem vender. A gente matava porco, galinha, ovo, não tinha pra quem vender. Não existia lá na roça, caminho, não tinha nada. Em compensação nós não tínhamos dinheiro, mas fartura, nós tinha. Sabe como era o

nosso café da manhã? Era aquela colherada de banha, de gordura, no torresmo, carne macia, fazia aquela farofa. Hoje tem muitos que não tem nem condições de comprar um pãozinho com manteiga no café. A gente não tinha o dinheiro, não tinha dinheiro pra gastar. Mas em compensação, comida, a gente tinha muito, a gente comia bem. Primeiro é a terra, ... o sonho de nós trabalhar. Porque se nós tivermos condições pra trabalhar, der a terra pra nós trabalhar, tudo vai ser feliz. Isso aqui já se tornou uma comunidade, já se tornou uma família. Todo mundo conversa com todo mundo. Uma coisa que era estranho, que ninguém conhecia. Já conhece as famílias, conhece os filho. Então, dando condições ... primeiro a terra, segundo os poderes públicos, que eu não sei, dando uma condições pra gente trabalhar tá bom. E outro, que a gente trabalhando, a gente não vai tar arrumando serviço só pra gente não, serviço pra outros. Porque tem muita gente aí que sozinho não vai tocar não. A gente colhendo bastante já vem outro de fora pra tirar o que a gente colheu, que a gente vai vender. Então tudo gera, vai gerar um trabalho pra todos, fonte de renda” (Entrevistado 19).

O flagelo da fome é o que mais atordoa estes sujeitos sociais. E o sonho de uma nova condição de vida os leva na direção da luta. A vontade de sobreviver a partir do próprio trabalho reaviva as condições experimentadas no passado. Desta forma, surge na luta cotidiana pela sobrevivência, além da dimensão do trabalho, outras questões como a moradia, a alimentação, entre muitas, buscando a realização humana através da luta e no sentido do alcance da igualdade e da justiça social. A saúde tem revelado sua dimensão eco-bio-psico-social, procurando realizar uma caracterização mais ampla que apenas o resultado das formas de organização da produção. Neste sentido, Vaitsman (1992) busca configurar uma conceituação de saúde, já subentendida por estes sujeitos sociais.

“A existência de saúde, que é física e mental – está ligada a uma série de condições irreduzíveis umas às outras (...). É produzida dentro de sociedades que, além da produção, possuem formas de organização da vida cotidiana, da sociabilidade, da afetividade, da sensualidade, da subjetividade, da cultura e do lazer, das relações com o meio ambiente. É antes resultante do conjunto da

experiência social, individualizada em cada sentir e vivenciada num corpo que é também (...) biológico. (...) Pensar a saúde hoje passa então por pensar o indivíduo em sua organização da vida cotidiana, tal como esta se expressa não só através do trabalho mas também do lazer – ou da sua ausência, por exemplo (...). Uma concepção ampliada da saúde passaria então por pensar a recriação da vida sobre novas bases (...)" (Vaitsman, 1992: 17).

Neste contexto os sem-terra se percebem na condição de sujeitos histórico-político-sociais, compreendendo a dinâmica de uma sociedade dividida em classes sociais, onde, de um lado estariam as elites, e do outro lado, os milhares de trabalhadores, expropriados pelo capital, em situação de marginalidade, sem condições de assegurar sua existência humana, essencialmente no aspecto das condições de saúde.

Para se pensar na saúde, principalmente a promoção e a prevenção, deve-se também considerar um dos seus aspectos mais importantes: a alimentação. Ao se tentar melhor compreender as condições alimentares, foi perguntado aos acampados, além dos quesitos já relatados, se estes vislumbravam sua condição alimentar como algo que poderia trazer benefícios à sua vida.

A maioria dos acampados respondeu afirmativamente, sendo que alguns não proferiram maiores relatos sobre este tema. Os que o fizeram afirmaram que sua alimentação traz equilíbrio ao organismo como um todo, possibilitando uma condição de saúde próxima a da desejável. Outros fizeram correlação entre a necessidade de se alimentar e a condição de trabalho.

Algumas das repostas afirmativas se reportam a características próprias da alimentação de certas famílias. Por exemplo, um entrevistado relatou consumir sal em pouca quantidade, melhorando assim sua condição de saúde. Outro relatou que o consumo de carne poderia ser prejudicial a saúde, excluindo este alimento da sua dieta. Um terceiro entrevistado relatou que o consumo de grande quantidade de gordura viria a trazer benefícios à saúde.

Sobre as repostas negativas, além de lembrada a questão do uso de agrotóxicos que poderia ser gerador de doenças, evidencia-se a escassez de alimentos no acampamento como uma preocupação ainda latente. Todavia, é importante vislumbrar que o alcance de condições ideais de vida e coexistência humana passam pela garantia de condições mínimas de sobrevivência, sendo a alimentação marco fundamental para este cenário ideal.

O entrevistado abaixo realça a importância de se manter o organismo em condições de equilíbrio dos sistemas vitais, visando a obtenção e manutenção de uma condição adequada de saúde. A preferência pela manutenção e recuperação do organismo humano através da ingestão de alimentos assinala o que hoje se conhece sobre a busca pela qualidade de vida, sendo a alimentação uma das expressões deste novo conceito.

“Faz sim, porque tem verdura. Porque verdura é muito bom mesmo. Eu, por exemplo, tenho problema de prisão de ventre ... não consigo viver sem as minhas verdurinhas. O médico me receitou um remédio pra soltar o intestino. O meu remédio que soltou ... foi as verduras. Eu tinha uma dor, tava pensando até que era doença ruim, esse negócio de câncer. Aí eu fui descobrir, era prisão de ventre. O médico disse pra tomar um comprimidinho todo dia na hora do almoço ... aí eu falei com ele se comesse verdura, se adiantasse. Ele falou que se comesse bastante verdura, certamente ... Todo dia eu faço sopa, com bastante folha. Abafo no frango, como cru, um rabanete. Melhorou muito. Todo dia vou no banheiro, direitinho, bonitinho, acabou a dor. Tudo com as verdurinhas” (Entrevistado 09).

O próximo entrevistado frisa, mais uma vez, a dimensão do trabalho no discurso dos sem-terra. Procura-se, através da saúde e da alimentação, condições objetivas para desenvolver seu potencial para o trabalho. No caso do meio rural, o trabalho agrícola se caracteriza por uma atividade densa, que demanda grande esforço físico, estando o trabalhador exposto a diversas cargas laborais. Assim sendo, é de extrema importância que o trabalhador possua boas condições de saúde, aqui materializadas pela alimentação, para que o trabalho seja desenvolvido sem prejuízo à saúde do trabalhador.

“Faz. Porque, pelo menos eu tenho força pra trabalhar, tenho ânimo pra trabalhar” (Entrevistado 11).

No entanto, o acampamento ainda não possui uma situação tal que possa assegurar aos acampados plenas condições ao trabalho, apesar de todas as estratégias que são fomentadas para se garantir tal conjuntura. A escassez relativa de gêneros e certa monotonia alimentar se constituem numa preocupação para os acampados. Busca-

se alcançar uma melhor situação alimentar para que a saúde, o trabalho e realização humana sejam realidade para esta comunidade.

“Bem não faz, que tem dia que só tem um arrozinho. Que só o arroz não alimenta uma pessoa adulta, ainda mais uma criança” (Entrevistado 8).

“A minha alimentação me equilibra, agora se faz bem ... mal não faz. Ela completa não é, porque precisa de verduras, precisa de legumes, de cereais, a gente só tem um pouquinho assim, pra controlar o nosso corpo ... e essa falta faz com que a gente vem a adoecer” (Entrevistado 20).

No bojo da discussão sobre a saúde, o trabalho e a alimentação é interessante tentar identificar a representação que estas categorias têm para a população estudada. A representação social quanto à relação entre a saúde e a alimentação já foi apresentada. Identifica-se, agora, no discurso dos entrevistados a correlação feita entre alimentação e a saúde, com a condição alimentar se constituindo num componente fundamental para a manutenção de um organismo saudável.

“A alimentação ajuda a gente a ser sadio, a ser saudável” (Entrevistado 18).

“É a mesma coisa que você vai fazer uma plantação. Se tiver só potássio na terra, não tiver o cálcio, fósforo, a plantação não desenvolve. A mesma coisa é com a gente. Se você só se alimentar com, por exemplo aí, de feijão, um dia vai ter problema. Não vai ter vitamina C, você não vai ter outros tipos de componentes que o seu corpo precisa, você vai vendo a doença, vai enfraquecendo o seu corpo. Você vai adoecer. E um, dois meses depois dá até raquitismo (sic). Então é importante a alimentação” (Entrevistado 20).

A analogia feita demonstra o conhecimento forjado no cotidiano do trabalhador rural. Comparando o corpo humano a uma planta, o entrevistado faz referência a Ciência da Nutrição, assinalando a necessidade que tanto o organismo humano quanto a planta têm de um aporte de nutrientes adequada para seu bom funcionamento e

desenvolvimento. Em condições adversas, o organismo estaria submetido a ser acometido por doenças como o raquitismo usado como exemplo. O saber popular se mostra presente nesta fala, com o entrevistado utilizando um exemplo do seu cotidiano para qualificar sua correlação entre as categorias levantadas.

“A pessoa tem que comer bem pra ter força. Que não adianta comer arroz e feijão e ficar fraco, tem que ter alimentação pra pegar uma enxada. Que comendo arroz e feijão, você vai pegar uma enxada, vai ficar fraco. Tem que ter alimentação sadia com bastante alimento. Pra poder agüentar. Tem que ter uma carne, um legume, tem que ter isso tudo, uma verdura, uma coisa ...”
(Entrevistado 17).

O entrevistado acima considera a alimentação como fundamental para assegurar um processo de trabalho que não venha a causar transtornos à saúde dos trabalhadores rurais.

No trabalho desenvolvido na lavoura, o trabalhador se expõe a diversas cargas laborais, muitas climáticas como o sol, a chuva, os ventos, outras devido aos instrumentos de trabalho como facões, podões e foices e outras devido ao próprio ritmo acelerado do processo de trabalho. Neste contexto, a boa alimentação assegura, ao menos, mínimas condições de saúde para os trabalhadores desenvolverem seu trabalho.

“É claro, que se você come essas verduras aí cheias de agrotóxicos, é claro que faz mal a sua saúde. Não tem como você plantar aqui, e comer sem remédio, sem nada.” (Entrevistado 16).

“Pode, alimentos mal lavados, alimentos crus, os transgênicos, por exemplo, os alimentos modificados. Pode causar vômito, tonteira, diarréia” (Entrevistado 13).

A procura pela qualidade dos alimentos faz com que os acampados refutem o consumo de alimentos que poderiam vir a causar intoxicações com conseqüentes danos à saúde. Como exemplo são referenciados os alimentos em que durante seu cultivo são utilizados agrotóxicos e também é feita referência a uma nova modalidade de alimentos, os modificados geneticamente, popularmente conhecidos como transgênicos. Por ainda não serem totalmente conhecidos os efeitos que os alimentos transgênicos poderiam vir

a causar no corpo humano, eles são rejeitados pelos acampados. Esta população dá preferência a alimentos provenientes de seu próprio trabalho na terra, cuja origem é conhecida por todos e a garantia de saúde é assegurada pelos mesmos.

Em relação às categorias alimentação e trabalho, nota-se uma forte correlação expressa no discurso dos sem-terra. As repostas foram, majoritariamente, afirmativas, caracterizando a necessidade de um organismo saudável conseguido através de uma boa alimentação para se assegurar boas condições para o trabalho, traduzidas, objetivamente, em disposição para as atividades laborais. Outras respostas reportam a utilização de agrotóxicos como fator prejudicial ao trabalho no campo e à saúde do trabalhador rural. Os entrevistados que responderam negativamente, não fizeram qualquer tipo de correlação entre a alimentação e o trabalho, sendo que, ainda alguns, talvez por não terem clareza do questionamento, responderam negativamente relatando que os alimentos consumidos pela família são saudáveis, não comprometendo a execução de seu trabalho.

O entrevistado abaixo faz outra analogia para melhor elucidar a questão. Com propriedade, utiliza como exemplo um animal (cavalo de carroça) bem conhecido no seu dia-a-dia, refletindo sobre a importância de se qualificar a condição alimentar do mesmo para que a tarefa a ser cumprida seja executada com eficiência. A mesma lógica vale para o corpo humano: a garantia de um organismo saudável é fator fundamental para a execução qualificada das tarefas exigidas pelo trabalho rural.

“Se você tiver um cavalo de carroça, que você tá dando bastante milho, o cavalo tá forte. Se tá dando só capim, é diferente. Se dá ao cavalo capim e milho, ele tem muito mais força do que um cavalo que come só o capim. Então você precisa de tudo. De frutas, legumes, cereais, tudo. Tem que ter uma alimentação adequada para que você possa ter um corpo saudável. E poder trabalhar e desenvolver. Você pega um cara fraquinho, mal alimentado, ele só trabalha até nove horas da manhã. Quando der meio dia ele não tá agüentando mais não” (Entrevistado 20).

A preocupação com a saúde do trabalhador rural clarifica-se ao analisar as tarefas desenvolvidas pelos trabalhadores no seu processo de trabalho. Segundo Brochado (1997), no ponto mais alto da safra agrícola, o corpo encontra-se treinado por movimentos repetitivos, monótonos e automatizados. E a esses movimentos são acrescidos a exposição ao sol forte, a poeiras (da terra, da fuligem da cana queimada e

do resíduo de agrotóxicos utilizados no combate de pragas), a ventos, a chuvas e ao aumento de acidentes com os instrumentos de trabalho devido ao ritmo acelerado da atividade.

Um organismo mal alimentado e em condições contínuas de desgaste, pode levar a uma mazela muito reportada pelos entrevistados: a fome. Esta situação extrema de privação é refutada pelos acampados que almejam, com a conquista da terra, não vivenciar novamente este contexto de profunda miséria.

“Se não tiver alimentação, ninguém tem trabalho, porque não tem força pra trabalhar. Dá fome ... e a fome traz até a doença, ... que a pessoa fica fraca, não tem como trabalhar, sem alimentação não tem como trabalhar” (Entrevistado 11).

“Bem, sem alimentação não se agüenta trabalho não, minha filha. Que eu mesmo sei pela experiência do meu trabalho. Sem alimentação eu não agüento trabalhar não ... o facão cai da minha mão. Não agüento não. Ficar com fome na roça, ôi ... um horror, minha filha, é muito triste” (Entrevistado 02).

Outras manifestações orgânicas são apresentadas por Brochado (1997) que caracterizam situações que se configuram como padrões de desgaste ou doenças: dispnéias, infecções respiratórias, dermatites, conjuntivites, desidratação, câimbras, diarreia, oscilações de pressão arterial, ferimentos, principalmente nas pernas, braços e rosto.

No meio rural ainda existe o agravante da utilização de produtos químicos e agrotóxicos que podem causar danos à saúde do trabalhador rural e também de toda a coletividade que venha a consumir estes alimentos.

“Vai melhorar e muito. Porque eu vou comer uma comida mais sadia, sem veneno. Tanto vai melhorar pra ... mas não só pra mim, pra quem eu for vender também, que vai comer uma verdura sem veneno. Vai comer uma fruta sem veneno. Vou trabalhar mais, vou trabalhar mais sadio. Vou comer coisa melhor, vou ter disposição pra trabalhar mais. Eu lembro lá na roça morria gente com 82 anos, as mulherada começava a chorar, morreu tão novo ainda ...

tão cheio de vida ainda, com tanta saúde... Hoje passou de 50, presta não, pode morrer ...” (Entrevistado 19).

Não obstante, na atual ordem mundial, e observa-se isto na agricultura capitalista, a relação capital-trabalho se caracteriza por um cenário onde o capital, muitas vezes, se sobrepõe à vida os trabalhadores, expropriando, ao máximo, sua força de trabalho.

"Para o capital a questão consiste, em quais são as características requeridas da força de trabalho, enquanto para o trabalho a questão é em que condições se desenvolvem seus processos vitais: para o primeiro é, pois um dos problemas da produção (a mais valia) enquanto para o segundo é ao "problema da vida" (Laurell e Noriega, 1989: 177).

Na luta pela conquista da terra e de novas formas de existência humana, os sem-terra do MST rompem com a lógica de expropriação do capital, buscando elementos que valorizem a vida humana e concretizem o direito à dignidade, a cidadania e a justiça social.

4.7- Breve relato sobre os achados

“É preciso sonhar mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles.”

Vladimir Lênin

A história de luta pela terra e pela Reforma Agrária da população estudada se inicia com a ocupação de área da Fazenda Cambaíba e se concretiza com a organização da área ocupada. Após oito meses de ocupação, os acampados procederam a divisão do acampamento em três núcleos de moradia, na perspectiva de melhor ocupar a totalidade da fazenda.

Atualmente, residem no acampamento aproximadamente 110 famílias. Nas 24 famílias avaliadas, havia 45 homens e 40 mulheres, sendo que 50,5% tinham idade inferior a 20 anos. A divisão etária da população amostrada demonstrou um predomínio do número de indivíduos do sexo masculino sobre o sexo feminino na maioria das faixas etárias. O nível de escolaridade da população é, em geral, baixo, concentrando-se a maior parte dos indivíduos na primeira fase do 1º grau (1ª a 4ª série).

A vontade de concretizar uma nova existência social, livre da exclusão experimentada na terra de terceiros e mesmo nas cidades e a necessidade de participar de um movimento social organizado foram os principais motivadores para o ingresso na luta pela terra. Nota-se o desejo de uma terra própria, sua, para plantar e construir objetivamente novas relações sociais, com a ruptura do modelo hegemônico da agricultura brasileira e com o fomento à agricultura familiar.

Em relação ao trabalho desenvolvido pelos acampados, identifica-se a execução de atividades agrícolas e não agrícolas dentro do acampamento, além de atividades fora da área ocupada. O trabalho agrícola desenvolvido dentro do acampamento se caracteriza pelo cultivo de gêneros alimentícios para consumo da própria comunidade ou, em menor quantidade, comercialização. Foram referenciados 40 tipos de gêneros, sendo os mais citados a abóbora, o quiabo, o aipim, o milho e o maxixe. O trabalho não agrícola dentro do acampamento é desenvolvido nos setores organizados pelo MST. As atividades executadas fora do acampamento são majoritariamente atividades/profissões não agrícola representando 55% do total.

Sobre a alimentação, nota-se que os acampados lançam mão de diversas táticas para assegurar a segurança alimentar da comunidade. Estas são: o cultivo de gêneros alimentícios no acampamento, a obtenção de doações de colaboradores e a compra de gêneros em estabelecimentos comerciais da região. Observa-se a limitação qualitativa e quantitativa da dieta da população acampada, com um insuficiente aporte energético e um baixo consumo protéico, apesar de todas os esforços em se assegurar uma satisfatória condição alimentar.

Em relação à questão saúde, os tipos de morbidade referenciados são os que comprometem principalmente os Sistemas Respiratório, Circulatório e Osteo-muscular. Se revelou nas entrevistas a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, além da falta de qualidade do atendimento e a baixa resolutividade dos problemas apresentados.

A relação entre a saúde e o trabalho foi objetivada majoritariamente na necessidade de disposição para execução de atividades laborais, principalmente

considerando o grande desgaste orgânico das tarefas desenvolvidas no trabalho na agricultura.

A alimentação foi identificada pelos entrevistados com algo que viria a trazer equilíbrio ao organismo humano consoante à maior disposição para o trabalho. A pertinência da temática alimentação se revela no discurso dos acampados, principalmente nas respostas sobre as relações alimentação e saúde e alimentação e trabalho. Os entrevistados, de uma forma geral, fizeram um paralelo entre a manutenção, recuperação, garantia da saúde através da alimentação e a necessidade de se ter saúde para o desenvolvimento das atividades laborais.

A luz das falas relatadas, percebe-se que os entrevistados forjam na luta pela terra a construção de novas relações sociais, com o fim do processo de marginalização e exclusão social. Buscam na construção de novos valores, uma sociedade onde haja garantia dos direitos à cidadania e à justiça social. Onde os valores da vida sejam superiores aos valores do capital, tendo nas dimensões da saúde, da alimentação e do trabalho elementos importantes nesse processo de luta.

4.8- Considerações finais

*“Preparemos, pois, com grande estilo,
pompa e circunstancia,
a entrada do Brasil no século XXI.
Quem quiser vir conosco,
prepare o corpo, a alma e
principalmente o humor.
Porque os bons tempos voltaram.
E eles serão de chumbo.”*

Valter Pomar

Ao longo desta dissertação, revelou-se a construção do sujeito Sem Terra, um novo sujeito social que edifica na sua relação de trabalho e na sua maneira própria de olhar e de se organizar para o mundo, uma nova existência social.

Neste percurso, a categoria trabalho se apresentou como organizadora da vida social, dialeticamente, espaço de dominação e submissão do trabalhador pelo capital, e espaço de resistência e construção do fazer histórico. Se constroem, assim, os trabalhadores, atores capazes de pensar e se pensar enquanto sujeitos de um processo histórico-social, produtores de experiências próprias no conjunto das representações da sociedade.

O MST aparece neste contexto de luta do trabalho contra o capital como um dos impulsionadores da organização da classe trabalhadora, principalmente ao conseguir aglutinar indivíduos marginalizados pela sociedade, vivendo em situação de penúria. Traz a estes a esperança da mudança.

Os Sem Terra se formam e se transformam na luta cotidiana, construindo uma consciência crítica da realidade, produção de conhecimentos simbólicos surgidos da reflexão das experiências vividas na luta, que os conduz à concretude inauguradora da ação.

Para este grupo, a terra é o instrumento que possibilita uma nova reorganização e reinserção na sociedade. Local idealizado para a produção coletiva, onde os sujeitos produzirão, através das relações cotidianas de trabalho, as condições necessárias para se viver.

No entanto, a viabilidade deste sonho de nova existência social encontra algumas barreiras. A estrutura agrária do país, com o fenômeno da concentração da posse de terra, fator determinante da configuração das relações econômicas, sociais e de poder no país, só será alterada com efetivas e conseqüentes políticas públicas que privilegiem a agricultura de pequena escala, grande responsável pela geração e distribuição de renda e riqueza.

É na luta pelo direito ao trabalho e à dignidade que os Sem Terra refutam a exclusão como um dado inevitável. Buscam na luta a construção de um “ser humano” que potencialize toda sua humanidade: faz-se e refaz-se a si próprio, enquanto contesta a ordem estabelecida, problematiza e propõe ações, transforma a realidade e conduz-se com sujeito da história.

A consciência quanto à viabilidade da Reforma Agrária se realiza em decorrência da superação das dificuldades experimentadas no processo de luta. A conquista da terra, além de assegurar as mínimas condições de sobrevivência, visa (re)organizar e (re)inserir estes sujeitos sociais, superando a condição de marginalidade e exclusão social, materializando na “*esperança-ação*” a construção de um *novo tempo*.

Referências Bibliográficas

- ABRASCO (Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva), 1986. Marco teórico e conceitual. In: *Contribuição para a I Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores. Política Nacional de Saúde do Trabalhador: análises e perspectivas*. Rio de Janeiro: ABRASCO.
- ALESSI, N. P. & NAVARRO, V. L., 1997. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(2): 111-21.
- ALESSI, N. P. & SCOPINHO, R. A., 1994. A saúde do trabalhador da cana de açúcar. In: *Saúde e Trabalho no Sistema Único de Saúde* (N. P. Alessi; A. Palocci Filho; S. A. Pinheiro; R. A. Scopinho & G. B. Silva, org.), pp. 121-151, São Paulo: HUCITEC.
- BROCHADO, O. C., 1997. *Trabalho, saúde e reprodução da vida: a mulher bóia-fria no mundo cindido de Paraguaçu Paulista*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo.
- BUARQUE, C., 1993. *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- CALDART, R. S., 2001. O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. *Revista Estudos Avançados*, 15 (43): 207-24.
- CANESQUI, A. M., 1976. *Comida de pobre, comida de rico: um estudo sobre alimentação em um bairro popular*. Tese de Doutorado, Campinas: Faculdade de Ciências Médicas: Universidade Estadual de Campinas.
- CARAVIAS, J. L. & SOUZA, M. B., 1988. *Teologia da Terra*. Petrópolis: Vozes.

- CRUZ NETO, O., 1995. *Corpos e sonhos destruídos: relações entre violência, pobreza e exclusão social*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública: Fundação Oswaldo Cruz.
- ESCOREL, S., 1999. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- ESTEVES, T. V. & PINHEIRO, A. B., 2000. Cestas de alimento e renda: uma realidade dos acampamentos do Movimento Sem Terra, Estado do Rio de Janeiro. *Cadernos Nepen*, 9: 33-9.
- FERNANDES, B. M., 1998. Gênese e desenvolvimento do MST. *Cadernos de Formação*, 30. São Paulo: MST.
- FERNANDES, B. M. & RAMALHO, C. B., 2001. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). *Revista Estudos Avançados*, 15 (43) 239-54.
- FERNANDES, C. A., 2001. *Interação social e formação discursiva no Movimento de Luta pela Terra*. Tese de Doutorado, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo.
- FERREIRA, H. S., ALBUQUERQUE, M. F. M., ATAIDE, T. R., MORAIS, M. G. C., MENDES, M. C. R., SIQUEIRA, T. C. A. & SILVA, G. J., 1997. Estado nutricional de crianças menores de 10 anos residentes em invasão do “Movimentos dos Sem-Terra”, Porto Calvo, Alagoas. *Cadernos de Saúde Pública*, 13 (1):137-9.
- FIGUEIREDO, V. M., FREITAS, E., PINTO, M. G. O. & BARROS, M. E., 1987. Questão Agrária e Saúde no Brasil Contemporâneo. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 15 (59): 7-16.
- GERMER, C., 1994. Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90. In: *A questão agrária hoje* (J. P. Stedile, org.), pp. 259-284, Porto Alegre: UFRGS/ANCA.

- GRZYBOWSKI, C., 1994. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: *A questão agrária hoje* (J. P. Stedile, org.), pp. 285-297, Porto Alegre: UFRGS/ANCA.
- IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1996. *Censo Agropecuário de 1995*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2000. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999*. Síntese de indicadores: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE.
- IÓRIO, M. C. O., 1994. A integração agro-industrial: o sindicalismo ante uma versão agrária da terceirização. In: *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho* (H. S. Martins & J. R. Ramalho org.), pp. 137-152, São Paulo: HUCITEC/CEDI/NETS.
- LACAZ, F. A. C., 1996. *Saúde do Trabalhador: um estudo sobre as formações da academia, dos serviços e do movimento sindical*. Tese de Doutorado, Campinas: Faculdade de Ciências Médicas: Universidade Estadual de Campinas.
- LAURELL, A. C., 1981. Processo de trabalho e saúde. *Revista Saúde em Debate*, 11: 8-22.
- LAURELL, A. C. & NORIEGA, M., 1989. Para o estudo da saúde na sua relação com o processo de produção. In: *Processo de trabalho e saúde. Trabalho e desgaste operário*. São Paulo: HUCITEC.
- LIMA SOBRINHO, A. E., 1981. *Fome, agricultura e política no Brasil. A chantagem alimentar*. Petrópolis: Vozes.
- LINHARES, M. Y. & SILVA, F. C. T., 1981. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense.

- MACEDO, C. O., 2000. *Ilhas de Reforma Agrária no Oceano do latifúndio: A luta pela terra no assentamento 17 de abril (PA)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo.
- MARX, K., 1983. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Vol. I, Livro primeiro. Rio de Janeiro: Abril Cultural.
- MENDES, R & DIAS, E.C., 1991. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista de Saúde Pública*, 25 (5):341-9.
- MINAYO, M. C. S., 2000. Condições de vida, desigualdade e saúde: a partir do caso brasileiro. In: *VIII Congresso da Associação Latino-americana de Medicina Social e XI Congresso da Internacional Association of Helth Policy*. Havana (mimeo.).
- MS (Ministério da Saúde), 2000. *Política Nacional de Saúde do Trabalhador* (versão preliminar). Brasília: MS
- MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), 2000. *Agenda 2000*. São Paulo: MST.
- MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), 2001. *Construindo o Caminho*. São Paulo: MST.
- NORIEGA, M., 1993. Organización laboral, exigencias e enfermedad. In: *Investigación sobre la Salud de los Trabajadores* (A. C. Laurell, org.), pp. 167-187, Washington: OPS/Serie Paltex.
- OLIVEIRA, L., 1997. Os excluídos “existem”? notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33: 49-61.
- OLIVEIRA, M. C. F. A., 1981. A produção da Vida: a mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora na agricultura. Tese de Doutorado, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo.

- POCHMANN, M., 1999. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto.
- POSSAS, C. A. & TRAPÉ, A. Z., 1983. Saúde e trabalho no campo: da questão agrária à política previdenciária. *Cadernos do Internato Rural*, 2: 13-9.
- POSSAS, C. A., 1989. *Epidemiologia e Sociedade: heterogeneidade estrutural e saúde no Brasil*. São Paulo: HUCITEC.
- RAPCHAN, E., 1993. *De identidades a pessoas: um estudo de caso sobre os sem-terra de Sumaré*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo.
- ROMEIRO, A. R., 1994. Reforma Agrária e distribuição de renda. In: *A questão agrária hoje* (J. P. Stedile, org.), pp. 105-136, Porto Alegre: UFRGS/ANCA.
- SORJ, B., 1980. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. 2 ed., Rio de Janeiro: Guanabara.
- STEDILE, J.P., 1997. *A questão agrária no Brasil*. 1.ed., São Paulo: Atual.
- TURATTI, M. C. M., 1999. *Os filhos da Lona Preta: notas antropológicas sobre sociabilidade e poder em acampamentos do MST no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo.
- VAITSMAN, J., 1992. Saúde, cultura e necessidades. In: *Saúde: Coletiva? Questionando a onipotência do social* (S. Fleury, org.), pp. 157-173, Rio de Janeiro: Relumê-Dumará.

Anexos



Padre Josimo
Pedro Tierra

Quem é esse menino negro
que desfia limites?
Apenas um homem
sandálias surradas
paciência e indignação
riso alvo
mel noturno
sorriso irrecusável.

Lutou contra as cercas.
Todas as cercas.
As cercas do medo
as cercas do ódio
as cercas da fome
as cercas do corpo
as cercas do latifúndio

Trago na palma da mão
um punhado de terra
que te cobriu.
Está fresca.
É morena mas ainda não
é livre como querias.

Anexo I

Roteiro para entrevista com as lideranças

Questionário número: _____ Nome: _____

1- Sobre a ocupação

- Como aconteceu a ocupação? Como se organizou o acampamento no dia da ocupação?
- Dificuldades e vitórias alcançadas no processo

2- Sobre o local

- O por quê da escolha da Fazenda da Cambaíba ?
- Situação em que se encontrava a fazenda (para a ocupação)
- Histórico da fazenda

3- Sobre o processo de luta

- Como está o acampamento hoje?
- Houve mudanças durante o processo? Quais? Por que?
- Qual é, na sua opinião, a situação atual das famílias em relação à luta e sobrevivência no acampamento ?
- Existe algum momento de discussão dos problemas do acampamento? Como são discutidos?
- Há alguma forma de organização dos acampados?

4- Sobre a situação jurídica

- Em que estágio se encontra a situação jurídica?
- Histórico do processo legal
- Entraves e vitórias

5- Sobre as interfaces com o MST

- O que é ser Sem Terra e participar do MST?
- Qual a importância do processo de luta pela terra?
- E a luta pela Reforma Agrária?

6- Sobre táticas alimentares

- Os acampados se organizam para obtenção de alimentos?
- Como é feita esta organização?
- Existe alguma ajuda externa ao acampamento?
- Como seria esta ajuda (quem, com o que, por quê)?
- Como são distribuídos os gêneros adquiridos pelo coletivo?

Anexo II

Censo Familiar

Identificação da família	0 a 10 anos				11 a 20 anos			
	Hr	Hñ	Mr	Mñ	Hr	Hñ	Mr	Mñ

Identificação da família	21 a 40 anos				> 40 anos			
	Hr	Hñ	Mr	Mñ	Hr	Hñ	Mr	Mñ

Legenda:

Hr – Homem residente
Mr – Mulher residente

Hñ – Homem não residente
Mñ – Mulher não residente

Anexo III

Termo de Consentimento Livre e Informado

Eu, _____, aceito livremente participar do estudo “Organização Social e Estratégias de Sobrevivência em acampamento do Movimento dos Sem Terra (MST), no Estado do Rio de Janeiro” conduzido pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH), Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz, sob a responsabilidade dos pesquisadores Thais Vieira Esteves e Luiz Antonio dos Anjos.

Propósito do Estudo: O estudo tem por objetivo conhecer a organização social dos residentes no Acampamento Oziel Alves e as estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelas famílias acampadas no local.

Participação: Uma vez aceita minha participação, serão coletados dados referentes a minha vida e a de minha família (idade, gênero, escolaridade, trabalho, saúde e alimentação), e também ao meu local de moradia e a minha participação no Movimento Sem Terra, através de entrevista procedida pela pesquisadora.

Riscos: A participação neste estudo não oferece qualquer tipo de risco A minha pessoa ou a minha família.

Benefícios: As informações obtidas com este estudo poderão ser de grande utilidade científica e também de utilidade para a minha comunidade com a identificação de nossas estratégias de sobrevivência no acampamento.

Privacidade: Qualquer informação obtida nesta investigação será confidencial e só será revelada com a minha permissão. Os dados individuais obtidos nesta pesquisa não serão fornecidos a ninguém. Os dados científicos e as informações resultantes do estudo poderão ser apresentados em congressos e publicados em revistas científicas sem a identificação dos participantes. Minha participação é voluntária e minha não participação, ou desistência de participar, não acarretará qualquer problema com relação ao CESTEH, à ENSP e à FIOCRUZ no presente ou no futuro. A qualquer momento posso desistir de participar do estudo por qualquer motivo. A qualquer momento posso contatar o responsável pelo estudo para maiores esclarecimentos sobre minha participação no mesmo e informações decorrentes dela, no telefone (21) 2598-2844.

Assinatura do participante do estudo

Assinatura da testemunha

() **Consentimento oral**, no caso do participante ser impossibilitado de assinar

Thais Vieira Esteves
Pesquisadora
(Mestranda em Saúde Pública – FIOCRUZ)

Data: _____ / _____ / 2001

Anexo IV

Roteiro para entrevista com as famílias residentes

Questionário (número da família): _____ **Núcleo:** _____

Nome: _____

1- Agora eu vou fazer algumas perguntas sobre o MST e o processo de luta pela terra:

- Por que a sua família participou da ocupação?
- Por que escolheu participar do MST?
- O que esperam conquistar com a ocupação?
- Na sua opinião o que é ser Sem Terra e participar do MST?

2- Agora eu vou fazer algumas perguntas sobre a sua família e o trabalho?

- Todas as pessoas da sua família moram no acampamento?
- Por quê?
- Quem são os membros de sua família (Quadro 1 do anexo IV)
- Os membros de sua família desenvolvem algum trabalho atualmente no acampamento? (Agrícola ou não). Por quanto tempo ?
- E fora do acampamento? Por quanto tempo?
- Que outros trabalhos o(a) senhor(a) e as outras pessoas de sua família já tiveram e por quanto tempo?
- Por que sua família escolheu trabalhar na terra ?
- O que sua família espera conseguir trabalhando na terra?
- É plantado alguma coisa aqui no acampamento? (Quadro anexo 2)

Quadro 1 do anexo IV

Questionário (número da família): _____ **Núcleo:** _____

	Nome	Gênero	Idade	Instrução	Ocupação	Tempo
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						

	Trabalho no acampamento				Trabalho fora do acampamento			
	Agrícola	Tempo	Outro	Tempo	Agrícola	Tempo	Outro	Tempo
1								
2								
3								
4								
5								
6								
7								
8								

Quadro 2 do anexo IV

Questionário (número da família): _____ **Núcleo:** _____

É plantado alguma coisa aqui no acampamento? () Sim () Não

O que?	Para que?			Período		
	Venda	Troca	Consumo Familiar	Atual	Já plantou, mas atualmente não planta	Por que?

3- Agora eu vou fazer algumas perguntas sobre a alimentação da sua família.

- De onde vêm os alimentos consumidos pela sua família? (Quadros abaixo)

Doação

O que?	Quando?	Quem?

Troca

O que? (recebe)	Por o que? (entrega)

Compra

O que?	Onde?

Quanto gasta na alimentação da sua família: _____

() Nada () Pouco () Metade () Muito () Toda

Isso (o valor) é quanto do total da renda familiar: _____

Quanto é a renda familiar: _____

3- Continuação

- Os acampados se organizam para tentar conseguir alimentos? Como ?
- Como são distribuídos os alimentos que o coletivo consegue?
- A maior parte dos alimentos usados pela sua família são conseguidos pelo coletivo ou pelo(a) senhor(a) e sua família?
- A quantidade de alimentos é suficiente para satisfazer a toda família?
() Sim () Não, Por quê ? O que falta ?

- Se o alimento não der para todos, como é feita a divisão?

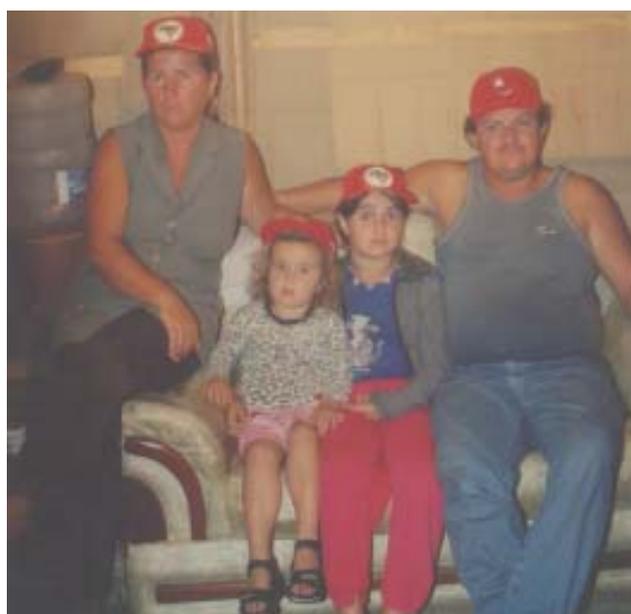
O que	Quem	Por quê
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

4- Agora eu vou querer saber o seu pensamento sobre saúde, alimentação e trabalho.

- Existe algum problema de saúde na família? Qual?
- O (a) senhor(a) acha que tem alguma relação entre o seu trabalho e a sua saúde?
O que?
- O que é feito (ou se poderia fazer) no acampamento, para se ter boa saúde?
- O (a) senhor(a) acha que a sua alimentação faz bem? Por que?
- O (a) senhor(a) acha que tem alguma relação entre a sua alimentação e a sua saúde? O que?
- E entre sua alimentação e o seu trabalho? Por que?

Anexo V

Documentação Fotográfica



Interior dos barracos no Acampamento Oziel Alves



Reunião de agricultores/acampados



Usina da Fazenda Cambaíba (desativada)



“Casas” e “ruas” do Acampamento Oziel Alves





Produção agrícola dos acampados





Fogão de lenha no interior de um barraco



Bomba d'água numa das "ruas" do acampamento

Apêndice

Tabela 1: Distribuição percentual, por forma de utilização, dos gêneros alimentícios plantados pelas 24 famílias no acampamento. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.

Gênero alimentício	n	%	Forma de Utilização (%)		
			Venda (exclusivo)	Consumo familiar (exclusivo)	Consumo familiar e venda
Abóbora	21	87,5	0,0	90,5	9,5
Quiabo	19	79,2	0,0	84,2	15,8
Aipim	15	62,5	6,7	80,0	13,3
Milho	13	54,2	0,0	92,3	7,7
Maxixe	9	37,5	0,0	88,9	11,1
Alface	6	25,0	0,0	100,0	0,0
Batata	6	25,0	0,0	100,0	0,0
Beterraba	6	25,0	0,0	83,3	16,7
Couve	6	25,0	0,0	100,0	0,0
Banana	5	20,8	0,0	100,0	0,0
Cebolinha	5	20,8	0,0	80,0	20,0
Salsa	5	20,8	0,0	80,0	20,0
Cenoura	4	16,7	0,0	100,0	0,0
Feijão/comum	4	16,7	0,0	100,0	0,0
Mamão	4	16,7	0,0	100,0	0,0
Pimentão	4	16,7	0,0	100,0	0,0
Guandu	3	12,5	0,0	100,0	0,0
Tomate	3	12,5	0,0	100,0	0,0

Tabela 1: continuação

Gênero alimentício	n	%	Forma de Utilização (%)		
			Venda (exclusivo)	Consumo familiar (exclusivo)	Consumo familiar e venda
Acelga	2	8,0	0,0	100,0	0,0
Almeirão	2	8,0	0,0	100,0	0,0
Chicória	2	8,0	0,0	100,0	0,0
Fava	2	8,0	0,0	100,0	0,0
Feijão/vagem	2	8,0	0,0	100,0	0,0
Melancia	2	8,0	0,0	100,0	0,0
Rabanete	2	8,0	0,0	100,0	0,0
Abobrinha	1	4,0	0,0	100,0	0,0
Agrião	1	4,0	0,0	100,0	0,0
Amendoim	1	4,0	0,0	100,0	0,0
Araçá	1	4,0	0,0	100,0	0,0
Araruta	1	4,0	0,0	100,0	0,0
Berinjela	1	4,0	0,0	100,0	0,0
Cacau	1	4,0	0,0	100,0	0,0
Caju	1	4,0	0,0	100,0	0,0
Cebola	1	4,0	0,0	0,0	100,0
Coentro	1	4,0	0,0	100,0	0,0
Feijão/corda	1	4,0	0,0	100,0	0,0
Jiló	1	4,0	0,0	100,0	0,0
Melão	1	4,0	0,0	100,0	0,0
Pepino	1	4,0	0,0	100,0	0,0
Repolho	1	4,0	0,0	100,0	0,0

Tabela 2: Distribuição percentual, por período de cultivo, dos gêneros alimentícios plantados no acampamento. Acampamento Oziel Alves, Estado do Rio de Janeiro, 2001.

Gênero Alimentício	n	Atual-mente (%)	No passado (motivo para término) (%)			
			Animais no acampamento	Fora de época	Falta de Sementes	Seca
Abóbora	21	85,6	4,8	4,8	0,0	4,8
Quiabo	19	89,5	0,0	10,5	0,0	0,0
Aipim	15	93,3	6,7	0,0	0,0	0,0
Milho	13	46,1	23,1	15,4	0,0	15,4
Maxixe	9	77,8	11,1	0,0	0,0	11,1
Alface	6	83,3	16,7	0,0	0,0	0,0
Batata	6	83,3	0,0	0,0	0,0	16,7
Beterraba	6	83,3	0,0	16,7	0,0	0,0
Couve	6	83,3	0,0	0,0	0,0	16,7
Banana	5	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cebolinha	5	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Salsa	5	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cenoura	4	75,0	0,0	0,0	25,5	0,0
Feijão/comum	4	50,0	25,0	25,0	0,0	0,0
Mamão	4	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pimentão	4	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Guandu	3	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Tomate	3	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Acelga	2	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Almeirão	2	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Chicória	2	50,0	0,0	0,0	50,0	0,0

Tabela 2: continuação

Gênero Alimentício	n	Atual- mente (%)	No passado (motivo para término) (%)			
			Animais no acampamento	Fora de época	Falta de Sementes	Seca
Fava	2	50,0	0,0	50,0	0,0	0,0
Feijão/vagem	2	50,0	0,0	50,0	0,0	0,0
Melancia	2	50,0	0,0	50,0	0,0	0,0
Rabanete	2	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Abobrinha	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Agrião	1	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Amendoim	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Araçá	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Araruta	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Berinjela	1	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0
Cacau	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Caju	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cebola	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Coentro	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Feijão/corda	1	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Jiló	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Melão	1	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Pepino	1	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Repolho	1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0